



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Kim Tiba Ferreira

**A pluriatividade pós-catástrofe em Nova Friburgo/RJ: estudo do distrito de
Campo do Coelho**

Rio de Janeiro

2024

Kim Tiba Ferreira

A pluriatividade pós-catástrofe em Nova Friburgo/RJ: estudo do distrito de Campo do Coelho

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura e Natureza.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Abranches Júnior

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CTCC

F383 Ferreira, Kim Tiba.

A pluriatividade pós-catástrofe em Nova Friburgo/RJ: estudo do distrito de Campo do Coelho / Kim Tiba Ferreira. – 2024.

110 f.: il.

Orientadora: Nilton Abranches Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Agricultura – Nova Friburgo – Teses. 2. Urbanização - Teses. 3. Catástrofes naturais – Nova Friburgo (RJ) – Teses. I. Abranches Júnior, Nilton. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 631.1(815.3)

Bibliotecária responsável: Ingrid Pinheiro / CRB-7: 7048

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kim Tiba Ferreira

A pluriatividade pós-catástrofe em Nova Friburgo/RJ: estudo do distrito de Campo do Coelho

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura e Natureza.

Aprovada em 05 de julho de 2024.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Abranches Júnior
Instituto de Geografia - UERJ

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Nilton Abranches Júnior (Orientador)
Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Ivan Ignacio Pimentel
Instituto de Geografia - UERJ

Profª. Dra. Regina Cohen Barros
Colégio Técnico - UFRRJ

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais por terem me estimulado e apoiado em todas as decisões que tomei e me guiaram até o presente momento. Por terem me deixado estudar, escrever e pesquisar, enquanto eles estavam na roça buscando as condições necessárias para que eu me dedicasse aos meus afazeres acadêmicos.

Aos meus irmãos e familiares, agradeço pelo suporte, palavras de incentivo e admiração pelos meus feitos. E um agradecimento especial para a tia Harumi, por ter sempre me recebido de braços abertos na sua casa ao longo dos anos em que estive envolvido com a academia.

Agradeço a todos os meus amigos, por sempre terem mostrado um grande entusiasmo pelo meu ingresso à pós-graduação. E por terem me ouvido pacientemente sobre os dramas e louros que tive durante todo o processo de escrita deste trabalho. Os de verdade saberão a quem essa mensagem está sendo direcionada.

Agradeço a banca examinadora, composta pelo Professor Ivan Ignácio Pimentel e pela Professora Regina Cohen Barros, uma mãe geográfica que a Rural me proporcionou. Ambos dos quais afirmo sem demagogia, que serão sempre uma referência para mim no âmbito acadêmico, nas Ciências Geográficas, e no aspecto humano, pelo modo que lidam e interagem com as pessoas ao seu redor.

Esses mesmos aspectos, posso dizer sobre o meu orientador Prof. Dr. Nilton Abranches, que também, pacientemente, me ensinou e aconselhou desde 2021. Me permitindo finalizar este projeto, apesar de todo o vislumbre e insegurança que senti ao chegar em uma instituição como a UERJ. Sem dúvidas, me tornei uma versão melhor do que eu era, pela visão de universidade que me foi mostrada por ele, pelo seu grupo de estudos e orientados.

Agradeço a CAPES pelo financiamento durante quase 2 anos de pesquisa, e, agradeço a UERJ por tudo que me ensinou e me foi proporcionado ao longo desses anos, presencial e remotamente.

E por fim, um muito obrigado a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desse trabalho, inclusive o Martim, provavelmente o ser vivo que mais esteve no meu colo durante todo o processo de escrita.

Em memória da minha Batchan, que nos deixou no meu primeiro ano na UERJ, em 2021.

Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio,
porque assim você sabe quem você é e para onde você vai.

Ailton Krenak

RESUMO

FERREIRA, Kim Tiba. **A pluriatividade pós-catástrofe em Nova Friburgo/RJ**: estudo do distrito de Campo do Coelho. 2024. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O objetivo deste trabalho foi discutir a expansão da pluriatividade no distrito de Campo do Coelho, em Nova Friburgo-RJ, após o desastre climático das chuvas de janeiro de 2011. A tragédia atuou como catalisadora de atividades pluriativas na região, somando-se a fatores tais quais a elevação do custo dos insumos e a falta de mão de obra, criando assim um cenário de crise agrícola. O estudo focou no cultivo do morango como exemplo principal de iniciativas ligadas a pluriatividade dos pequenos agricultores com a produção, processamento e venda direta desse fruto para atender uma demanda metropolitana emergente. Para se analisar a pluriatividade, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema no Brasil e em outras partes do mundo, procurando-se desta maneira, a compreensão de tal fenômeno dentro do debate das interações espaciais, que seria nesse caso, produzido pela interação entre o rural e o urbano. O estudo realizou um levantamento historiográfico para entender a formação socioespacial de Nova Friburgo, estabelecida por imigrantes europeus fruto de um projeto de caráter eugenista. Ademais, essa imigração se reflete até os dias atuais no tipo de turismo que se pratica no município. Tendo em vista que esse setor, desde o início do século XX, se orientou para um modelo de negócio associado ao "mito da Suíça Brasileira", promovendo o lazer baseado no simulacro de uma pequena Europa, a uma distância acessível da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados dessa pesquisa indicam que o crescimento do cultivo de morango no distrito de Campo do Coelho é um exemplo da proliferação das propriedades pluriativas, favorecido pelo aumento do turismo metropolitano que valoriza aspectos materiais e simbólicos ligados ao rural. Entretanto, a apropriação do morango por grupos urbanos é evidente, e beneficia principalmente a rede hoteleira e comercial do distrito sede de Nova Friburgo, que ganha uma nova atração sem se envolver diretamente ao seu desenvolvimento. Sendo, portanto, mais um produto que se adequa na busca por elementos que auxiliem na caracterização eurocêntrica de Nova Friburgo, que ainda conserva grande vigor no ideário hegemônico local.

Palavras-chave: Pluriatividade; Campo do Coelho; Pequenos agricultores.

ABSTRACT

FERREIRA, Kim Tiba. **Post-disaster pluriactivity in Nova Friburgo/RJ**: a study of the Campo do Coelho district. 2024. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The aim of this paper was to discuss the increase in pluriactivity in the district of Campo do Coelho, in Nova Friburgo-RJ, following the climate disaster of the January 2011 rains. The tragedy acts as a catalyst for pluriactive activities in the region, adding to factors such as the rising cost of inputs and the lack of labor, thus creating a scenario of agricultural crisis. The study focused on strawberry cultivation as the main example of initiatives linked to the pluriactivity of small farmers with the production, processing and direct sale of this fruit to meet an emerging metropolitan demand. In order to analyze pluriactivity, the research conducts a bibliographical survey on the subject in Brazil and other parts of the world, seeking to understand this phenomenon within the debate on spatial interactions, which in this case would be produced by the interaction between rural and urban areas. A historiographical survey examines the socio-spatial formation of Nova Friburgo, established by European immigrants as the result of a eugenicist project. Furthermore, this immigration continues to reflect in the type of tourism practiced in the municipality. Since the beginning of the 20th century, this sector has been oriented towards a business model associated with the "myth of Brazilian Switzerland", promoting tourism based on the simulacrum of a small Europe, at an accessible distance from the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The results of this research indicate that the growth of strawberry cultivation in the district of Campo do Coelho is an example of the increase in pluriactive properties, favored by the increase in metropolitan tourism which valorizes material and symbolic aspects linked to the countryside. However, the appropriation of the strawberry by urban groups is evident, mainly benefiting the hotel and commercial sector in Nova Friburgo's main district, which gains a new attraction without being directly involved in its development. Therefore, it is another product that fits into the search for elements that help to characterize Nova Friburgo in a Eurocentric way, which is still very strong in the local hegemonic ideology.

Keywords: Pluriactivity; Campo do Coelho; Smallholder farmers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização do município de Nova Friburgo/RJ.....	13
Figura 2 -	Distrito-sede de Nova Friburgo.....	41
Figura 3 -	Visão de parcial do Centro do município de Nova Friburgo.....	42
Figura 4 -	Climograma da precipitação e temperatura média anual de Nova Friburgo, RJ, de 2010 a 2018.....	43
Figura 5 -	Mapa dos distritos de Nova Friburgo.....	44
Figura 6 -	Novo Friburgo (Colônia Suíça, ao Morro Queimado - 1839).....	51
Figura 7 -	Nova Friburgo nos seus primórdios (Planta de 1820).....	51
Figura 8 -	Lotes Coloniais de Nova Friburgo.....	52
Figura 9 -	Apresenta-se uma cena de costume logo acima de um plano geral da “Colonie Suisse de Cantagalo”.....	56
Figura 10 -	Local denominado Barracão.....	65
Figura 11 -	CEASA-NF em funcionamento nos dias atuais.....	67
Figura 12 -	Mapa temático do circuito Tere-Fri.....	84
Figura 13 -	Cartaz de divulgação da Festa do Morango com Chocolate de 2022.....	87
Figura 14 -	Logotipo da marca coletiva "Amorango".....	88
Figura 15 -	Sistema de cultivo de morango em <i>slabs</i>	90
Figura 16 -	Estabelecimento que oferece a opção do “colha e pague” aos turistas.....	95
Figura 17 -	Sistema de cultivo em “calhas”.....	97

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	<i>Part-time farming</i> x <i>Pluriactivité</i> ou <i>pluriactivity</i>	30
Tabela 1 -	População por distritos de Nova Friburgo.....	45
Quadro 2 -	Síntese dos sistemas de Cultivo mais praticados na área de estudo atualmente.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Amorango	Associação dos Produtores de Morango de Nova Friburgo
ANDA	Associação Nacional para Difusão de Adubos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CEASA- Rio	Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro Unidade Grande Rio-Irajá
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER- RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual de Meio Ambiente
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MJHFH	<i>Multiple Job Holding Farm Household</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	AS MUDANÇAS NO ESPAÇO RURAL, PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS FUNDAMENTAIS À PESQUISA.....	21
1.1	A pluriatividade e o espaço rural.....	22
1.1.2	<i>Part-time farming e pluriactivité.....</i>	27
1.2	Agricultura familiar: definições e desafios.....	31
2	EVOLUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE NOVA FRIBURGO: PARA ALÉM DO MITO DA SUÍÇA BRASILEIRA.....	38
2.1	Características e particularidades geográficas do município de Nova Friburgo.....	40
2.1.2	<u>Processo de formação do Município de Nova Friburgo e os seus extravios.....</u>	46
2.1.3	<u>Surto industrial e a melhoria da infraestrutura de transporte em Nova Friburgo...</u>	58
2.2	Das Terras Frias a Campo do Coelho: desenvolvimento rural e a chegada da horticultura no 3º distrito de Nova Friburgo.....	60
2.2.1	<u>Evolução dos sistemas de produção na área de estudo.....</u>	67
2.2.2	<u>O sistema agrícola vigente.....</u>	71
3	TRAGÉDIA CLIMÁTICA DE 2011 E O CULTIVO DO MORANGO ENQUANTO ESTRATÉGIA PLURIATIVA NO DISTRITO DE CAMPO DO COELHO, NOVA FRIBURGO/RJ.....	75
3.1	O turismo em Nova Friburgo, e a promoção de um passado mítico.....	78
3.1.2	<u>A relação do distrito de Campo do Coelho com o turismo friburguense, e o surgimento de novas funções desse meio rural.....</u>	82
3.2	O advento do morango no cenário pós-tragédia de 2011.....	85
3.2.1	<u>O morango e a Festa: um marco da pluriatividade em Campo do Coelho, e da desterritorialização do seu novo produto.....</u>	88
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	103
	ANEXO - LEI Nº 10.105/23.....	109

INTRODUÇÃO

O rural no espaço brasileiro apresenta uma grande diversidade quanto aos modos de produção, origem da ocupação e o motivo para que se tenha adotado uma determinada prática ou tipo de cultivo, como é de se esperar em um território tão abrangente quanto o do Brasil. E vem se tornando gradativamente mais complexo, pois além das atividades agrícolas, outras atividades passaram a ser exercidas no espaço rural, como a pluriatividade e a multifuncionalidade das propriedades, recebendo uma quantidade cada vez maior de atividades não-agrícolas.

O espaço rural do estado do Rio de Janeiro não é diferente. A complexificação do rural no estado do Rio de Janeiro, ocorre da mesma maneira que se dá no panorama rural brasileiro, mas em menor intensidade (Marafon, 2017). Apesar de estar entre os estados brasileiros mais urbanizados, o rural fluminense também se mostra diverso, complexo e com situações antagônicas. É possível encontrar relações e práticas tradicionais convivendo com práticas modernas e intensivas sob a perspectiva do capital dentro do mesmo cenário, inclusive no município de Nova Friburgo-RJ, área de estudo desta pesquisa.

Para Marafon e Seabra (2016), o tradicional por exemplo, consegue ser observado no rural fluminense através das relações de poder arcaicas, vinculadas aos latifúndios¹ na Região Norte do estado. Podendo ser visto também em relações de trabalho informais e precárias, entre pequenos produtores rurais presentes na Região Serrana do Rio de Janeiro. Enquanto o moderno se faz presente no uso de insumos agroquímicos avançados, nos latifúndios canavieiros, ou nos mecanismos de comercialização envolvendo os agricultores que estão sob relações trabalhistas corriqueiramente à margem da legalidade.

Portanto, o tradicional e o moderno muitas vezes coexistem. De fato, o moderno supera o tradicional, quando o segundo se torna um empecilho para o desenvolvimento do trabalho social dominado pelo capital. Enquanto for possível, sendo o tradicional lucrativo, o

¹ Os parâmetros fundiários variam bastante no Brasil, de acordo com o referencial existente em cada estado ou região do país. Segundo a Lei 8.629/93, baseado no Estatuto da Terra de 1964, o módulo fiscal é a unidade medida em hectares, com o tamanho mínimo que um imóvel rural possibilitaria a sobrevivência de uma família de acordo com os sistemas produtivos e tecnológicos dominantes. Contudo, o módulo fiscal é estabelecido de acordo com o município, podendo ter de 5 ha a 110 ha. Portanto, mesmo dentro do mesmo estado, a referência do que seria uma pequena, média ou grande propriedade, pode vir a variar significativamente, inclusive no contexto fluminense. Para o INCRA (2020), no caso dos latifúndios, pode-se estabelecer dois critérios: um imóvel rural com mais de 600 vezes o módulo rural médio da região em que se encontra ou, não importando necessariamente o tamanho daquela área, mas sim o fato de não estar a atender à função social.

moderno irá refazê-lo, dinamizando-o e absorvendo os seus excedentes. Tanto é, que essas transformações estão associadas aos papéis tradicionais das zonas rurais, que ainda se mantêm usualmente, como fornecedoras de mão de obra e de matérias-primas para o consumo nas cidades. No entanto, o campo tem deixado de se limitar a essas funções clássicas, recebendo indústrias, redes de comercialização ligadas às grandes varejistas e serviços turísticos diversificados (Marafon e Seabra, 2016).

A dissertação, se origina a partir da observação e percepção de um pesquisador dentro do seu espaço geográfico-epistemológico, localizado em um sítio no terceiro distrito do município de Nova Friburgo, na Região Serrana do Rio de Janeiro (Figura 1). Portanto, as reflexões oriundas da observação do objeto de pesquisa dialogam com o olhar de quem habita e convive com as questões do campo e suas formas de se (re)produzirem espacialmente com as do pesquisador em Geografia com ênfase no estudo da interação entre o rural e o urbano.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Nova Friburgo/RJ



Fonte: IBGE (2024)

Nova Friburgo é notadamente um dos principais polos de produção de hortigranjeiros no estado fluminense. Sendo o maior produtor de culturas como couve-flor, brócolis, beterraba e cenoura, além de ser um dos maiores produtores de ervilha, alface e repolho nessa unidade federativa. Inclusive, de acordo com os dados coletados pelo Censo Agropecuário de 2017, Nova Friburgo se coloca como o maior produtor de couve-flor e brócolis do país, 11º maior de alface e o 14º maior de tomate estaqueado em todo Brasil (IBGE, 2023)².

Se for levado em conta apenas o total produzido pela agricultura familiar, o município se destacaria ainda mais nesses mesmos itens mencionados acima. Pois seria o segundo maior em produção de tomate estaqueado e o oitavo maior produtor de alface (IBGE, 2017). Além disso, o último Boletim Hortigranjeiro anual da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), referente ao ano de 2021, aponta Nova Friburgo e a sua Microrregião, entre os mais importantes quando se trata da quantidade total de itens como alface e tomate ofertadas ao Centro de Distribuição de Alimentos CEASA do seu estado (CONAB, 2022). Essa produção, portanto, visa principalmente o abastecimento da segunda maior região metropolitana brasileira, a do Rio de Janeiro (Seabra, 2015).

Grande parte da produção dos hortigranjeiros em Nova Friburgo vem da sua região sudoeste, onde fica localizado o 3º distrito do município (Grisel e Assis, 2015). Segundo Seabra (2015), estima-se que 86% do que equivale ao peso total do que o município produz na horticultura venha desse distrito. Sendo assim, a área de estudo tem uma grande representatividade quanto a produção do primeiro setor no município, tendo seu espaço predominantemente composto pela zona rural, com alguns perímetros urbanos dispersos principalmente próximos a rodovia RJ-130, conhecida popularmente como estrada “Tere-Fri”, e que corta grande parte do distrito (IBGE, 2021).

Esta rodovia, foi determinante para que houvesse a intensificação produtiva na região no último quarto do século XX, inclusive, com a entrada de folhosas em substituição às culturas de caixaria. A estrada, portanto, atribui um certo grau de dinamismo quanto o

² Entre essas produções destacadas, de acordo com o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, Nova Friburgo teve um volume de vendas de couve-flor de 23mil toneladas, tornando-o o maior produtor dessa hortaliça no Brasil (Mogi Mirim - SP com 8mil toneladas e Sumidouro - RJ, município vizinho a Nova Friburgo, com 5mil são respectivamente os segundo e terceiro maiores produtores). Quanto à produção de brócolis, Nova Friburgo apareceu novamente como o maior produtor nacional com mais de 10mil toneladas comercializadas (Ibiúna - SP com 7mil toneladas, Brasília - DF e Teresópolis - RJ com cerca de 6mil completam o ranking dos quatro maiores produtores do país). Em relação à produção de alface, apesar de Nova Friburgo não estar entre os 10 maiores produtores brasileiros, o município produziu em torno de 10mil toneladas (Teresópolis, município limítrofe a Nova Friburgo, se apresenta como o maior produtor nacional, tendo comercializado mais de 51mil toneladas). Enquanto ao tomate, Nova Friburgo aparece na décima quarta posição entre os maiores produtores do Brasil, tendo comercializado 14mil toneladas (enquanto os maiores produtores são Mogi das Cruzes - SP com 65mil toneladas, Afonso Cláudio - ES com 52mil toneladas e Sumidouro, se apresenta como o município fluminense mais bem colocado em quinto lugar, tendo produzido 20mil toneladas).

escoamento da produção agrícola local, por permitir um acesso relativamente rápido ao seu principal mercado consumidor. Tendo como o seu maior destinatário, as unidades do CEASA-RJ da Região Metropolitana, localizadas no bairro de Irajá no município do Rio de Janeiro e Colubandê em São Gonçalo (Seabra, 2015). Mostrando a importância da produção de verduras e legumes *in natura* de Nova Friburgo, à margem de uma região habitada por mais de 12 milhões de pessoas, no que se configura como uma das grandes zonas metropolitanas da América Latina.

Porém, o espaço rural como qualquer outro meio social, se encontra em constante mudança, é dinâmico. E no caso do distrito de Campo do Coelho não é diferente. Inclusive, tendo em conta seu acesso facilitado pela RJ-130 para outras partes do município e do estado, essa população rural se mostra mais “exposta” a fatores e tendências no âmbito social, ambiental e político se comparado a outras regiões agrícolas que estariam mais isoladas. Mesmo que no aspecto agrícola, a área de estudo em questão, se trate de uma região basicamente composta por pequenas propriedades, com média de 16 hectares, mas circunstancialmente, com sítios menores à essa média.

Um importante elemento trazido por Rua (2006), para o desenvolvimento dessa dissertação é a relação dicotômica construída entre o rural e o urbano. O rural posto como etapa a se superar sob uma perspectiva evolucionista, onde o ponto de chegada seria o urbano. Ou como foi colocado por Moreira (2003, p. 115), “na modernidade, o rural foi apreendido na cultura e na política pelas oposições campo-cidade, tradicional-moderno, oposições incivilizado-civilizado e não-tecnificado-tecnificado”. Essa relação, portanto, é marcada por muita assimetria de poder, onde a influência e as decisões seguem uma tendência urbanocentrada.

Contudo, percebe-se um movimento de ressignificação do espaço rural, onde o campo passa a ter outras “atratividades”, que são vistas agora como mercadorias valiosas. Mas não como terra-mercadoria, capaz de gerar renda através da especulação dessas regiões, trata-se de símbolos e atributos imateriais, nos quais os “valores ligados à natureza, à paisagem, à exploração do trabalho em áreas rurais, obriga-nos a repensar a própria teoria da renda da terra” (Rua, 2006 p. 83).

À vista do exposto, é possível se observar o aumento da circulação da população cidadina, especialmente metropolitana, no distrito de Campo do Coelho. Esse público em geral, chega à região buscando especialmente, se estreitar com elementos materiais e imateriais da presente área de estudo. O que acaba sendo facilitado pela proximidade do

terceiro distrito friburguense da RMRJ, levando-se em conta que as duas áreas são separadas por pouco menos de 140Km.

Outro fator, que está vinculado a uma modificação de um sistema agrário em uma zona rural são as crises. As crises agrícolas podem ser desencadeadas por diferentes questões, dentre elas os impactos ambientais ocasionadas por tragédias climáticas, que afetam de maneira direta como as regiões agrícolas operam. E o distrito de Campo do Coelho, como grande parte do município de Nova Friburgo foi extremamente impactado pelas chuvas de grande intensidade que recaíram sobre praticamente toda a região serrana fluminense entre os dias 11 e 12 de janeiro de 2011.

De acordo com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), nesses dois dias de chuva, foram registrados 166 milímetros de precipitação em Nova Friburgo, o que representa mais de 70% em relação à média histórica para o mês de janeiro. Tal fenômeno foi considerado como um dos piores desastres ambientais brasileiros dos últimos tempos, ocasionou 905 mortes registradas em sete cidades, afetando mais de 300 mil pessoas, o que dá em torno de 42% da população dentre os municípios atingidos e 1,9% da população do estado (Banco Mundial, 2012).

A partir disso, busca-se reunir os elementos trazidos até aqui para elucidar questões referentes à área de estudo. Então, parte-se do pressuposto que o distrito de Campo do Coelho, vêm passando por modificações socioespaciais devido aos impactos socioambiental e econômico acarretado pela tragédia climática de 2011. E pelo aumento da circulação de pessoas oriundas de centros urbanos, a procura de atividades associadas às ruralidades da região.

Dessa forma, o trabalho visa contribuir para o debate das interações espaciais e os seus rebatimentos, como a reorganização espacial que ocorre em Campo do Coelho, junto a conversão de parte significativa do modo de produção preponderante do distrito. Pois segundo Corrêa (2006), tal discussão tradicionalmente faz parte das ciências geográficas, em um mundo que tem rapidamente as interações são complexificadas. Sendo assim, é ainda uma tarefa importante que os geógrafos precisam assumir, em contribuir com sua visão particular da realidade, para que assim seja possível torná-la desmistificada e inteligível. Possibilitando sua compreensão diante de um quadro sobreposto por um horizonte de enredamentos socioespaciais.

A geografia tem como uma das suas principais metas, analisar a ordem espacial dos agentes e objetos que ali se encontrem, buscando a lógica para distribuição dos fenômenos que estejam presentes nesse espaço. Já que um trabalho geográfico precisa apresentar essas

questões: coerência, lógica ou razões relativas a suas distribuições para assim notabilizar uma trama locacional, inerente e de grande relevância para esses casos (Gomes, 2009).

Com isso, o objetivo geral desta dissertação é discutir a interferência da pluriatividade na organização espacial do distrito de Campo do Coelho, Nova Friburgo-RJ, após o desastre climático ocasionado pelas chuvas de janeiro de 2011. Pretende-se assim, compreender como a tragédia climática age como um marco catalizador da pluriatividade na área. Sendo necessário anteriormente, o entendimento do fenômeno da pluriatividade em si, suas facetas, como opera, partindo-se das bibliografias sobre esse tema no Brasil e no mundo. Depois, a forma como tal ocorrência se enquadra na atual fase do capitalismo e da maneira como ela se dá na presente área de pesquisa, protagonizada pelos pequenos agricultores locais. Procurando-se assim, entender a pluriatividade dentro do debate das interações espaciais, que seria nesse caso, produzido pela interação entre o rural e o urbano.

Face o exposto, para que se possa atingir o objetivo geral da pesquisa, o trabalho se encontra estruturado em três capítulos, vinculados a três objetivos específicos. O primeiro capítulo, discute-se a teoria de acordo com diferentes vertentes acerca da pluriatividade e o que norteia as questões presentes na dissertação. Junto a outras questões vinculadas aos fenômenos que se originam sobre os estudos dos produtores e proprietários rurais que deixam de praticar a agricultura em tempo integral, de famílias agrícolas que deixam de ser “monoativas” para se tornarem pluriativas. Observando-se as diferenças terminológica sobre as diferentes facetas existentes dentro dessas teorias, e como e do porquê ela se dá no contexto agrário presente na região estudada. Aliás, como esse fenômeno está ligado a atual fase do capitalismo, sendo por isso, uma reação dos pequenos agricultores para que consigam perpetuar seu estilo de vida, visando a obtenção de uma reprodução social satisfatória. Trazendo-se para complementar essa discussão, como o fenômeno da pluriatividade complementa apontamentos de autores marxistas quanto a evolução da escala social base para esse trabalho, que é o núcleo familiar de uma pequena ou média propriedade agrícola. E como hoje, as ciências humanas no Brasil, entendem o que é o agricultor familiar, inclusive, de acordo com os parâmetros oficiais para fins de programas governamentais.

O segundo capítulo, é dedicado inicialmente a descrição da área de estudo, onde se apresenta os aspectos naturais e o zoneamento territorial do município de Nova Friburgo. Em sequência, através de um levantamento historiográfico, se aborda o processo de formação socioespacial de Nova Friburgo. Os primeiros povos presentes na região, o modo que se deu ocupação do seu território por imigrantes europeus, fruto de um projeto de caráter eugenista do então governo brasileiro na primeira metade do século XIX e a dispersão para outras áreas

do município em relação aos primeiros assentamentos desses colonos. Para que se entenda, como se estabeleceu as características fundiárias presentes até os dias atuais em Campo do Coelho, composta basicamente por pequenas e médias propriedades. E assim, se tenha um aprofundamento sobre os principais modos de produção agrícola no distrito. Trazendo-se uma revisão de dados e informações secundárias, dos principais artigos agrícolas que são produzidos, o processo de difusão da cadeia produtiva na área e sua relação com a metrópole fluminense.

No terceiro capítulo, se apresenta o panorama da região no período pós-tragédia ambiental de 2011. Apresentando-se alguns dos números quanto aos impactos da chuva de grande intensidade na região. E como isso, um cenário de crise pós-tragédia, afetou a produção a produção agrícola local e serviu como um fator para que alguns agricultores adotassem novas práticas para obtenção de renda diante desses percalços.

Outro fator para o processo de reconversão produtiva na área que é trazido, são os dados sobre o aumento dos custos de produção. E a forma como a margem de lucro vem sendo desidratada cada vez mais, também por questões ligadas a conjunturas macroeconômicas, como a forma que o capital financeiro, a dolarização dos preços dos insumos e a flutuação dos valores pagos aos agricultores pelo seu produto final têm desestimulado a continuidade do modo de produção tida como convencional na área pesquisada.

Posteriormente, se identifica as diferentes atividades econômicas presentes na área de estudo. Para que estas sejam relacionadas com o aumento da pluriatividade e conseqüentemente, ao aumento da multifuncionalidade em algumas propriedades no distrito aqui tratado. Identificando-se produções especializadas emergentes que ascenderam em Campo do Coelho no período subsequente a tragédia de 2011. No caso, o enfoque sobre essa produção especializada é no cultivo do morango.

O caso do morango é então abordado trazendo se informações coletadas inicialmente em diálogos e observações feitas juntos aos agricultores que tem investido na produção e processamento dessa infrutescência. Além de números obtidos com a Associação dos Produtores de Morango de Nova Friburgo - Amorango como o número atual de produtores, sua distribuição no distrito de Campo do Coelho e a quantidade média produzida atualmente pelos associados.

O enfoque ao cultivo do morango se dá por se tratar de um caso exemplar. Um cultivo que era de pouca relevância até o final da década de 2000 e que após o ano de 2011, vem ganhando importância não só no distrito, mas também no cenário estadual. O que permitiu

alavancar Nova Friburgo, ao posto de maior produtor comercial desse item no Rio de Janeiro atualmente.

A criação de uma associação de produtores dessa fruta diz muito sobre como o morango e os seus subprodutos, têm ganhado expressão no espaço aqui pesquisado. Tendo em vista que é a única associação organizada em prol de um determinado item agrícola na região, que anteriormente já teve a alcunha de capital nacional produtora de couve-flor, por exemplo, sem nunca ter tido uma associação dedicada a tal hortaliça apesar disso. Tendo um perceptível impacto na paisagem da região, cada vez mais marcada pelas estufas voltadas para esse gênero da fruticultura.

À vista disso, o morango é para esse trabalho como um marco do crescimento de práticas pluriativas na região. Por se tratar de uma fruta que tem sido explorada cada vez mais pelos produtores devido ao seu apelo não apenas comercial, mas também como uma atração ao crescente fluxo de turistas e visitantes oriundos dos centros urbanos do município de Nova Friburgo e da região metropolitana fluminense. Interessados em estabelecimentos voltados a exploração de atividades interativas e venda de produtos ligados ao morango, com práticas recentes na região como “colhe-e-pague” desse fruto.

Além do mais, ainda há um claro interesse de setores do município ligados ao turismo. E que por isso, visam também capitalizar essa nova “atração”, e assim estimular a ampliação de produções voltadas ao que pode ser considerado como turismo rural. E despertar o lado empreendedor na população do distrito de Campo do Coelho, inclusive na população ligada a produção agrícola.

Isso pode ser exemplificado pelo sucesso da Festa do Morango e Chocolate que teve a sua primeira edição em 2013 - dois anos após a tragédia, no distrito de Campo do Coelho, e que desde 2019 (com um intervalo de duas edições por conta da pandemia) vem sendo organizada na cidade de Nova Friburgo, no seu distrito sede.

Segundo Saquet (2006, p. 61), a compreensão ou aprendizado sobre o campo em si acaba sendo limitado, levando-se em questão as relações que são estabelecidas na “desordem” socioespacial, e que por isso, tem as amarras sociais rompidas. Fazendo-se necessário por conta disso, sempre se buscar refletir aspectos da complementação entre o campo e a cidade, ou entre o rural e o urbano. Ou seja, uma relação baseada na complementaridade nas suas múltiplas relações independentes em uma trama espacial, da forma como o rural influi no urbano e do urbano no rural.

Com isso, a dissertação tem o propósito de responder à pergunta chave que move esta pesquisa: por que e como ocorreu o aumento da pluriatividade nas propriedades agrícolas

familiares no distrito de Campo do Coelho, após a tragédia climática que recaiu sobre a Região Serrana do Rio de Janeiro em janeiro de 2011? E procura, paralelamente compreender como se dá a articulação da trama espacial presente na inter-relação entre a zona rural do distrito de Campo do Coelho, e o urbano, principalmente referente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A compreensão da inter-relação dessas duas áreas, é fundamental para a assimilação do fenômeno decorrente em uma determinada delimitação do espaço (como crescimento da pluriatividade em Campo do Coelho). Pois é impossível afirmar, do ponto de vista geográfico, que um fenômeno espacial seja local por si só.

Porém, tendo em consideração a assimetria histórica presente na interface rural-urbano, inclusive na academia, e nas formas que se dão seus estudos e análises, o presente estudo tem como enfoque principal uma proposta de observância mais endógena do que o usual. Isso é, partindo se do pressuposto que o trabalho é feito não só por um geógrafo, mas também por um filho de agricultores, que com o auxílio do olhar geográfico, observa modificações significativas na paisagem rural em que habita, e convive com as questões rurais apresentadas, abrigado num cotidiano agrícola.

1 AS MUDANÇAS NO ESPAÇO RURAL, PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS FUNDAMENTAIS À PESQUISA

A discussão teórica a seguir aborda os desafios que atravessam os pequenos agricultores do distrito de Campo do Coelho diante da atual fase do capitalismo. Para isso, explora-se duas questões principais: como as condições atuais do sistema econômico afetam a reprodução socioeconômica dos atores sociais estudados neste trabalho; e por que muitos deles buscam atividades complementares, não raramente fora da agricultura, especialmente após a tragédia de 2011.

Por tudo isso, é necessário se aprofundar quanto aos possíveis motivos para que Campo do Coelho tenha passado por um aumento da pluriatividade entre as famílias agrícolas da região. Além disso, podem ter ocorrido outros fenômenos no distrito em questão, como o aumento da multifuncionalidade na agricultura, bem como o cultivo ou manufatura de produtos especializados em algumas propriedades.

Portanto, este capítulo será dividido em duas partes. Inicialmente, busca-se elucidar os conceitos da pluriatividade, especialmente no contexto das ciências sociais, devido ao seu pioneirismo no Brasil. Em seguida, aborda-se a aplicação dessa teoria à temática agrária.

O levantamento bibliográfico foi realizado com as principais obras sobre o tema no país. Isso permitiu uma compreensão da base epistemológica da pluriatividade, permitindo um aprofundamento no assunto. Essa abordagem foi fundamental para compreender as dificuldades iniciais enfrentadas pela pluriatividade, tanto em termos semânticos quanto em suas primeiras aplicações para entender os novos fenômenos rurais surgidos a partir da metade do século XX.

Num segundo momento, trata-se das concepções presentes sobre a agricultura familiar, principalmente, por ser o grupo social alvo das problematizações trazidas dentro deste trabalho. Consequentemente, faz-se necessário uma melhor compreensão teórico-metodológica para sua definição de acordo com as ciências humanas no Brasil, além dos parâmetros estabelecidos pelo governo, para fins de aplicação de programas sociais. Para então, se entender do porquê o mesmo poderia vir a ser afetado de alguma maneira no sistema agrário do terceiro distrito friburguense, como isso vem ocorrendo, e como isso pode estar associado aos outros dois fenômenos subsequentes.

1.1 A pluriatividade e o espaço rural

A pluriatividade é um fenômeno que passou a ser mais estudado na década de 1970, quando se observou o aumento da procura por diversificação da renda e de atividades profissionais exercidas por integrantes de grupos familiares que seriam ordinariamente tratados apenas como agrícolas. Neste caso, seria uma família dedicada exclusivamente às atividades produtivas dentro das suas respectivas propriedades³.

Fuller (1990), sugere que a pluriatividade de fato, é muito representativa quanto a forma como o campo e a agricultura interagem com os seus residentes e o mercado de trabalho. Sendo a forma como certas economias regionais se expressam, uma espécie de projeção daquele espaço numa escala local e a forma como ela interage com as presentes condições políticas e socioculturais. Fazendo-se necessário, portanto, se buscar compreender os elementos catalisadores ou limitantes para que haja o desenvolvimento da pluriatividade em uma dada localidade.

Entretanto, de acordo com Fuller (1990), essa questão agrária está relacionada com as mudanças econômicas que emergiram com mais força no final dos anos 1980, vindo da preocupação sobretudo de uma sociedade industrial ocidental, juntamente com seus acadêmicos. A conclusão foi que a principal motivação para a mobilização comportamental da população rural, estava nas condições de trabalho em suas propriedades e nas oportunidades de emprego fora delas.

Curiosamente, o mesmo autor diz que a pluriatividade (ou *part-time farming* como também se tratava esse conceito naquele período), foi repetidamente refutada como um

³ No Brasil, a pluriatividade como conceito, passou a ser abordada no meio acadêmico de forma mais tardia, nos anos de 1990. Além de Schneider, outros autores passaram a se dedicar nesta questão que ganhou espaço para ser discutida em consonância com as mudanças que se apresentavam no rural. Já que significativas alterações em relação ao mercado de trabalho, em um cenário de alterações do próprio modelo capitalista, se apresentava ao final da década de 1980 e no início da década seguinte tendo impactos significativos no rural de modo geral, inclusive no brasileiro. José Graziano da Silva, durante a década de 1990, passou a coordenar um importante projeto, que visava junto aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAS), analisar o grande crescimento das atividades rurais não-agrícolas nas zonas rurais do Brasil. O projeto, tinha como temática compreender o “novo rural brasileiro”, se iniciando no estado de São Paulo e alcançando proporções nacionais posteriormente com o apoio de outros pesquisadores de diferentes partes do país, sendo conhecido adiante como “Projeto Rurbano”, e tendo assim grandes méritos quanto a inclusão do debate sobre a pluriatividade no quadro acadêmico nacional, principalmente nas ciências sociais, num primeiro momento, e ganhando força em outros campos das ciências humanas, inclusive na geografia.

legítimo objeto de estudo de maneira geral. Por se tratar de uma modalidade ou um “fenômeno” que pouco contribuía para o produto interno bruto, de acordo com a OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - entre 1977-1979.

A mudança sobre essa percepção teve início com o *Arkleton Trust Project*, que surgiu em 1982. O propósito do projeto era advogar pela pluriatividade como um conceito capaz de unir, em um único termo, duas ideias cruciais dentro da perspectiva que se delineava para a agricultura naquele momento - e para o objetivo da pesquisa, que seria a agricultura em tempo parcial e o aumento da diversidade no campo econômico e produtivo dos espaços agrários (Sacco dos Anjos, 2003).

Em um seminário de 1983, apenas um ano após sua criação, concluiu-se que o modo de vida pluriativo há muito estava estabelecido desde os primeiros estudos realizados pelo *Arkleton Trust*. Essa prática era variada, mas sempre buscava a valorização econômica nos espaços rurais. Apesar de ser um fenômeno altamente dinâmico, e com agentes tão dinâmicos quanto, ficou claro que a pluriatividade era um fenômeno persistente⁴ (Arkleton Trust, citado por Fuller, 1990).

Para Marsden (1995), a ascensão da pluriatividade se dá pelo declínio do padrão fordista de produção, do qual se refere no seu trabalho como pós-productivismo na agricultura. Isso porque, o espaço rural que convencionalmente se limitava a cumprir apenas as funções agrícolas, com o recuo do ideário fordista, passa a receber novas atribuições sendo assim um ambiente agora onde se desenvolve uma multiplicidade de atividades produtivas. O que traz uma revitalização das formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural, tendo a pluriatividade como uma das mais significativas versões desse processo.

Nesse contexto pós-productivista delineado por Marsden, a definição de rural vai além da tradicional dicotomia urbano-rural, onde o campo nessa relação se restringe à produção agrícola de gêneros alimentícios e matérias-primas. O autor destaca que, a partir dos anos 1990, novas funções para o espaço rural ganham relevância. Isso inclui o aumento do consumo de bens materiais e simbólicos como propriedades, festas e gastronomia, bem como a prestação de serviços relacionados ao ecoturismo e a outras atividades ligadas a preservação ambiental (Marsden, 1995).

⁴ O que se confirmou em um levantamento feito pelo projeto em 1987, onde de 300 famílias que foram pesquisadas em 12 países da Europa Ocidental, se constatou que 58% eram caracterizadas como pluriativas.

Assim, Marsden (1995, p. 293) para explicar esse fenômeno e justificar o aumento da pluriatividade no campo devido a reconfiguração socioeconômica neste espaço, propõe o conceito de *commoditization*, que representa uma complexidade de processos de cunho social e político onde os valores mercantis são construídos e atribuídos sobre “neste caso - objetos rurais e agrícolas, artefatos e pessoas”. Porém, não se trata de um processo que abrange a realidade agrícola como um todo, ou que venha a alterar diretamente os processos de trabalho no campo. Se trata de “um fenômeno diversamente construído em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e depois se difundem” (Marsden, 1995, p. 293).

Dessa maneira, Marsden (1993) argumenta que, em áreas agrícolas, principalmente em propriedades familiares, existe uma tendência crescente para que a pluriatividade se torne mais comum. Isso ocorre devido à redução no número de trabalhadores resultante do avanço tecnológico e, por conseguinte, ao aumento da individualização do trabalho agrícola, um fenômeno frequentemente observado nas zonas rurais da Europa Ocidental, área tratada por Marsden em seus estudos⁵.

Ou seja, Marsden crê que, mais do que uma reformulação do meio rural em si a partir dos anos 1990, a pluriatividade está ligada a uma transformação mais ampla, subsequente a reconfiguração socioeconômica e socioespacial dentro da égide da transformação do capitalismo do período pós-produtivista ou pós-fordista. Nesse contexto, há mudanças nas relações de trabalho em meio a esse processo econômico. Sem embargo, o pesquisador constata que esses agentes exteriores ao campo e o crescimento das atividades não-agrícolas não são o suficiente para interpretar a fundo o crescimento da pluriatividade nas zonas rurais (Marsden, 1995).

Em vista disso, segundo Carneiro (1998), a pluriatividade também pode ser entendida como o embrião de uma nova categoria social “moderna”, tendo a sua origem em decorrência da atual crise na agricultura. Lamarche, citado por Carneiro (1998), defende essa mesma tese, do surgimento de uma categoria social emergente devido ao avanço da pluriatividade nas

⁵ Para ilustrar, Carneiro (1998), também descreveu que os avanços tecnológicos, especialização e intensificação na produção leiteira nos alpes franceses, contribuíram para a liberação de mão-de-obra familiar para outros setores econômicos crescentes naquele departamento, como a indústria e os serviços nas estâncias de esqui entre as décadas de 1960 e 1970. Provocando paralelamente, o aumento da pluriatividade entre os agricultores nas propriedades da região. Esse fenômeno era visto de forma idealizada pelos produtores pluriativos como uma autorreprodução, pois parte dos salários que recebiam eram investidas nas próprias propriedades. Isso, do ponto de vista camponês, diminuía sua dependência dos créditos agrícolas.

zonas rurais. Porque as famílias que se envolvem com tal prática, se diferenciam das demais por carregarem seus próprios sistemas de valores que não se alinham necessariamente nem com o urbano ou rural. Sendo, portanto, por meio dela que estaria se delineando transformações de impacto na sociedade rural.

É imprescindível trazer que o pensamento das famílias agrícolas é salutar, e por isso, a situação do mercado de trabalho passa a estar em voga dentro do planejamento familiar. Caso haja, por exemplo, um cenário de crise agrícola ou uma oportunidade de incremento a renda familiar visando sustentar uma reprodução social que lhe sejam mais atrativos ou necessários, é evidente que busquem maior durabilidade dos seus recursos e manutenção da qualidade de vida (Veiga, 2001).

Até por isso, muitas vezes, a ascensão das famílias pluriativas é assimilada e/ou incentivada pelo Estado como políticas de incremento social no espaço rural (Fuller, 1990). É nesse contexto, que Schneider (2003) salienta que a pluriatividade ocorre devido a fatores que vão além dos limites das propriedades rurais. Esses fatores são exógenos, como o próprio mercado de trabalho com o surgimento de postos de serviços não-agrícolas, conforme mencionado anteriormente, procedente das novas funções econômicas atribuídas ao rural. Porém, a prática da pluriatividade *per se*, depende das decisões dos indivíduos ou das famílias.

Diante do exposto, como uma família pode ser caracterizada pluriativa? Para Schneider (2006), as famílias agrícolas pluriativas são aquelas que adotam como estratégia de reprodução social a associação, mesmo de forma parcial, do trabalho agrícola com uma ocupação não-agrícola por ao menos um dos seus membros. Por outro lado, uma propriedade ou uma família monoativa seria aquela que se dedica exclusivamente às atividades agrícolas para se reproduzirem socialmente.

Outra definição, trazida por Sacco dos Anjos (2003), é que a pluriatividade, se trata de um fenômeno onde os componentes de uma unidade familiar agrícola, exercem diferentes atividades com o intuito de obter uma maior remuneração. No entanto, o próprio autor complementa, reforçando que a pluriatividade não se trata apenas de um fenômeno conjuntural, mas também, do resultado de um processo mais amplo de transformação da agricultura em sincronia com a dinâmica econômica de uma maneira geral, no marco de uma reestruturação aprofundada do capitalismo.

Schneider (2003) sublinha que isso se deve porque o núcleo familiar rural, atravessado pela pluriatividade, se encontra dentro de uma sociedade profusa, tendo sua dinâmica e forma de se reproduzir afetada pelo regime capitalista, seguindo uma determinada situação de

acordo com o seu momento histórico. Apesar disso, não se trata de uma “regra universal” como o autor se refere. Logo, a forma como essa família vai reagir ou se comportar diante do atual estágio do capitalismo, pode assumir características singulares, o que leva a crer que mesmo dentro de uma região, cada família pode vir a se comportar à sua maneira.

Na área de estudo deste trabalho, é necessário incluir outros elementos para enriquecer a discussão sobre os fatores que podem estar relacionados ao aumento da pluriatividade das famílias agrícolas do distrito de Campo do Coelho. Além das questões trazidas no final do capítulo anterior, que caracterizam alguns dos motivos que podem ter levado ao cenário de crise agrícola, ou aos gargalos econômicos do padrão convencional de agricultura praticado pela maioria nessa zona rural, é possível identificar elementos que poderiam levar um grupo familiar agrícola a aderir a pluriatividade, como o aumento da oferta de trabalhos não-agrícolas na região.

Todavia, Sacco dos Anjos (2003) esclarece que isso não implica que a pluriatividade seja uma etapa prévia para a proletarização em áreas agrícolas. Pois pode, na verdade, proporcionar um novo impulso para práticas tradicionais, como a produção de artigos artesanais, além de contribuir para o crescimento do turismo rural.

E como traz Moreira (2012), o espaço rural aqui tratado tem claramente a agricultura como seu principal elemento aglutinador. Ou, como se refere Cosgrove (1998) quando trata das paisagens culturais - aqui, no caso, a paisagem rural, é resultado de quando seus atores principais se encontram em conjunto e buscam de modo racional, facilitar o alcance de metas pessoais. Porém, com as modificações observadas nas últimas décadas sobre o rural, é cabível se considerar a grande variedade de funções, atividades, agentes e processos que não se limitam a visão clássica da vocação produtiva do espaço rural (Moreira, 2012).

Dentro desse pensamento, Moreira (2012) destaca a importância de considerar que a variedade de funções de um determinado espaço rural pode variar de região para região. Tendo em conta as potencialidades naturais existentes na localidade, assim como a distância dos centros urbanos e as necessidades socioeconômicas específicas de cada região. Nesse contexto, é relevante trazer à reflexão a relativa proximidade da área de estudo com um grande mercado consumidor, que, neste caso, é a região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Um dos fatores que impulsionou o desenvolvimento das atividades agrícolas no distrito de Campo do Coelho foi a sua distância em relação ao maior mercado consumidor possível dentro do cenário estadual: a capital fluminense e seus arredores. Visto que diferentes cultivares e métodos de produção foram sendo desenvolvidos à medida que a infraestrutura de transporte que interligava esses fixos melhorava. Isso ampliou o leque de

produtos que poderiam ser exportados para a capital fluminense, graças à redução do tempo de viagem (Grisel e Assis, 2015). Nesse contexto, é possível levar em conta as novas demandas que os consumidores urbanos apresentaram nas últimas décadas.

Dentre essas demandas recentes de parte da população que aqui iremos considerar como metropolitana, temos a busca por serviços ligados ao turismo e lazer nas zonas rurais. O que tem se dado na região aqui pelas suas potencialidades citadas previamente, que segundo Hespanhol (2013), tem se repetido nas áreas rurais periurbanas, próximas aos grandes centros urbanos, onde parte dos cidadãos de maior poder aquisitivo buscam se estreitar com mundo dito “natural” presente nas zonas rurais.

Logo, torna-se factível crer que o turismo rural neste caso, surja como uma opção para que integrantes de famílias de agricultores vendam sua força de trabalho para complementarem a renda dentro das suas propriedades. Porque tem se observado uma queda da renda agrícola dos pequenos produtores devido à pressão exercida pelo aumento dos custos de produção.

Assim, a pluriatividade tem se tornado uma alternativa para os membros das unidades familiares na mesma medida que cresce o interesse de turistas urbanos em direção ao espaço rural, tendo em vista, a revalorização do espaço rural e da natureza (Marafon, 2006).

1.1.2 Part-time farming e pluriactivité

Contudo, Schneider (2003) diz que até o meado dos anos de 1980, o conceito de pluriatividade foi campo de disputas semânticas e de concepções teóricas. Pois os termos *part-time farming*, *multiple job holding* e *pluriactivité* acabavam sendo usados quase que como sinônimos no âmbito das ciências sociais, no qual o que poderia ser considerado como o único consenso, era a diferença de origem dessas expressões, e dessa maneira, as duas primeiras expressões eram mais exercidas pelos teóricos ingleses ou anglófonos, enquanto a segunda estava associada aos estudiosos franceses, além de ter sido concebida mais tardiamente.

Para Schneider (2003 p.75), a grande questão do conflito semântico sobre as expressões *part-time farming* e *pluriactivité*, é que o primeiro trata do uso do “tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família”. Já no segundo, se trata da “combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família”.

Ambos os conceitos, abordam contraposições a outras duas ideias. O *part-time farming*, surgiu como uma forma de explicar mudanças na prática conhecida como *full time*, tempo integral em português, que seria de uma forma arbitrária ou não, do corte no tempo de trabalho que usualmente era em sua totalidade, dedicado a serviços direcionados para as atividades ligadas à produção na propriedade.

No caso da *pluriactivité* como foi levantado antes, se dá em contraponto com a expressão francesa *monoactivité*, ou monoatividade, que seria uma relação com o grau de dedicação dos indivíduos de uma família rural, com as atividades dentro das suas propriedades. E como pode-se notar, e é explicitado pelo autor susodito, são conceitos muito similares e tratam praticamente da mesma temática e acepção, contudo, suas contraposições acabam tendo sentidos bem distintos.

Fuller, citado por Schneider (2003), propôs que o termo *part-time farming* fosse trocado por *multiple job holding*, ou *multiple job holding farm household* (MJHFH). A modificação, visava realocar a unidade de análise que, antes se baseava no tempo trabalhado em uma unidade familiar, para que os estudos dentro dessa temática fossem direcionados para três vieses que seriam:

- a) a composição demográfica;
- b) o processo de tomada de decisão, e as vontades e interesses dos indivíduos pertencentes a família;
- c) suas situações locais e históricas (fator importante para se compreender o desejo pela permanência dos integrantes no lugar).

A modificação da noção por meio da mudança dos termos, não se concretizou somente devido as limitações que o conceito de *part-time farming* acabava colocando sobre os estudos empíricos⁶. Tal mudança se consolidou também, diante dos desafios que eram colocados por novas demandas presentes à luz das Ciências Sociais de maneira geral (Fuller, 1990). E segundo Schneider (2003), com a consolidação da noção de MJHFH, veio uma das principais

⁶ Schneider (2003) aponta dentre as limitações do *part-time farming*, as confusões recorrentes quanto a ocupação do produtor e a função produtiva presente na sua propriedade.

inspirações para o modelo analítico adotado pela *Arkleton Trust Project*, e que seria modificado e denominado de pluriatividade em seguida.

Todas essas mudanças ocorreram em um cenário desafiador, que exigia a criação de novas teorias e conceitos sem tornar a discussão ainda mais complexa. O objetivo era evitar dificuldades na aplicação das noções do ponto de vista analítico e empírico, considerando as transformações que estavam acontecendo no universo agrário entre os anos 1980 e o início da década seguinte.

Para Schneider (2003), as diferenças entre *part-time farming* e pluriatividade ou a primeira noção em francês do conceito: *pluriactivité*, é organizada de forma clara por Fuller e Brun, que em trabalho feito no período referido acima, conseguiram apresentar definições mais claras visando caracterizar as diferenças entre as duas teorias:

Quadro 1 - *Part-time farming* x *Pluriactivité* ou *pluriactivity*

<i>Part-time farming</i> (agricultura em tempo-parcial)	<i>Pluriactivité</i> ou <i>pluriactivity</i> (pluriatividade)
<p>O termo tinha como limitação, causar constantes confusões sobre a questão em si. Pois confunde a diferença sobre a unidade produtiva como um espaço, ou entidade física, e os seus ocupantes – a família que vive/trabalha nessa unidade – que gerem a unidade de formas variadas. Podendo ser a que combine o trabalho agrícola com outras atividades, uma das formas de se operar.</p> <p>O que fez com que houvesse o aparecimento de compreensões errôneas do termo, foi ter também assimilado variantes como <i>part-time farm</i>, <i>part-time farmer</i> e <i>part-time farming</i> que eram usados como se fossem intercambiáveis, criando noções equivocadas do fenômeno.</p> <p>Pode-se considerar <i>part-time</i> uma unidade de produção, onde pelo menos é colocado um ano de trabalho completo, enquanto o <i>part-time farming</i> já se pode utilizar de maneira mais precisa comparado ao primeiro. Como em situações onde pelo tamanho físico ou uma alternativa de gestão que se adota na unidade, se cultiva investindo menos do que um ano completo de trabalho.</p>	<p>A noção neste caso, tem o objetivo de integrar as múltiplas ações e os interesses dos indivíduos da unidade familiar de uma propriedade. Têm como foco a reprodução familiar, e podem fazer isso através do mercado de trabalho ou por meio de outras atividades ligadas a terra, além é claro das atividades agrícolas propriamente ditas.</p> <p>Portanto, a pluriatividade ocasiona em um modelo de gestão onde o trabalho agrícola se encontra sempre incluso dentro da dinâmica da unidade produtiva, mas não sendo necessariamente a atividade exclusiva da família que se encontra nessa propriedade, podendo não ser inclusive, a atividade mais importante. Porque atividades não-agrícolas, podem ser assimiladas visando auxiliar no sustento ou no suporte da propriedade e/ou à unidade doméstica, sendo que a motivação para que isso ocorra pode variar.</p> <p>Tal pressuposto, permite ir contra ou até mesmo questionar a ideia de que <i>full-time farming</i> é uma norma nas zonas rurais, e por isso, algo positivo. De acordo com os referidos autores, a pluriatividade é considerada um “mal necessário” e por conta disso, uma espécie de estado temporário dentro do desenvolvimento econômico de unidades produtivas, das famílias que nelas habitam ou das áreas rurais onde esse processo se dá. Contudo, a pluriatividade, dentro dos ideais analíticos que a desenvolveram, acaba sendo de difícil aferimento por estatísticas disponíveis, inclusive oficiais</p>

Fonte: Fuller e Brun, citado por Schneider, 2003

A mudança trouxe um grande avanço para o estudo desse tema nas Ciências Sociais. Para Fuller (1990), isso permitiu uma análise mais aprofundada de questões como a agricultura e sua relação com os sistemas agroalimentares, a interação dos agricultores com os

mercados de trabalho, os aspectos ligados ao núcleo familiar e o novo padrão das relações econômicas entre homens e mulheres.

Além disso, como expõe Schneider (2003), o que ele se refere como processo de “deslocamento etimológico” foi de importância decisiva na consolidação do presente fenômeno social como um objeto de estudo pela academia. Sendo que foi na já citada *Arkleton Trust Project*, onde passou a se aprofundar na questão das famílias rurais que somavam o trabalho agrícola a outras atividades.

O que veio a ser mostrar como fundamental, para que aquilo viesse a se tornar um marco do que se tornaria o estudo sobre a pluriatividade. E foi a partir disso, que a unidade de análise não seria mais o chefe da propriedade ou o tempo que era gasto com o trabalho em atividades agrícolas (uma das fontes das confusões conceituais), pois a unidade doméstica assumiria esse papel, até por fazer mais sentido segundo os parâmetros conceituais estabelecidos.

Assim, se adotou a noção de pluriatividade como o conceito que de forma mais funcional auxilia no exercício de compreensão do fenômeno da multiplicidade das maneiras que as unidades agrícolas trabalham e geram renda (Schneider, 2003). Segundo Carneiro (1998), a motivação central é compreender e, até mesmo, prever as mudanças que têm ocorrido no campo nas últimas décadas. O foco está em analisar a dinâmica dessas transformações e as relações entre o mundo rural e a sociedade industrial. Nesse contexto, estudiosos e acadêmicos destacam a pluriatividade como um objeto de análise privilegiado.

1.2 Agricultura familiar: definições e desafios

É necessário se debruçar previamente sobre a discussão do objeto chave para o desenrolar desta dissertação, que é a unidade familiar em si, palco para os fenômenos aqui tratados, em especial a pluriatividade.

Neste projeto, essa unidade social terá como referencial teórico os conflitos e desafios enfrentados pela agricultura familiar no contexto socioeconômico do distrito de Campo do Coelho, em Nova Friburgo/RJ. Pois os fenômenos trazidos, estão associados pela sua busca

por permanência a um determinado lugar do qual se sentem pertencidos e têm uma relação afetiva com o mesmo. Junto ao interesse pelo aumento da sua renda, como estratégia de reprodução social em meio as crises agrícolas que afetaram os agricultores da região nos últimos anos.

Segundo Schneider (2003), o debate insuficiente que se teve no Brasil acerca da agricultura familiar, acabou por limitar um entendimento mais apurado de como a pluriatividade, por exemplo, que se trata de um tema emergente dentro dessa categoria, poderia ser abordado dentro da sua compreensão analítica. E como foi trazido por Paulino (1997), posturas políticas que se sobreporão a realidade sobre as diferentes concepções das chamadas questões camponesas, que criaram divergências teóricas e originando paradigmas difusos.

Autores que se alinhavam a doutrina marxista, por muito tempo se restringiram aos aspectos econômicos de como o desenvolvimento do capitalismo iria se espalhar no campo, e se desenvolver sobre as questões agrárias. Por conseguinte, focavam na maneira como o modo capitalista de produção iria delinear as estruturas das propriedades rurais, tendo como referência a obra de Marx, que descrevia principalmente em sua tese o modelo que ocorreu na Inglaterra da primeira revolução industrial ainda no século XIX (Schneider, 2003).

Schneider ainda traz que, a despeito do marxismo da primeira metade do século XX ter se dedicado às formas como o capitalismo iria ser reproduzido no meio rural, fazendo um paralelo com os modos do trabalho presentes na teoria clássica voltada para as relações na abordagem industrial, especialmente em relação à estrutura das classes que viriam se formar e ao acúmulo do capital no mundo rural. O autor, entretanto, reconhece a importância dessa abordagem por ter conseguido desvendar que novas categorias surgem; assim, determinadas formas sociais acabam se tornando antiquadas e deixadas para trás com a evolução da divisão social do trabalho sob a égide do capital e da sua sociedade.

A crítica a esse modo de pensar, está nas deduções feitas por autores marxistas na maneira como esse rural iria se consolidar. As interpretações previam o fim ou uma drástica diminuição das pequenas propriedades, em especial as de caráter familiar. Além disso, o enfoque exacerbado no campo econômico da teoria, acabou limitando uma melhor compreensão do desenrolar presente do âmbito social no rural. Segundo Moreira (2007), previsões feitas por estudiosos clássicos das questões agrárias como Lênin e Kaustky, que se fundamentaram na obra de Marx, previam ainda, o fim das pequenas unidades produtivas no campo concomitante ao avanço do capital e do seu modo de produção.

Contudo, seria desafiador abdicar do potencial analítico que a perspectiva teórica fundada por Marx, e que toda sua tradição sociológica traz para se desenvolver um estudo sobre os agricultores familiares e a pluriatividade. Além disso, é crucial entender como esse grupo social e o fenômeno de caráter socioeconômico interagem no espaço rural contemporâneo (Schneider, 2003). Porque o foco dentro da presente linha de pensamento, é compreender:

[...] o trabalho e suas formas de materialização, quer sejam familiares ou sociais, em determinados ambientes econômicos e produtivos, como é o caso das famílias rurais que possuem pequenas propriedades de terra. Sem fixar exclusivamente nas dimensões econômicas e materiais das unidades familiares, o que se busca é perceber como determinados grupos sociais (famílias de agricultores e famílias pluriativas) são integrados ou excluídos da divisão social do trabalho. [...] (Schneider, 2003 p.27-28).

Conseqüentemente, o estudo da pluriatividade tendo em foco e partindo da observação do ambiente familiar, é importante paralelamente a discussão trazida até aqui. Dado que se tratando de um grupo sensível dentro da dinâmica capitalista, não é de surpreender que essas famílias rurais venham buscar estratégias de sobrevivência nesse sistema. O que reforça a adaptabilidade desses agentes mediante a evolução do capital e das suas formas de exploração, onde os pequenos agricultores familiares buscam à sua maneira, se reproduzir socialmente.

Um dos pontos principais neste debate, portanto, é que o estudo da pluriatividade permite poder ir a fundo sobre como esta família, se organiza, decide, aloca a força de trabalho familiar em atividades não relacionadas com os serviços agropecuários dentro da sua propriedade. E, como essa renda é convertida levando-se em conta as relações de gênero, e claro, como a forma familiar é afetada por isso (Schneider, 2003).

O autor aludido vai além, ao mostrar que o modelo familiar de agricultura havia sido legitimado e estabelecido como principal forma de produção nos campos dos países centrais do ponto de vista capitalista, principalmente na Europa, com imensa participação nas suas produções agrícolas. E destaca que isso foi valioso para que se deslocasse o foco entre os estudiosos das questões rurais e agrárias do Brasil, a discussão hora central nesse meio que era quanto o capitalismo, e o seu caráter tradicional ou moderno no campo, para se debruçar com mais vigor nas relações sociais dentro da agricultura.

O meio rural, como todo palco de relações sociais, é um lugar onde através da produção e reprodução de práticas sociais, culturais e econômicas, se constituem materialidades de diferentes maneiras segundo suas particularidades e contexto histórico. Logo, é complexo, heterogêneo e dialético por excelência. Um espaço com

multifuncionalidades ao invés de unilateralidade, como apregoa a forma antiquada de tratar esse meio dentro de uma relação dicotômica, ou mesmo antagonica do rural com o urbano (Bagli, 2004).

Assim, seria audacioso traçar uma definição fria e retilínea do que seria agricultura familiar. No entanto, diferentes conceitos podem ser trazidos, para formatar algo que se enquadre dentro do objetivo do presente projeto de estudo. Tendo em vista, que o rural é diverso, inclusive na escala estadual, como temos na do Rio de Janeiro.

Mas como foi apresentado, a discussão do agricultor familiar como categoria ou unidade social é um tanto quanto recente no Brasil. Isso é, muito do que se desenvolveu especialmente a partir dos anos 1990, tem como base trabalhos e discussões importadas dos países considerados desenvolvidos. Portanto, é necessário relativizar determinadas diferenças existentes no cenário agrário em países europeus, ao se comparar com o brasileiro.

Só que levantando inicialmente as similaridades entre os esses “rurais”, se consegue afirmar que em ambas as realidades sociopolíticas, onde o mercado media as trocas, a produção agrícola que assegura especialmente a segurança alimentar, é a vinda de explorações familiares, ou onde a mão de obra familiar tem papel central diante da produção. Contudo, a mesma não pode ser considerada o baluarte do desenvolvimento agrícola, no que tange os aspectos tecnológicos e grau de integração com o mercado. Sendo na realidade, alvo de pressão para que seja excluída desse desenvolvimento, descreditada e de certa forma tolerada pelos agentes de poder (Lamarche, 1993).

Lamarche (1993), pontua que mesmo sendo preciso considerar a diversidade dos modos de produção familiar na agricultura, e da sua inerente diversidade devido a forma como evoluiu a partir das suas realidades locais. É muito revelador, o modo que a exploração agrícola familiar consegue se adaptar, principalmente ao mundo pós-Revolução Industrial. Essa habilidade é vista propriamente através da sua heterogeneidade, refletindo as diversas faces desse mesmo objeto sociológico que o autor diz que são intrinsecamente diferentes.

Dos problemas existentes ao se definir um objeto social, é que a definição acaba sendo limitadora ao delinear um formato para que esse grupo se enquadre dentro das barreiras conceituais impostas, o que Lamarche coloca como “armadilha da definição”. Que o autor apesar das ressalvas, diz ser necessário para que se crie um objeto de estudo que possa ser coerente o suficiente para que se consiga fazer o exercício de comparação entre os diferentes modos de funcionamento da agricultura (Lamarche, 1993, p.15).

Dessa maneira, o referido autor, mesmo considerando que a seguinte definição é “forçosamente restritiva”, descreve que:

A exploração familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (Lamarche, 1993, p.15).

Carneiro (1998), a partir dos estudos que fez sobre os agricultores familiares nos Alpes franceses, buscou levantar questões pertinentes sobre a compreensão desse grupo social no final do século XX. E levando-se em conta as significativas diferenças entre o rural francês e o do Brasil, conseguiu-se trazer ingredientes novos e valiosos para questão da agricultura familiar brasileira.

A autora ressalta a capacidade de adaptação dos pequenos estabelecimentos agrícolas, e relaciona isso a qualidade do tipo de produção e da organização que se dá nestas propriedades. Tendo como suporte vital, a força de trabalho familiar e o valor da família como importante elemento de coesão e ordenamento das ações dos membros da unidade doméstica. Destacando também, a importância da manutenção e transmissão do patrimônio fundiário como algo de grande importância para reprodução deste modelo econômico e social.

Essa estruturação familiar, como coloca Carneiro (1998), não deve ser compreendida tão só pelas condições históricas e culturais desses agentes. É premente, que os valores que orientam semanticamente às suas práticas sociais sejam considerados, por ser o que acaba agregando os indivíduos em uma rede de relações e representações sociais. Logo, dois aspectos precisam ser considerados nesta discussão, que seria a relação existente entre os indivíduos do grupo familiar, e os valores e representações que orienta e dá sentido a esses relacionamentos.

Outra caracterização quanto a do agricultor familiar como grupo social é o que surgiu com o Projeto de Cooperação FAO/INCRA. Sendo considerado um importante marco referencial que passou a ser estabelecido, tendo como base de dados o Censo Agropecuário de 1995-1996. O estudo tinha como foco orientar o que viria ser o conceito de agricultura familiar, mesmo tendo o entendimento que há diferenças notáveis entre esses agentes, o que teria implicações quanto a delimitação de políticas públicas voltadas para eles (Bianchini, 2005).

Para Bianchini (2005), a importância de uma definição voltada para esse projeto, era de quantificar e tipificar os módulos, e verificar o: tamanho das propriedades; número de pessoas ocupadas nesses locais (familiares ou empregados); número de pessoas ocupadas por hectare; e o acesso à assistência técnica. E através desses elementos, orientar políticas

públicas que melhor os atendessem, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (BNDES, 2022).

O Pronaf, portanto, também buscou estabelecer critérios para que diferentes tipos de explorações agrícolas fossem contemplados, com a proposta de desenvolver a agricultura mediante

Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar (BNDES, 2022).

Para isso, classificou-se os agricultores familiares em quatro critérios: predomínio de mão obra familiar; área de até quatro módulos fiscais⁷; residência no estabelecimento ou aglomerado próximo; e renda (Bianchini, 2005).

Para Graziano da Silva (1982), são considerados agricultores familiares ou proprietários minifundistas, aqueles que possuem uma propriedade menor do que um módulo fiscal. Esse módulo fiscal, é a extensão que se entende como passível de ser trabalhada pela mão de obra familiar, frequentemente com o auxílio de terceiros, como funcionários, diaristas ou meeiros. E assim, o objetivo é garantir pelo menos a sua subsistência.

Dentro dessa definição, o autor aponta que, pelo conceito de minifúndio, a família proprietária desse estabelecimento não conseguiria se reproduzir sem recorrer ao que ele chama de “expedientes externos à unidade de produção com o objetivo de complementar sua renda, como, por exemplo, o assalariamento temporário nas grandes explorações vizinhas.” (Graziano da Silva, 1982 p. 145).

Graziano da Silva (1982), ainda argumenta que duas características fundamentais para a definição de minifúndio são, em sua grande maioria, imóveis com área inferior a 100 hectares, o que corresponderia ao maior módulo fiscal, conforme as definições do INCRA (levando em conta os parâmetros de cada região agrícola). Além disso, a maioria desses imóveis apresenta uma renda bruta inferior ao salário mínimo anual, salvo as mudanças ocorridas nessa caracterização nas décadas subsequentes.

⁷ Módulo fiscal, é uma unidade de medida em hectares, tendo o seu valor fixado e regulado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para cada município, e leva-se em conta: a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura temporária, cultura permanente, pecuária ou florestal); b) a renda obtida no tipo de exploração que se predomina; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em relação a renda ou a área utilizada; d) o conceito de “propriedade familiar”. Portanto, o valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2023). Como exemplo, para ilustrar as diferenças entre os módulos fiscais, um módulo no município de Nova Friburgo – onde se encontra a área de estudo desse trabalho – é de cerca de 10 hectares. Enquanto no município de Lorena, no estado de São Paulo, porém próximo da divisa com o estado do Rio de Janeiro, o módulo fiscal equivale cerca de 24 hectares.

É possível se concluir, que mediante a essas caracterizações postas acima, o fator fundamental para a caracterização desse grupo social vai além das definições estabelecidas por instituições governamentais. Apesar de suas definições serem de grande importância para a aplicação de políticas públicas voltadas para esse grupo focal, o que realmente qualifica uma produção como vinda de agricultores familiares, é a relação direta desses familiares com a produção, a responsabilidade que têm junto a todas as etapas de produção, inclusive a comercialização, e a sua relação com a terra em que produzem.

Isso, porque a terra não é apenas um patrimônio em si - evidentemente, não se considerando esse fator como um aspecto irrelevante - é o meio em que extraem a parte mais significativa de suas rendas, onde habitam e muitas vezes onde seus antepassados também habitaram.

Isso torna aquilo parte do que são e, do que muitas vezes gostariam que seus descendentes fossem, ou que carreguem consigo tal marca que se construiu através da transformação daquele espaço a custo da própria labuta. O que em parte, explica muitas vezes a permanência dos descendentes nos arredores desses lugares, se não dentro da mesma propriedade dos seus progenitores. Sentimento esse, que pode ser transferido para as comunidades que o cercam, que convencionalmente ainda preservam um grau maior de coesão do que a que se observa nos meios mais urbanizados.

2 EVOLUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE NOVA FRIBURGO: PARA ALÉM DO MITO DA SUÍÇA BRASILEIRA

A configuração espacial do distrito de Campo do Coelho, se insere no contexto do município de Nova Friburgo, dentro de uma lógica resultante das necessidades e possibilidades que existiam no momento da sua fundação, e ao longo do seu desenvolvimento e dos processos sociais ali ocorridos. Compreender essa lógica e os agentes que atuaram durante a evolução do município, faz-se necessário, para orientar a discussão da dissertação acerca do quadro agrário e do modelo agrícola que atualmente prepondera no distrito em questão.

A localização de um município, ao lado do litoral ou em sopés de montanhas, causa a impressão que sua distribuição se deu de forma aleatória. Sendo que na realidade, tal orientação é derivada de funções que se esperavam que aquele local onde se fundou uma cidade atendesse. Junto as possibilidades, podendo ser de ordem técnica ou econômica, que poderiam ser efetivadas dentro da sua proposta fundacional (Corrêa, 2004).

O caso de Nova Friburgo, diante do exposto acima é muito interessante. Sua fundação, veio para atender a demanda de uma oligarquia escravocrata da região, aliado a um desejo da monarquia de buscar trazer mais “civilidade” ao entorno do então centro do império luso-brasileiro àquela época, tentando embranquecer uma área que orbitava uma fronteira emergente da expansão cafeeira no início do século XIX, com base na mão de obra de uma ampla população de escravizados.

Mas esses elementos são minimizados da história de Nova Friburgo, diante da criação do mito da Suíça Brasileira⁸. Identidade trazida artificialmente, para atender interesses dos seus atores hegemônicos, e que de acordo com Schein (2010), busca naturalizar práticas sociais e culturais desse grupo em um espaço. Visando-a tornar funcional, principalmente sob

⁸ O professor e pesquisador João Raimundo Araújo, defende em sua tese, a formação e difusão de uma ideologia criada em 1910 e que veio se consolidar na memória coletiva da população friburguense ainda na metade do século XX (Araújo, 2003).

o ponto de vista econômico, através do apagamento das memórias e das questões raciais que influenciaram na forma como aquele espaço se materializou.

Ainda assim, a imigração europeia na região, é importante para se ter ciência do estabelecimento da característica fundiária presente em Nova Friburgo nos dias atuais, em especial, em Campo do Coelho. Porém, para se entender a evolução desse espaço agrário, buscando-se não cair em simplificações que superestimem a contribuição de uma minoria de suíços durante esse processo, o capítulo tem a preocupação de trazer fatores históricos que contribuíram para o que se tem hoje no espaço tratado, buscando-se afastar dos seus mitos fundacionais.

Considerando a função principal da Vila que se tornaria o município friburguense mais adiante, o elemento fundante de acordo com o conceito trazido por Corrêa (2004), é de grande relevância para o tema deste capítulo. Apesar de Nova Friburgo, nascer de um projeto de colonização que visava ocupar e povoar uma parte do vasto sertão à porta da capital do Império. Foi o nascimento de um polo produtor de bens de víveres, para que se abastecesse as fazendas cafeeiras que emergiam na Região Centro-Norte Fluminense, que consolidou as bases que permitiram Nova Friburgo continuar seu crescimento. Servindo também, como uma última parada para as tropas que levavam o café para ser exportado, antes da perigosa descida pela Serra do Mar em direção à Baía de Guanabara, durante a primeira metade do século XIX.

Passa-se então, ao processo de formação de Campo do Coelho, chamado anteriormente de Terras Frias. E que se moldou diante do processo de imigração, e pela produção de gêneros agrícolas nas primeiras décadas do século XX, que orientou o modo de ocupação e a dinâmica agrária, presente ao longo do século passado e no atual. Levando-se em consideração o impacto da implementação das rodovias ao distrito nos anos de 1960, inclusive, com criação da rodovia que viria se tornar a que hoje é conhecida como estrada Tere-Fri. Tal via de acesso, aliada a uma melhora de sua infraestrutura, auxiliou na formação do modelo produtivo praticado na região hoje, e na forma como ela ainda é impactada pelo capital e demandas externas.

Entendendo que esses processos foram importantes para o panorama corrente da dinâmica produtiva agrícola em Campo do Coelho, realizou-se um levantamento historiográfico sobre a formação socioespacial de Nova Friburgo. Para este fim, o segundo capítulo será organizado em três partes: na primeira, irá se apresentar dados gerais sobre o município onde a área de estudo se encontra, descrevendo os aspectos naturais, a posição geográfica de Nova Friburgo e o entorno do seu território.

A segunda parte do capítulo, irá se empenhar na abordagem sobre os primeiros povos presentes na região, o modo que se deu colonização de Nova Friburgo por imigrantes europeus, fruto de um projeto de caráter eugenista do então governo brasileiro na primeira metade do século XIX, e sua dispersão para outras áreas do município em relação aos primeiros assentamentos desses colonos. O surto industrial e a construção do mito da Suíça Brasileira, para que em seguida se entenda, como se estabeleceu as características fundiárias presentes até os dias atuais em Campo do Coelho, composta basicamente por pequenas e médias propriedades.

E na terceira parte, por fim, se aprofundará sobre os principais modos de produção agrícola no distrito. Trazendo-se uma revisão de dados e informações secundárias, dos principais artigos agrícolas que são produzidos, o processo de difusão da cadeia produtiva na área, e sua relação com a metrópole fluminense.

2.1 Características e particularidades geográficas do município de Nova Friburgo

O município de Nova Friburgo está localizado no centro do estado do Rio de Janeiro, na região de governo conhecida como Região Serrana do Rio de Janeiro, ocupando uma área de 935,429km², sendo o 11º maior município nesse quesito no estado.

A história oficial do município se inicia em 1818, a partir do decreto de D. João VI com o qual ele autorizou a criação de uma colônia que seria pioneira neste quesito quanto a introdução de colonos vindos diretamente da Europa com o intuito de povoar uma parte do sertão fluminense, na então Fazenda do Morro Queimado. O local ganhou o título de vila em 1820, sendo nomeada de Vila de São João Batista de Nova Friburgo, onde foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto nº 34, de janeiro de 1890 (Nova Friburgo, 2024).

Nova Friburgo está situado na Zona do Alto da Serra, com relevo bem acentuado por conta da serra do Mar conhecida neste trecho como Serra dos Órgãos, que corta com suas escarpas essa região fluminense, atribuindo-lhe uma altitude média de 846 metros. Inclusive, o ponto culminante da serra do Mar se encontra em Nova Friburgo, que é o Pico Maior com 2.366 metros (CEPERJ, 2022).

A geomorfologia montanhosa na região se deve ao predomínio de rochas graníticas que a compõe, por se tratarem de rochas altamente resistentes ao intemperismo. Isso acaba por favorecer a produção de blocos *in situ*, e nas áreas de encostas com menor declividade, a formação de depósitos saprolíticos e coluviais espessos (Avelar *et al*, 2011). Também é caracterizado pela presença de muito vales encaixados, encostas íngremes e paredões rochosos com pouca presença de rochas decompostas, em especial no trecho ligado a Teresópolis. Costumeiramente, os fundos desses vales são ocupados nas áreas próximas as duas cidades (IBGE, 1960). E os núcleos habitacionais friburguenses, sempre tiveram uma tendência de se concentrar nos vales escavados, próximo das baixadas fluviais - como é possível se observar nos exemplos das Figura 2 e 3 a seguir, mas que com crescimento desordenado, vêm ocupado cada vez mais as áreas de encosta.

Figura 2 - Distrito-sede de Nova Friburgo, a 12,2 km de altitude



Fonte: Imagem extraída do Software Google Earth® em 11 de mar. de 2024.

Figura 3 - Visão de parcial do Centro do município de Nova Friburgo, às margens do canal principal da Bacia do Rio Bengalas



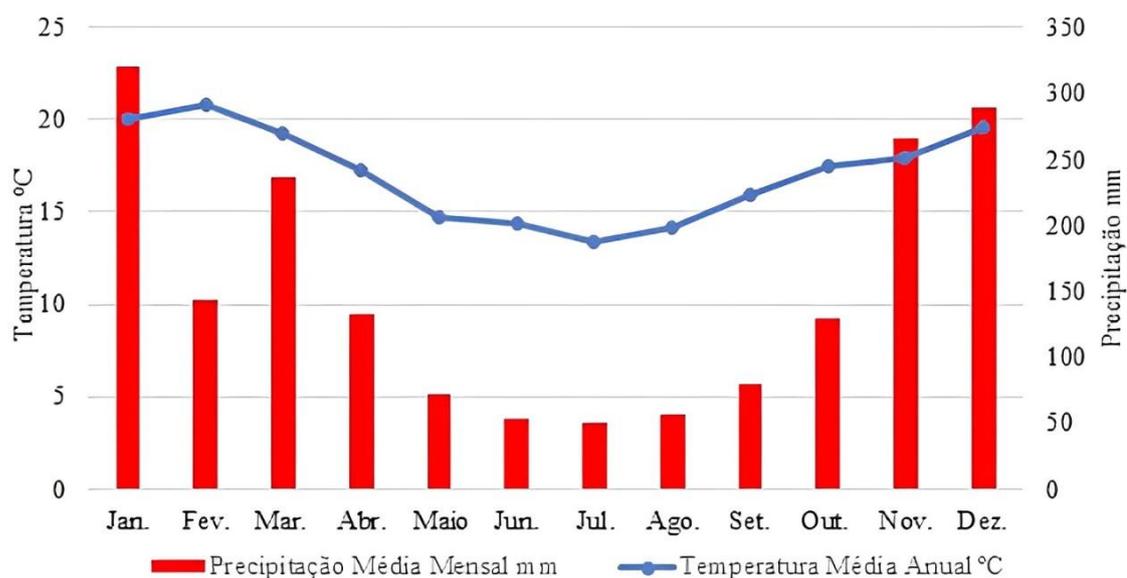
Fonte: Imagem extraída do Software Google Maps® em 13 de mar. de 2024.

Tal relevo, faz com que o município tenha uma icônica paisagem natural, marcada pela presença de morros ou picos, onde os pontos mais íngremes, e de mais difícil acesso, ainda preservam uma verdejante cobertura florestal. A vegetação original, composta por Floresta Ombrófila Densa Montana e Alto Montana, varia de acordo com a altitude, pertencendo ao bioma Mata Atlântica. No entanto, essa vegetação encontra-se altamente modificada e fragmentada (INEA, 2013).

A altitude da região acaba por atenuar o clima tropical, sendo, portanto, definido como clima tropical de altitude. Isso atribui ao município, o clima ameno que se notabilizou como uma das marcas de Nova Friburgo desde o século retrasado, com uma temperatura média anual inferior a 20°C. As chuvas no município são intensas - podendo variar entre 1.500 a 1.800 mm/m² por ano, tendo em vista as condições do relevo, propícia para a formação das chuvas orográficas que se concentram entre os meses de outubro e março, sendo o mês de janeiro o de maior precipitação. Em contrapartida, o semestre oposto é bem seco, principalmente durante o inverno, devido as baixas médias de temperatura e por ser menos úmido comparado com outros municípios vizinhos, como Teresópolis e Petrópolis, pois se

encontra em uma parte mais alta da serra do Mar, e mais afastada do litoral fluminense (Figura 4) (IBGE, 1960; Agência Nacional de Águas, 2009).

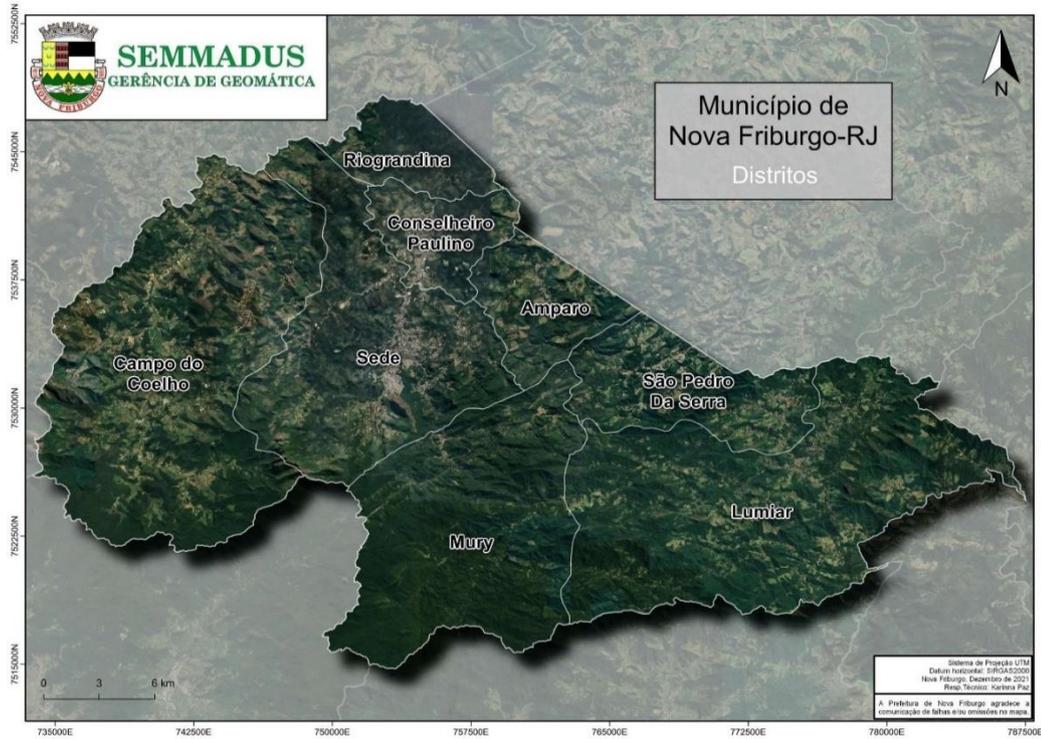
Figura 4 - Climograma da precipitação e temperatura média anual de Nova Friburgo, RJ, de 2010 a 2018



Fonte: Adaptada de INMET (2010 – 2018)
Organização: Oliveira; Prado; Monteiro (2022)

Os limites político-administrativos de Nova Friburgo são: ao norte, os municípios de Sumidouro, Duas Barras, Bom Jardim e Trajano de Moraes; ao sul, Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Cachoeira de Macacu; a leste, Macaé; e a oeste, Teresópolis, ou seja, Nova Friburgo ainda tem como regiões de governo limítrofes (além de estar inserido na Região Serrana) a Região Metropolitana, Baixada Litorânea e Norte Fluminense. E à parte da sede do município, os distritos friburguenses são: Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury (Figura 5).

Figura 5 - Mapa dos distritos de Nova Friburgo



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável de Nova Friburgo (2024)

A maior parte da população friburguense aparece nos bairros localizados no distrito sede e em Conselheiro Paulino. Os dois são os mais urbanizados do município, concentrando em torno de 80% dos habitantes. Os 20% restantes da população de Nova Friburgo se distribui entre os seis demais distritos, sendo que o terceiro distrito mais populoso é o de Campo do Coelho.

Tabela 1 - População por distritos de Nova Friburgo

Distritos de Nova Friburgo	População
Sede Nova Friburgo (1ºdistrito)	104.787
Conselheiro Paulino (6ºdistrito)	45.010
Campo do Coelho (3ºdistrito)	12.681
Mury (8ºdistrito)	6.712
Riograndina (2ºdistrito)	6.115
Lumiar (5ºdistrito)	6.042
Amparo (4ºdistrito)	4.696
São Pedro da Serra (7ºdistrito)	3.896
Total:	189.939

Fonte: IBGE (2022)

Organização: Secretaria de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável de Nova Friburgo (2024)

Nova Friburgo se destaca como um polo regional na Serra fluminense. É o maior município dessa Região de Governo do Estado em termos populacionais, com mais de 189 mil habitantes, e econômicos, com um Produto Interno Bruto municipal de 6,3 bilhões de reais - 23º maior neste quesito no estado (IBGE, 2024). Em decorrência disso, exerce uma importante centralidade regional em relação aos municípios menores do seu entorno.

O município concentra uma estrutura hospitalar e educacional significativa, contando com três unidades de universidades públicas, além de outras inúmeras privadas. Essa infraestrutura faz de Nova Friburgo um polo de influência inclusive para municípios que estão fora da Região Serrana, como Itaocara do Noroeste Fluminense, Silva Jardim e Casimiro de Abreu das Baixadas Litorâneas, e Cachoeira de Macacu da Região Metropolitana.

O município também desempenha funções econômicas de destaque no quadro regional. Na indústria, possui um polo metalúrgico relevante e bem estabelecido. No entanto, é o arranjo produtivo local de moda íntima, concentrado principalmente nos primeiro e sexto distritos (Nova Friburgo e Conselheiro Paulino), que ganha maior repercussão. Além disso, o comércio e a prestação de serviços têm grande importância na região, sendo atualmente o setor que mais gera empregos em Nova Friburgo

Além disso, o setor turístico é bem consolidado, com um certo grau de diversidade. As atrações turísticas vão desde opções gastronômicas até atrativos naturais, incluindo o turismo de aventura em cachoeiras, quedas d'água, picos e suas trilhas. Mais recentemente, observa-se o crescimento do turismo de conhecimento e experiência, especialmente nas zonas rurais.

O setor primário, predominantemente representado pela agricultura, desempenha um papel fundamental na história de Nova Friburgo. Apesar de contribuir com uma pequena parcela na produção total do município, sua importância é expressiva em áreas específicas, como nos distritos de Campo do Coelho e São Pedro da Serra.

A baixa representatividade dessas produções no Produto Interno Bruto municipal, está associado ao baixo valor agregado dos gêneros agrícolas *in natura* quando comercializados, e a pouca precisão dos dados relacionados a sua comercialização em Nova Friburgo. Uma vez, que grande parte da produção do distrito de Campo do Coelho é escoada como sendo produzida no município de Teresópolis, onde se concentra a maioria dos intermediários. Não obstante, é crucial ressaltar que esse setor é um dos mais dinâmicos do município no contexto estadual. Nova Friburgo é reconhecidamente um importante centro de produção de legumes, hortaliças e flores de corte, direcionando sua produção principalmente para abastecer a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

2.1.2 Processo de formação do Município de Nova Friburgo e os seus extravios

No século XVIII, a Região Serrana era denominada como “Sertão do Leste” ou “Sertões do Macacu”, que compreendia área hoje ocupada por vários municípios entre a Serra do Mar e o vale do rio Paraíba. Essas terras eram basicamente habitadas por povos indígenas, principalmente do grupo Coroado, Puri e Coropó, pertencentes ao tronco linguístico macro-jê (Melnixenco, 2018). Ou seja, mesmo estando próximo da cidade do Rio de Janeiro, essa parte do interior fluminense ainda não havia sido formalmente ocupada pelo império. Dentre os fatores apontados para tal retardo, está o determinismo geográfico, pois para que a região fosse acessada pela capital era necessário se superar a topografia íngreme e a densa floresta que ainda cobria aquele sertão.

Contudo, de acordo com Melnixenco (2018), o principal fator na verdade era uma medida política da administração portuguesa na época, buscando limitar todos os caminhos possíveis às Minas Gerais e suas jazidas. A não ser as estradas oficiais que permitiam um

melhor controle por parte da coroa, a abertura de outros trajetos nesse período era algo passível de punição por se tratar de uma traição contra a realeza.

Portanto, para evitar o contrabando, a Coroa portuguesa isolou certas partes do território entre as minas e o litoral, com o objetivo de que o mesmo fosse categoricamente evitado. Para tanto, além das punições para quem não respeitasse a ditas determinações reais, a Coroa também fazia com que rumores fossem difundidos sobre essas áreas, que seriam habitadas por índios botocudos. Que devido uma útil difamação, ficaram com reputação de índios bravos e canibais (Dean, 1996).

Como foi colocado pela historiadora Márcia Motta (2009), a palavra sertão era associada à ideia de vazio ou mesmo de selvageria, por se tratar de um lugar povoado por indígenas e quilombos. Como esses povos não eram reconhecidos como seus ocupantes legítimos, esses sertões acabavam atraindo toda sorte de exploradores, dispostos a subjugar quem fosse necessário pelo ouro e outras riquezas que pudessem existir nessas terras.

De acordo com Marretto (2014), região foi sendo lentamente tomada por bandos, que tinham interesse em explorar ouro clandestinamente naquela área. O principal grupo que alcançou esse sertão foi o liderado por Manuel Henriques, mais conhecido como Mão de Luva. O grupo provavelmente chegou à região ao explorarem os rios Grande, Macuco e Negro após atravessarem o rio Paraíba do Sul. O bando formou ali um arraial, que passou a ser habitada por famílias, com suas roças e criações, sendo possivelmente o primeiro vilarejo da Região Centro-Norte Fluminense, que foi chamado de São Pedro de Cantagalo, sendo alçada oficialmente a condição de Vila em 1814.

Naquele espaço, prevalecia uma estrutura escravista mesmo antes da ocupação oficial, com essa mão de obra engajada na exploração mineral pelos bandos, como o do Mão de Luva. No entanto, devido à ilegalidade nessas explorações, a Coroa decidiu reivindicar sua soberania sobre a área, visando controlar a mineração presente. Em 1786, invadiu e incorporou o arraial ao seu território. Posteriormente, o governo metropolitano estabeleceu estradas oficiais para a região, que havia sido desinterditada, e buscou explorar as lavras locais por meio da concessão de datas minerais.

Assim, o que era apenas um arraial iniciado pelo bando do Mão de Luva, se tornaria um vilarejo com a chegada de pessoas que buscavam se enriquecer com a exploração de metais e pedras preciosas como a das Minas Gerais. Mas a empreitada serviu mais para oprimir os nativos que ainda resistiam à pressão colonial, e constatar que grande parte do ouro da área já havia sido extraído pelos contrabandistas.

Seguido por essa constatação, alguns anos após o surgimento desse empreendimento, a Coroa decidiu que o melhor a ser feito, tendo em vista os prejuízos acumulados, seria deixar a mineração de lado. Com a evasão dos garimpeiros e o esvaziamento da área, o governo concluiu que o potencial econômico a se explorar seria a agricultura. Tal alternativa, foi uma das formas encontradas para evitar mais danos ao erário, e aproveitar a mão de obra presente, ociosa diante da esterilidade das minas.

Com isso, logo no início do século XIX, sesmarias foram doadas na região. O objetivo principal era fomentar a exploração do principal bem que restou: a própria terra. Através da agricultura, a Coroa tinha o intuito de manter aquele território povoado, e por isso passou a conceder terras não cultivadas ou mesmo abandonadas, com a contrapartida de que as mesmas precisariam obrigatoriamente serem lavradas.

Há indícios que apontam para a transformação das sesmarias em propriedades de direito daqueles agraciados pelo governo, tornando-se domínio perpétuo e inalienáveis. A concessão de sesmarias era uma prática comum adotada pela Coroa portuguesa para estimular a ocupação em seus domínios. Essa prática, acima de tudo, tinha caráter político, visando reafirmar o poder real sobre os agraciados, que recebiam essa concessão mediante submissão à realeza (Motta, 2009).

A maior parte da população acabava sendo excluída da possibilidade de ser beneficiada pelas cartas de sesmarias. Era preciso ter um mínimo de posses, incluindo pessoas escravizadas, para que se conseguisse explorar e produzir nas terras concedidas; portanto, os fidalgos eram os mais privilegiados nesses processos. Para Motta (2009), o título de senhor de terra tornava-se uma poderosa distinção simbólica, uma honraria concedida pela própria coroa, mas que também produzia uma diferenciação prática sobre os demais que não tinham o título de proprietário consigo.

As primeiras sesmarias concedidas na região de Cantagalo ocorreram logo após a descoberta do arraial de Mão de Luva. E logo na primeira década do século XIX, a produção de víveres destacou-se como a principal atividade na região. A partir de então, alguns fazendeiros que haviam conseguido a concessão de sesmaria junto a coroa portuguesa, fomentaram assim, um processo de colonização na localidade. Vale aqui destacar duas sesmarias, a concedida para José Antônio Ferreira Guimarães, expropriada posteriormente para o assentamento de algumas famílias de suíços, e a de Lourenço Correia Dias, a Fazenda do Morro Queimado, onde viria a ser formado o núcleo urbano da Vila de Nova Friburgo.

A presença do café, só se vê na década de 1820, durante a expansão da nova fronteira fundiária em direção ao Vale do rio Paraíba. Portanto, isso sugere que a presença de

colonizadores na região antecede a chegada dos primeiros suíços. Além disso, a estrutura escravocrata já estava arraigada antes da chegada dos colonos helvéticos e da fundação da economia cafeeira na área (Marretto, 2014).

Diversas teorias explicam a motivação por trás da vinda dos suíços para a colônia. Uma delas sugere que a chegada desses colonos católicos visava afastar qualquer potencial influência revolucionária que pudesse vir da Europa, assegurando a fidelidade ao Rei, dado que o catolicismo era a fé oficial do Estado. Outra teoria argumenta que os trabalhadores livres suíços deveriam servir como exemplo viável de alternativa ao trabalho escravo, tendo em vista a pressão exercida pela Inglaterra para o fim do tráfico de escravizados nos domínios portugueses. Contudo, com chegada da família real portuguesa ao Brasil, surgiu a necessidade de tornar a cidade do Rio de Janeiro mais "habitável" para a corte. Nesse contexto, a criação de uma colônia de suíços nos arredores da capital foi uma das soluções para atender à demanda de abastecimento alimentar.⁹

No entanto, é importante destacar que subsequentemente, quando possível, esses suíços também adquiriram escravos. Esse fato não apenas indica um afastamento da colonização suíça de seu objetivo inicial, mas também sugere que esses imigrantes europeus não estavam isolados da estrutura escravocrata vigente; na verdade, eles foram absorvidos por ela e a reproduziram quando isso se tornou possível.

De acordo com Marretto (2014), a outorga de terras durante a formação da colônia que se tornaria Nova Friburgo, favoreceu principalmente os sesmeiros luso-brasileiros. Esses sesmeiros, ao adquirirem e manterem as terras mais férteis e quentes, tinham conjuntamente acesso facilitado à mão de obra escravizada, com a revitalização dos acessos à essa parte da capitania. Por outro lado, a coroa, a outra parte interessada nesse projeto colonial, acabou beneficiando os plantadores escravistas comprando a sesmaria do Morro Queimado por um valor superfaturado, em uma área que para a produção cafeeira era desinteressante, por conta do relevo íngreme e pelo clima frio.

Essa conjuntura possibilitou a expansão do modelo escravista na região, impulsionada pela prosperidade que irradiava da economia cafeeira. A discussão desses aspectos é crucial para evitar um discurso idealizado sobre o pioneirismo suíço na região, especialmente em termos demográficos, como será abordado mais adiante.

Esse discurso muitas vezes é utilizado para distanciar o passado do município friburguense em relação ao sistema escravista que fundamentou seu modelo de ocupação.

⁹ As fazendas escravocratas, apesar de serem autossuficientes, não visavam a produção de alimentos para exportação, mas sim de *commodities*.

Embora seja possível que os colonos vindos da Suíça não estivessem cientes de que se tornariam eventualmente senhores de escravos ao serem recrutados, ao assimilarem suas posições na sociedade em que foram inseridos, passaram a desejar e, quando possível, adquirir cativos para serem utilizados como força de trabalho.

O processo da vinda desses colonos da Suíça, teve início por meio de um acordo fechado entre D. João VI e um representante suíço encarregado de reunir interessados no seu país natal. O acordado era a vinda de 100 famílias, mas 261 acabaram embarcando (cerca de 2100 pessoas). Isso resultou em superlotação na embarcação, levando muitos a chegarem desvalidos ao novo país, com famílias dizimadas pelas mortes e doenças. A maior parte dos suíços era composta por jovens e crianças, e praticamente a metade dos trabalhadores eram agricultores, o restante se dividia entre artesãos e uma minoria formada por pessoas mais instruídas.

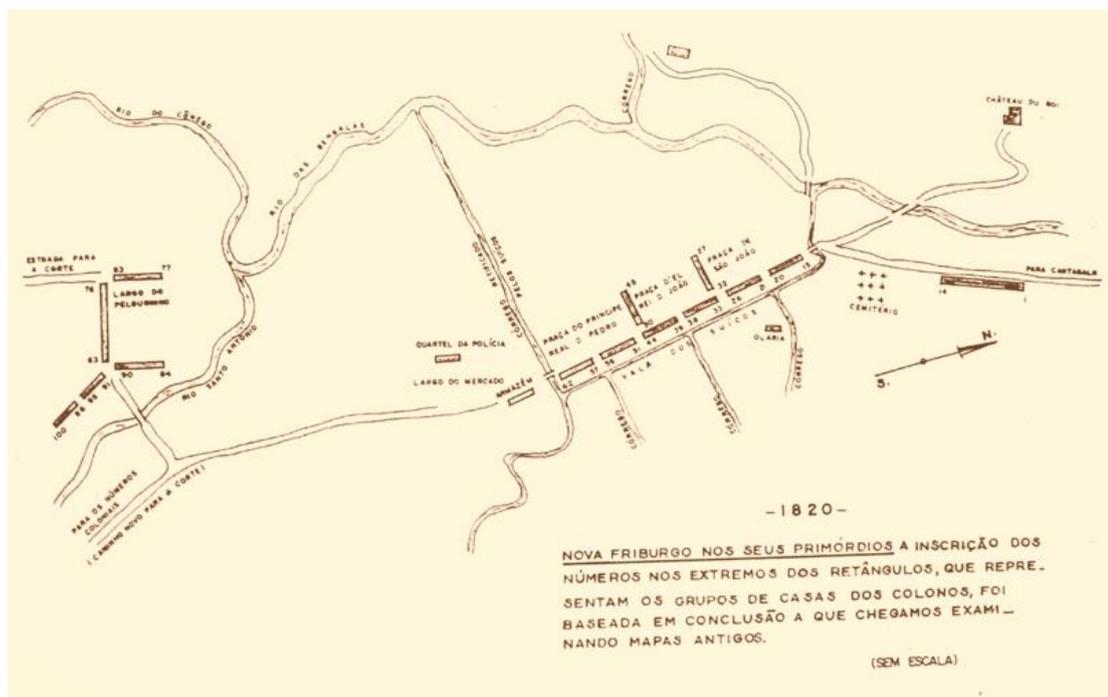
A última leva de colonos estabeleceu-se na nova colônia em 1820 (Figura 6 e 7), que contava com alguma estrutura preparada para recebê-los. A colônia já tinha seu próprio ritmo, que os suíços precisaram assimilar, convivendo com trabalhadores, os escravizados e a vizinhança local. Inclusive, alguns integrantes de povos indígenas que habitavam as proximidades da vila chegaram a surpreender com sua presença os recém-chegados colonos. No entanto, ordens provenientes da capital determinaram o afastamento dessa gente da terra dos novos brancos. “Enquanto o rei concedia terras aos suíços, expulsava os nativos de seu território...” (Melnixenco, 2018).

Figura 6 - Novo Friburgo (Colônia Suíça, ao Morro Queimado - 1839)



Fonte: Brasiliana Iconografia (2022)

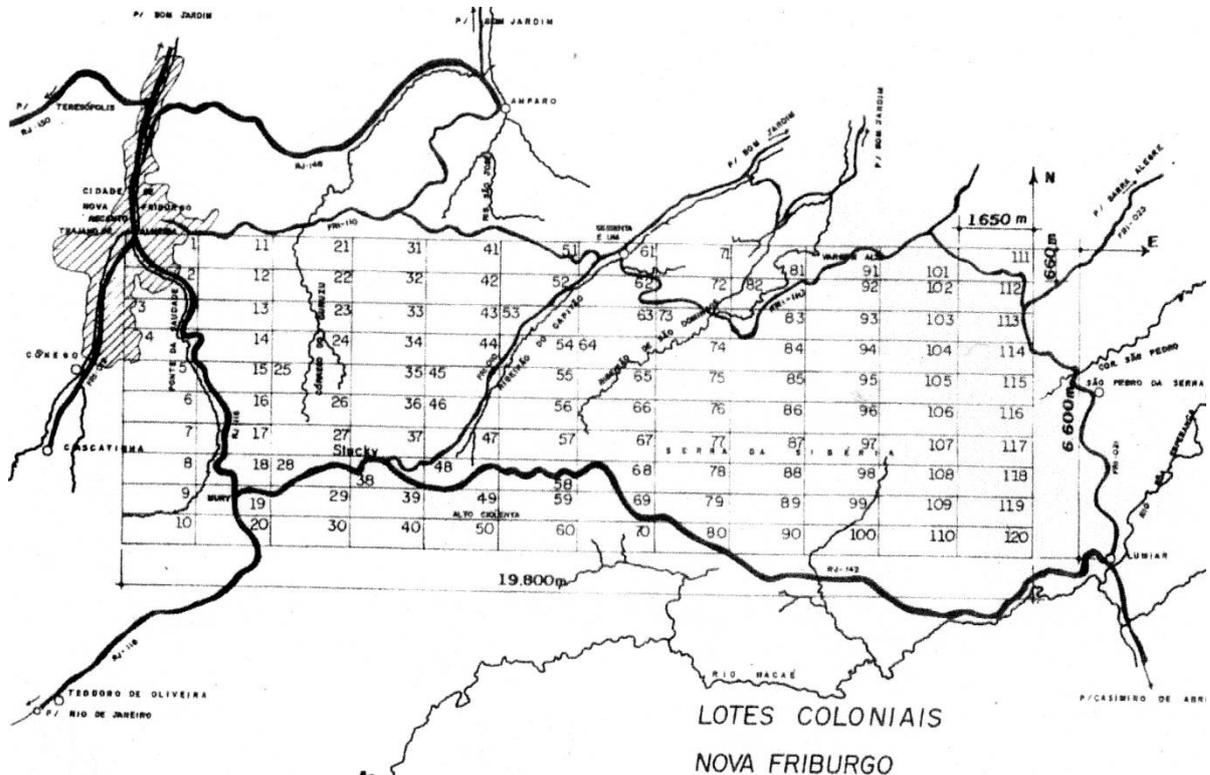
Figura 7 - Nova Friburgo nos seus primórdios (Planta de 1820)



Fonte: Fundação D. João VI (2024)

Foram construídas por indígenas vindos da Aldeia da Pedra e por escravizados, 100 casas para alojarem as famílias suíças. Conseqüentemente, com a vinda de 261 famílias, este se tornou um dos primeiros problemas da vila: a falta de habitações adequadas para o contingente de suíços que haviam chegado. A distribuição dos terrenos para cultivarem o solo foi feita por sorteio, sendo assim, os que ficavam com glebas mais próximas às encostas rochosas e perto dos vales inundáveis tinham ainda mais complicações para produzir (Figura 8) (Grisel e Assis, 2015).

Figura 8 - Lotes Coloniais de Nova Friburgo



Fonte: Fundação D. João VI (2023)

A maior parte dos colonos eram pessoas pobres, agricultores esperançosos em prosperar produzindo café e cana-de-açúcar. Porém, rapidamente perceberam que grande parte dessas terras não era fértil, e que a região era fria demais para essas culturas. Assim, partiram em busca de terras mais quentes, formando duas vertentes de expansão territorial: uma em direção do Rio Macaé, e outra indo para Cantagalo. Aqueles que optaram por

permanecer tentaram cultivar sementes trazidas da sua terra natal, o que não foi uma tarefa fácil, devido a diferença de clima e do tipo de produção ao qual estavam acostumados.

Os que obtiveram tiveram sucesso nas primeiras empreitadas agrícolas conseguiram produzir culturas de subsistência, principalmente através de técnicas semelhantes às usadas pelos luso-brasileiros locais, que sobreveio dos povos indígenas, baseada na derrubada e queima da mata, conhecida como coivara. As lavouras que passaram a ser produzidas pelos recém-chegados europeus também eram bem conhecidas na região, como a batata-doce, milho, inhame, aipim além da cana-de-açúcar. Os arados, que eram comuns na Europa, se mostraram ineficazes na região montanhosa nos terrenos repletos de tocos de árvores, e as ferramentas trazidas da Suíça, não eram diferentes dos que os nativos usavam nas suas roças (Von Weech, citado por Melnixenco, 2018).

Mesmo com os subsídios oferecidos pelo governo para promover a imigração nessa região, as adversidades enfrentadas pelos primeiros suíços que persistiram em ficar na Vila de Nova Friburgo foi fatal para muitos. Apenas nos primeiros seis meses após a chegada dos suíços, 131 morreram por inanição, ilustrando a dificuldade de adaptação que tiveram na colônia (Araújo e Mayer, 2003). Outros fatores que contribuíram para esse fracasso inicial além das condições difíceis na chegada dos imigrantes, pode-se colocar às dificuldades de contato com a cidade do Rio de Janeiro e a descontinuação de um auxílio governamental mais robusto.

Com o propósito de reestimular o desenvolvimento da colônia, o governo do agora imperador Dom Pedro I, contratou imigrantes alemães que chegaram à Vila de Nova Friburgo em 1824. Originalmente, esses colonos seriam destinados ao sul da Bahia, mas enquanto ainda estavam em uma instalação provisória após a chegada no Brasil, foram surpreendidos ao serem informados de que o novo destino seria na Serra fluminense. Alguns, mesmo na instalação, recusaram-se a seguir para Nova Friburgo, possivelmente devido ao conhecimento dos problemas enfrentados pelos suíços alguns anos antes.

Entretanto, a região permanecia limitada à produção em pequenas propriedades voltadas para a subsistência das famílias e a um comércio modesto. Enquanto grandes mudanças ocorreram no Brasil nesse período, como o fim do tráfico de escravizados, a promulgação da lei de terras e o auge da expansão cafeeira no estado do Rio de Janeiro. Apesar do clima ameno em Nova Friburgo impossibilitar o cultivo do café, o município não deixou de sentir os impactos das transformações advindas da economia relacionada a essa cultura.

Como boa parte dos distritos do Vale do Paraíba, Cantagalo enriqueceu ainda na primeira metade do século XIX. Nesse contexto, Nova Friburgo desempenhou um papel crucial como entreposto para as tropas que se dirigiam em direção ao litoral. Sua localização entre o polo cafeeiro e a capital imperial, contribuiu para o fomento do comércio local. A venda dos produtos cultivados e manufaturados na região, aliada à prestação de pequenos serviços em geral não apenas complementava a renda oriunda dos campos, mas também impulsionava o desenvolvimento das primeiras hospedarias para atender o intenso fluxo de viajantes nessa rota.

Parte da riqueza da elite cafeeira de Cantagalo e região era investida em Nova Friburgo. Isso resultou na construção de casas de veraneio e infraestrutura para aproveitar o clima local, uma consideração já presente naquela época. Indivíduos abastados da cidade do Rio de Janeiro também perceberam o potencial associado ao lazer na Serra fluminense havendo uma notável intensificação da urbanização.

Melhorias nas estradas tornaram isso ainda mais claro. Na década de 1830, melhorias na estrada foram feitas para tornar o escoamento da produção de café de Cantagalo mais segura. Modificações foram feitas tornando o traçado mais longo do que o original, porém, consideravelmente mais seguro e menos íngreme. Foi esse acesso menos perigoso do que o anterior, que permitiu que a vocação de Nova Friburgo como uma espécie de estação de cura para os habitantes das terras mais quentes fosse notada, 10 anos depois da sua fundação.

A década de 1830 também marca o fim do regime colonial, que pode ser considerado um fracasso diante dos termos originais que fundaram a vila. A busca por um modelo colonial em torno do trabalho livre, nunca chegou nem perto de ser concretizado. Da mesma maneira, os colonos que buscavam ali prosperarem, conseguiram isso apenas em outros locais, cultivando do café onde sua produção era possível. A partir do momento que a competência da ex-colônia passa a ser da Câmara Municipal, a elite econômica da região - os grandes proprietários de terra e de pessoas em condição de escravidão, se consolidam como os agentes do poder em Nova Friburgo.

No final do século XIX, também houve em Nova Friburgo a imigração de outros colonos vindos da Itália, Síria, Portugal, Hungria e Japão. Diminuindo assim, a relevância dos primeiros suíços a colonizarem a região a um mero reconhecimento das famílias que chegaram no início daquele século. Do ponto de vista demográfico, inclusive, a população suíça nunca foi a maioria na região, de acordo com Lisboa e Mayer (2008), estimativas apontam que em 1828, por exemplo, a população local consistia em cerca de 800 “colonos”, 800 “brasileiros” e 1300 “afro-brasileiros”.

E segundo Marretto (2014), ao longo do século XIX, a população de origem africana nunca deixou de representar menos de 40% do contingente local, mesmo com outras ondas migratórias. O que reforça que o espaço em questão, nunca deixou de ser uma área construída e desenvolvida em uma base social e econômica tipicamente brasileira nos séculos passados, de estrutura escravista.

Melnixenco (2018), inclusive, traz que o aumento da mão de obra de escravizados foi um tema que chegou a causar preocupação por parte da Câmara Municipal do recém-criado município. Em 1835, houve agitação por parte da população escravizada tanto em Nova Friburgo quanto em outras partes do império, motivando pouco mais de uma década depois, a publicação de um Código de Postura da vila. As medidas do documento, tinham medidas que limitavam a reunião e a livre circulação das pessoas escravizadas, além de proibir a venda direta de pólvora a eles.

A maior parte da população de escravizados era empenhada na agricultura, mas uma parcela desse grupo vivia na vila, desempenhando diferentes atividades como prestação de serviços e vendas de seus produtos. Os que trabalhavam nos campos tinham permissão de frequentar a vila, normalmente nos finais de semana quando conseguiam também vender artesanatos e alimentos (Figura 9). Isso era colocado com uma espécie concessão, que fazia parte da estrutura escravista para condicionar essas pessoas àquela condição.

essa população atuado como protagonistas da sua própria história, invisibilizada no momento que se inventou o mito de uma Suíça tropical.

Diante do que foi posto, por que então Nova Friburgo passou a ser chamada de “Suíça Brasileira”, tendo em vista a diversidade demográfica quanto a origem dos seus habitantes? Tal denominação na realidade nasceu durante a primeira Guerra Mundial, porque, apesar de uma pequena elite alemã ter sido a principal responsável pelo desenvolvimento de uma maior infraestrutura na localidade, e assim ganhado bastante proeminência na política local, o Brasil estava alinhado contra a Alemanha no cenário do conflito internacional. Portanto, foi conveniente se considerar um centro de cultura suíça àquela altura por ser uma nação neutra na guerra (se afastando assim da imagem da Alemanha), e também que correspondesse com o ideário de uma cultura dita superior e que se diferenciasse, em um tom pejorativo, em relação aos portugueses-mestiços, os povos africanos escravizados e aos povos indígenas originários.

Além do mais, no final do século XIX e no início do século XX, as ideias higienistas que ganharam notoriedade com as reformas feitas por Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro, influenciaram as demais cidades do Brasil a buscarem seguir o mesmo exemplo da capital nacional naquele período. Pois tal ideário caiu no gosto da elite brasileira, ainda influenciada pelos conceitos do racismo científico, em voga especialmente na metade final do século XIX, e que defendia uma suposta superioridade dos povos vindos do “Norte”, no caso, da Europa (Borges, 1993).

Isso se reflete dentro do que Stuart Hall (2003), descreve como “mito fundacional”. Esse conceito se aplica muito em contextos de caráter nacional, quando se localiza uma estória da origem da nação nas brumas de um passado distante, quase que mítico e um tanto quanto irreal. Essa mesma ideia pode ser trazida para o contexto friburguense, onde os suíços são alçados ao patamar de desbravadores “das brenhas do Morro Queimado” como se coloca no hino municipal. As tradições inventadas, funcionam ao tornar desastres e passados confusos em “comunidade”, ou fornece uma história alternativa que pode preceder às rupturas da colonização. Privilegiando em Nova Friburgo, a construção de uma identidade forjada, alinhada com um ideal supremacista europeu e colonizador.

Sabe-se que atualmente, Nova Friburgo se denomina principalmente para fins turísticos como a “Suíça Brasileira”, evidentemente, aproveitando-se de mito sobre o pioneirismo suíço na colonização da região. Para ilustrar isso, o próprio Pereira Passos apoiava que as áreas localizadas na Serra fluminense, ou “centros de civilidade nas montanhas”, fossem revitalizadas para servirem como uma alternativa para o tratamento da tuberculose que assolou a cidade do Rio de Janeiro no mesmo período, para que ar mais puro

da serra auxiliasse na limpeza dos pulmões (Coates, 2019). Como é possível encontrar relatos ao longo da primeira metade do século XX, de como Nova Friburgo se notabilizou como destino de parte da elite fluminense pelo interesse em buscar na cidade “a excelência do nosso clima”, em consonância com um movimento que havia se iniciado ainda na segunda metade do século anterior (Guimarães, 1916, citado por Correa Filho, 1947; Grisel e Assis, 2015, p. 28).

2.1.3 Surto industrial e a melhoria da infraestrutura de transporte em Nova Friburgo

O setor cafeeiro na região, como em todo estado do Rio de Janeiro, passou por momentos difíceis na transição do século XIX para o XX. O esgotamento do solo está diretamente ligado a isso, com a conjuntura econômica daquele período. Essa queda, junto ao desenvolvimento fabril do Rio de Janeiro, que virava o grande centro industrial do país, encontrou em Nova Friburgo, um terreno propício para o seu florescimento.

Segundo Coates (2019), uma outra leva de imigrantes alemães, dentre eles alguns empresários, fomentaram o início do processo de industrialização em Nova Friburgo. Crescendo assim no local, uma ideologia capitalista industrial modernizante, fortalecendo uma relação de antagonismo com o aspecto rural tão marcado ao longo do processo de desenvolvimento da freguesia e da Vila, transformada em cidade oficialmente em 1890, desligando-se assim do município de Cantagalo (Araújo, 2003).

A posição da cidade, apresentava algumas condições favoráveis para sua industrialização. A abundância de recursos hídricos e energia, além da sua relação com o mercado consumidor. Outro ponto de destaque, é a proximidade com a Capital Federal na época, que facilitava o acesso das matérias primas e o escoamento dos produtos acabados.

O capital que viabilizou a instalação das indústrias, se atribuiu muito a dinâmica urbana que foi imposta pela expansão cafeeira irradiada por Cantagalo, e pela vinda de capital europeu, principalmente, com as redes estabelecidas pelos alemães da leva migratória do final do século XIX, que buscavam investimentos atrativos em Nova Friburgo. Mas Araújo (2003), afirma que a instalação das indústrias dos grupos de origem alemã, só foi possibilitada depois

de alianças feitas com grupos de grande influência política no município, que organizaram estratégias que permitiram criar as condições necessárias para que as indústrias fossem implantadas.

Outro elemento que pode ser trazido, é a cidade do Rio de Janeiro ter agido no começo do século XX, como um polo econômico, além de ser apenas um centro administrativo para o estado. E Nova Friburgo, acabou se beneficiando por essa dinâmica econômica regional, até pelo elementos pré-existentes comparado a outros municípios do interior fluminense naquela época. E mesmo possuindo limites urbanos e o espaço rural relativamente bem definidos, Nova Friburgo apresentava características provinciais que ajudaram a cooptar mais facilmente novos operários, de maneira que essa população não precisasse se desligar com suas origens agrárias instantaneamente (Neves, 2000).

O advento industrial de Nova Friburgo, decorre de um quadro econômico nacional, no qual transcorria um processo de transição do capital cafeeiro para novas atividades econômicas, como as indústrias. Cidades médias do interior, fora as capitais Rio de Janeiro e São Paulo, também foram transformadas por esse quadro, evidentemente, em proporções menores. No caso friburguense, os fatores locais foram determinantes para o desenvolvimento do seu setor primário àquela época - destacando-se a sua proximidade com então capital nacional.

Em virtude disso, Nova Friburgo desempenhava um papel importante na economia fluminense. Não apenas pelo seu desenvolvimento industrial, mas em especial pelo turismo, setor que se beneficiava das melhorias na estrutura urbana com o crescimento do setor secundário na cidade, e o desenvolvimento do comércio. As indústrias inclusive, ao precisarem de áreas mais amplas para suas instalações, passaram a ocupar áreas mais próximas da cidade e das principais vias de acesso, relegando assim, outras áreas disponíveis na época como o caso do distrito de Campo do Coelho, que chegou a ser cogitado, mas permanece sendo de predomínio rural até os dias atuais.

A concentração fabril próxima ao núcleo urbano, inclusive, pautou a evolução das ocupações na região descrita. Com as áreas mais amplas e planas, sendo as preferidas pelos empresários industriais, a opção que restou para crescimento habitacional que naturalmente ocorreria ao longo desse período foram as encostas. As habitações da população mais pobre, foi se encontrando em condições cada vez mais declivosas, na parte alta do vale onde se encontra o distrito sede e Conselheiro Paulino, distrito mais afetado pelo crescimento do setor secundário.

Essas condições postas, para Neves (2000), determinaram parcialmente o papel que cada distrito viria exercer dentro do plano político e econômico municipal. Se compreende neste caso, que o primeiro distrito, sendo o mais populoso, representativo economicamente e com maior oferta de emprego, também detinha o poderio administrativo. Concentrou os grandes investimentos regionais e estrangeiros desde o início, e se beneficiou das primeiras obras de infraestrutura, principalmente relativos ao transporte. O que permitiu o desenvolvimento de um centro comercial robusto, e facilitando o setor turístico na localidade, atividade que se mostrou estável em Nova Friburgo com o passar dos tempos.

Isso facilitou que o espaço rural friburguense fosse bem delimitado desde o começo do século passado, orientando assim, o predomínio de funções econômicas nos seus espaços que se fazem notáveis ou mesmo preponderantes ainda no presente. Como o caso do terceiro distrito, Campo do Coelho, ainda conserva o seu aspecto rural, desde a sua criação oficial, em 1924 com o nome de “distrito de Terras Frias”, como o nome sugere, devido suas características climáticas, passando a se chamar como é conhecido hoje em 1938.

Mas apesar do que pode se imaginar, Campo do Coelho delineou-se através da agricultura, como uma área de grande importância no cenário regional. Com características fundiárias que foram influenciadas pela imigração europeias, os pequenos módulos agrícolas foram se direcionado de modo salutar e intuitivo, a um modelo de negócio alinhado mais pela demanda da capital fluminense, do que propriamente pela cidade de Nova Friburgo. Com elementos que serão aprofundados na seção a seguir.

2.2 Das Terras Frias a Campo do Coelho: desenvolvimento rural e a chegada da horticultura no 3º distrito de Nova Friburgo

Campo do Coelho, fica localizado na região noroeste do município, abrangendo uma área de aproximadamente 200 km². Incluindo a vila principal com o mesmo nome do distrito, conta também com os povoados de Conquista, Barracão dos Mendes, Salinas, Santa Cruz, Jaborandi, Centenário, Três Picos, Fazenda Campestre e São Lourenço.

Têm como municípios fronteiriços Sumidouro ao norte, Teresópolis à oeste e Cachoeiras de Macacu ao sul. Com os dois primeiros municípios, forma o que pode ser considerado como um dos grandes cinturões verdes do estado do Rio de Janeiro. Isso se deve ao fato de que os três municípios em questão: Nova Friburgo, Sumidouro e Teresópolis são os maiores produtores do estado de legumes e hortaliças, como alface, brócolis, couve-flor, tomate entre outros. As áreas limítrofes desses municípios com Campo do Coelho, ainda acabam formando um *continuum* de propriedades, que têm a agricultura como atividade principal.

Especificamente sobre Nova Friburgo, o município contribui diretamente para o abastecimento de hortícolas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Destacando-se como o maior produtor de culturas como couve-flor, brócolis, beterraba e cenoura, além de ser um dos maiores produtores de ervilha, alface e repolho nessa unidade federativa. De acordo com os dados coletados pelo Censo Agropecuário de 2017, o município se coloca como o maior produtor de couve-flor e brócolis do país, 11º maior de alface, e o 14º maior de tomate estaqueado em todo Brasil, além de ser líder no estado na produção de beterraba e cenoura (IBGE, 2023).

Apesar da participação da agricultura aparentar ter uma menor relevância no Produto Interno Bruto municipal, ela desempenha um papel crucial no panorama agroalimentar do estado. O setor agrícola também é importante considerando distribuição percentual da população ocupada: segundo dados do Censo Demográfico de 2010, cerca de 7% da população de Nova Friburgo estava empregada no setor. Além disso, levando em conta o número de pessoas diretamente envolvidas em estabelecimentos agrícolas, as mais de 2 mil propriedades do município empregavam aproximadamente 5.400 pessoas, conforme os dados do último Censo Agropecuário em 2017. Essas informações destacam tanto a importância da agricultura para economia local quanto para a ocupação da sua população.

Grande parte da produção dos hortigranjeiros em Nova Friburgo vem do distrito de Campo do Coelho, mais especificamente da sua região sudoeste e noroeste. Outros distritos de Nova Friburgo também têm a agricultura como atividade de grande importância, como são o caso de Amparo e São Pedro da Serra. Mas segundo Seabra (2015), estima-se que 86% do que equivale ao peso total do que o município produz na horticultura venha do seu 3º distrito. Assim, a área de estudo tem uma grande representatividade quanto a produção do primeiro setor no município, tendo grande parte da sua área ocupada por propriedades agrícolas de produtores familiares.

A agricultura de gêneros de subsistência, é uma marca do município desde o seu início. Tendo os primeiros suíços que permaneceram no núcleo original de povoamento da Vila, a reproduzir as práticas e os tipos agrícolas que já eram cultivados pelos luso-brasileiros e escravizados na região. A impossibilidade de produzir itens que poderiam ser encaminhados para exportação, como café, cana-de-açúcar ou tabaco, por conta do relevo e do clima, fez que Nova Friburgo permanecesse produzindo os víveres que eram necessários para o próprio consumo dos locais, como se fazia antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes europeus em 1820. E com o passar dos anos essa produção que Padro Júnior (2004) caracterizou como “atividade assessoria”, passou a ter importância ao atender o mercado interno, como o polo cafeeiro próximo à Vila, em especial o de Cantagalo.

Em outras palavras, o projeto colonial iniciado com a vinda desses primeiros suíços, surgiu como um contraponto aos *plantations* de café que se expandiam rapidamente onde as condições fossem minimamente favoráveis para tal na província fluminense. Apesar disso, havia uma estrutura social exclusivista já estabelecida, da qual os suíços não tardaram de se integrarem mediante a impossibilidade de reproduzirem as condições em que vivam no continente europeu, inclusive no aspecto agrícola. A transição de um modelo europeu de horticultura para uma roça tropical de subsistência, seu deu por conta desse cenário, e são questões que contribuíram para a cristalização de onde hoje é o distrito de Campo do Coelho, sobretudo no Alto Vale do Rio Grande, em uma área favorável à implantação de fazendas. No entanto, não para as grandes culturas agroexportadoras. O que de fato, proporcionou condições oportunas e até mesmo essenciais para uma ocupação e produção de base familiar (Gregório Filho, 2006).

O surgimento da horticultura na região trabalhada, na verdade começou onde hoje se encontra o município de Teresópolis. Ferrez, citado por Grisel e Assis (2015), aponta que seu início se deu a partir de 1830, quando brasileiros de origem inglesa além de ex-colonos suíços que saíram dos primeiros assentamentos em Nova Friburgo, passaram a cultivar em grandes fazendas, hortaliças, frutas e legumes, devido a demandas vindas da então capital do império, por parte especialmente da comunidade britânica que lá estava instalada.

Esses produtores, acabaram por encontrar na Serra fluminense, condições favoráveis para o cultivo de alimentos. E assim, obtiveram sucesso na produção de algumas variedades trazidas da Europa como: couve-flor, batata-inglesa, alcachofra e ervilha; além de frutas como laranja, banana, pera, pêssego e maçã. Contudo, a produção não era baseada em sítios e pequenas propriedades como se observa atualmente, mas sim em grandes fazendas, explorando-se trabalho escravo, visando abastecer a cidade do Rio de Janeiro durante o ano

tudo (Gardner, 1863; Hinchliff, 1863; Kidder; Cooley, 1857, citado por Grisel e Assis, 2015)¹⁰.

O cultivo de hortaliças em Nova Friburgo, se daria décadas depois dessas primeiras iniciativas na Região Serrana. Grisel e Assis (2015), sugerem que a ausência de uma infraestrutura de transporte, mesmo para os padrões da época, foi determinante para que a agricultura friburguense, se limitasse ao que se desenvolveu a partir da economia cafeeira na região, em derrocada ao final da década de XIX. A produção para subsistência persistia, e foi impactada positivamente com o desenvolvimento do transporte na região, elemento chave para a evolução da dinâmica agrícola local que se sucedeu.

A distância de 136km entre as cidades de Nova Friburgo e Rio de Janeiro, só era superado em pelo menos 12 dias a pé ou por tropas. O acesso à região era dificultado evidentemente, pelas escarpas da Serra do Mar, com seu relevo acidentado, que piorava consideravelmente no período das chuvas.

Só após 1875, que Nova Friburgo passou a contar com acesso por via férrea à capital, sob pressão dos cafeicultores de Cantagalo. O avanço do novo modal foi importante para que a agricultura da região tivesse enfim a oportunidade de escoar sua produção para o Rio de Janeiro. Porém, os itens exportados se limitavam a frutas, tubérculos e raízes, enquanto que produtos mais perecíveis como hortaliças ainda eram impossíveis de serem transportados nessas condições (Grisel e Assis, 2015).

Contudo, é possível avaliar que essa melhoria logística impactou de modo expressivo a agricultura local, garantindo assim um acesso estável dos produtos agrícolas friburguenses para a metrópole fluminense. A consolidação da produção de Nova Friburgo, pode ser ilustrada com os dados referentes aos anos de 1931 e 1932, quando por meio da Ferrovia Leopoldina, foram escoadas 7.512 toneladas de frutas e legumes (Lamego, citado por Gregório Filho, 2006).

A produção agrícola em Campo do Coelho da forma como se conhece, começa no seu início em grandes fazendas, localizadas na bacia do Alto do Rio Grande. Tais propriedades, receberam colonos e seus filhos que se dispersaram do núcleo colonial pioneiro, por conta das condições desfavoráveis que tinham para produzir nas terras que receberam mediante sorteio.

Ao final do século XIX, a área experimentou uma profunda reorganização espacial. As fazendas tornaram-se palcos de disputas pela partilha de heranças, possibilitando que meeiros

¹⁰ Fazendas assim, de acordo com Ferrez, citado por Grisel e Assis (2015), tinham até 100 escravos para produzir nessas propriedades e atender à crescente demanda carioca.

mais abastados obtivessem títulos de propriedades nessas terras. Embora as fazendas tenham desaparecido, o número de propriedades passou a crescer desde então, além disso, o modelo de produção se manteve praticamente inalterado na região até os anos 1960.

As propriedades tinham entre 5 a 30 meeiros, onde praticamente todos os donos de títulos mantinham a meação para que a maior parte das terras possíveis fossem aproveitadas. Esses donos de títulos de propriedade, eram descendentes de colonos ou dos primeiros fazendeiros, e não costumavam ter uma unidade de produção, da qual administravam diretamente, muito maior do que a que cediam aos meeiros.

Essas unidades produtivas, se dedicavam principalmente a produzir itens que pudessem resistir a longa viagem que era de Nova Friburgo até o Rio de Janeiro. As culturas que predominavam na paisagem rural de Campo do Coelho, portanto, eram tubérculos (batata-doce, batata-inglesa, batata-baroa e inhame), raízes (cenoura e nabo) e repolho. Frutas também foram cultivadas no entorno dessas unidades, como pera e pêsego. O escoamento da produção, era responsabilidade dos proprietários das terras, que mesmo com a melhora das vias da região, ainda assim levavam cerca de três dias até chegarem à estação de trem localizado na cidade de Nova Friburgo (Grisel e Assis, 2015).

O contorno agrário atual, passou a se delinear no distrito a partir da década de 1960, até o início do século seguinte. É o período em que as condições para o crescimento da horticultura em Campo do Coelho, se mostrou mais favorável. Sucessivas heranças naquelas primeiras propriedades, fez com que as unidades produtivas se dividissem mais e mais, e ficassem menores comparadas as propriedades do início do daquele século¹¹. Esse fenômeno ocorreu no município friburguense como um todo, e ficou mais evidente entre os anos de 1950-1985, com o número de estabelecimentos de menos de 20 hectares triplicando, e dos estabelecimentos maiores que 20 hectares se mantendo estável.

Durante a década de 1960, um fator crucial para melhorar o fluxo no distrito foi a construção de uma estrada ligando o centro de Nova Friburgo a Campo do Coelho, marcando a primeira pista estabilizada ligando os dois distritos. Essa iniciativa foi de suma importância para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte na região, impulsionando o dinamismo econômico de forma inédita. Com a nova estrada, o acesso ao 3º distrito tornou-se mais fácil para veículos, como caminhões, facilitando o transporte e escoamento das mercadorias dos produtores locais. Não tardou para que surgisse o primeiro mercado próximo à estrada, na

¹¹ Os primeiros lotes vendidos aos meeiros mais abastados, tinham de 300 a 3000ha. E cada unidade de produção que subdividia esses lotes, tinham entre 40 a 60 hectares (GRISEL e ASSIS, 2015).

área atualmente conhecida como comunidade de Barracão dos Mendes, tornando-se um centro de vendas para os agricultores da região (Figura 10). Isso representou uma mudança significativa, já que os produtores deixaram de depender de tropas de burros para transportar suas cargas, passando a utilizar carroças puxadas por bois até o mercado.

Figura 10 - Local denominado Barracão para onde eram levados os produtos agrícolas em carroças, lombo de animais ou mesmo caminhões



Fonte: IBGE (1960)

Na década seguinte, em 1975, se iniciou a pavimentação das estradas, entre elas a que hoje é conhecida como estrada Teresópolis-Friburgo (RJ-130) e a Rio-Friburgo (RJ-116). Tal movimento, permitiu que caminhões tivessem condições de acesso às áreas mais ao interior dessa zona rural, transformando a dinâmica agrícola da região, pois a melhoria considerável da infraestrutura do ramal rodoviário, permitiu que os agricultores passassem a cultivar novas espécies. Já que cultivares, que antes não eram levadas em conta devido a impossibilidade de transportá-las nas condições anteriores, começaram entrar na região através de produtores que visavam obter um maior valor agregado nas suas vendas como: couve-flor, repolho, inhame,

feijão-de-vagem, alface, berinjela e tomate. Enquanto que, culturas antes comuns na região, deixaram de ser produzidas ou tiveram um fraco crescimento após o processo de reconversão produtiva ditada pelo desenvolvimento logístico, que são os casos do chuchu, batata-inglesa e cenoura (Grisel e Assis, 2015)¹².

Outro fato que ocorreu nesse mesmo período, em 1974, foi quando o governo federal buscou criar uma rede de mercados agrícolas que se instalassem próximo das grandes capitais do Brasil, para que servissem como centros de abastecimento e distribuição de alimentos dessas áreas urbanas - as Centrais de Abastecimento (CEASA). A unidade de Nova Friburgo foi colocada logo no distrito do Campo do Coelho, no bairro de Conquista, e fez com que o primeiro mercado da região minguasse, pois absorveu grande parte do movimento da produção na região, mas evidenciou o destaque regional do distrito na produção de hortaliças para a capital estadual.

O novo CEASA (Figura 11) foi um grande sucesso nos primeiros anos de atividade, mas teve uma queda nos anos seguintes. Paulatinamente, os atravessadores vieram a se tornar protagonistas no processo de comercialização da produção da região, desidratando o movimento do CEASA. Esses intermediários, tinham como proposta, comprar as hortaliças e legumes dos agricultores nas propriedades, para sua venda direta às redes varejistas ou na unidade do CEASA da cidade do Rio de Janeiro¹³.

¹² Um modelo analítico importante para a compreensão para que um “cinturão verde” se estabelecesse na Região Serrana fluminense, incluindo a área enfocada na presente dissertação, é a que foi desenvolvida por Von Thünen. O economista alemão, ainda no século XIX, propôs uma teoria locacional para a agricultura que ainda pode ser aplicada em contextos contemporâneos. Onde se apresenta determinados padrões no uso da terra em torno de cidades ou de grandes metrópoles, de maneira que o espaço rural, orienta sua produção de acordo com o centro urbano, tendo como a motivação principal para isso, os custos de transporte e a perecibilidade de determinados tipos de produtos (Paulo, 2018). Sendo a distância, portanto, um fator decisivo para o ordenamento e a localização das atividades rurais que cercam as cidades maiores, os agricultores intuitivamente, adotam estratégias para as suas atividades visando a redução de custos e maiores lucros advindos da comercialização das suas produções, o que se aplicaria no contexto abordado no distrito de Campo do Coelho. Para um melhor entendimento sobre o modelo de Von Thünen, consultar Fontes e Palmer (2018), Paulo (2018) e Waibel (1945).

¹³ Em um levantamento feito por Seabra (2003), se apontam dados que ajudam a ilustrar o impacto da agricultura friburguense no abastecimento da RMRJ, como a quantidade de comerciantes de Nova Friburgo no pavilhão dedicado a produtores de hortaliças na unidade do CEASA do bairro de Irajá-RJ (51,3%), e a representatividade de certos itens da Região Serrana como a alface (80% das alfaces produzidas no estado do Rio de Janeiro e comercializadas no CEASA-RJ, vinham dos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis).

Figura 11 - CEASA-NF em funcionamento nos dias atuais



Fonte: O autor (2024)

O que se viu em seguida, foi o aumento da dependência dos produtores locais com os atravessadores para a comercialização dos produtos com os principais mercados consumidores. Lopes *apud* Grisel e Assis (2015), relata que o que se procedeu na região foi a formação de oligopsônios, dando grande poder aos compradores durante uma negociação com os agricultores. Levando em consideração que os produtos em questão são muito perecíveis, os agricultores quando estão com as suas hortaliças e legumes em “ponto de colheita”, acabam ficando à mercê dos valores oferecidos por esses compradores. Pois não conseguem deixar seus cultivos “passarem na roça”, que seria deixá-los no campo até que haja uma melhora dos preços, pois iriam perder assim o padrão de comercialização ou simplesmente estragariam no campo. Sendo esse, um fator que veio a pressionar diretamente a margem de lucro dos pequenos agricultores.

2.2.1 Evolução dos sistemas de produção na área de estudo

Os sistemas de produção agrícola na área pesquisada, vem evoluindo e passando por alterações de acordo com fatores que vão desde questões fundiárias, quanto ao desenvolvimento da infraestrutura de transporte na região, e, até mesmo passando pela Revolução Verde. Indicando, o quanto um sistema agrícola pode ser dinâmico, apesar de estar distante dos padrões agrícolas hegemônicos apregoados pelo *agrobusiness* brasileiro.

É evidente que o ambiente rural é extremamente complexo, indo além da produção agrícola como única forma de atividade econômica. No entanto, ao analisarmos a história de uma determinada região rural, como é o caso aqui discutido, observamos a adoção de diversas estratégias visando à sobrevivência e, posteriormente, ao aumento dos ganhos. Processo esses, que são impulsionados pela adoção e desenvolvimento dos meios técnico-científico-informacionais, conforme sugerido por Santos (2013), e pela disseminação de novas demandas sociais da população rural.

O primeiro grande sistema de produção da área estudada, tinha no milho a cultura principal, da qual as propriedades giravam em torno. O milho, era a base da alimentação tanto humana (para a produção de variados alimentos, sendo o fubá o seu insumo base) quanto a dos animais, principalmente para a engorda de porcos e criação de galinhas. O milho “vermelho”, era o destinado para os animais, enquanto o milho “branco” era o designado para as pessoas.

Baseando-se em relatos coletados na região da qual se insere a presente área de estudo, Grisel e Assis (2015, p. 30), conseguiram fazer configurar como se dava a organização desse sistema de produção que girava principalmente em torno do milho, cultivado em consórcio com outras produções.

Encontrava-se nos lugares mais altos e nas encostas das unidades de produção um primeiro sistema de cultivo que tratava da produção de cenoura, de ervilha e de milho consorciado com feijão. O cultivo era mantido por três anos, após um período de pousio de três anos durante o qual deixava-se crescer o mato. Derrubava-se e queimava-se durante os meses mais secos para aumentar a fertilidade dos solos e iniciar um novo ciclo de cultivo.

Nesse período que se cultivava cenoura, se exigia bastante trabalho, pois em seguida a derrubada e a queima da vegetação, se fazia necessário que os pedaços maiores de resíduos vegetais fossem juntados e eventualmente retirados. Pois a cenoura, diferentemente do milho, necessitava de um terreno limpo para o seu crescimento nos padrões desejados.

Para o preparo do solo, se usava o arado tracionado por bois (por dois ou quatro animais), o que permitia revirar a terra e desta maneira, incorporar as cinzas e o restante dos resíduos da vegetação ao terreno a ser cultivado. Sendo que o canteiro, a parte do terreno que

é designada para o plantio, nesse período era preparado por enxadas, havendo necessidade do trabalho manual para a realização do mesmo.

Outro trabalho que era necessário o uso da enxada era o de “bater a terra”, que se baseava em quebrar os torrões de terra que ficavam ao longo do terreno com o lado oposto da enxada, ou o “olho” da enxada, já que o perfil inicial do solo deveria se manter com partículas finas para que a cenoura pudesse crescer de maneira apropriada (Grisel e Assis, 2015).

O ciclo da cenoura durava em torno de quatro meses, se iniciava na primavera e se encerrava durante o outono. Em seguida, no começo do inverno, se começava o plantio da ervilha. Nos anos de 1950, outras técnicas já foram adotadas nesse sistema, a batata-inglesa já não era mais plantada junto ao cultivo de ervilha, que agora exigia um estaqueamento próprio para que fosse tutorada. O tutoramento, era realizado com galhos secos da mata nativa, diferentemente dos dias atuais que se faz uso de estacas de bambus. A produção de ervilha era bem inferior se compararmos com a produção atual, que pode estar relacionada com a baixa produtividade das variedades cultivadas naquela época.

A roça de ervilha, após a colheita, era juntada no terreno e queimada ali mesmo, para que as cinzas fossem incorporadas ao solo antes da próxima cultura a ser produzida. No segundo ano das cinzas, o milho voltava para rotação, para que sua colheita se realizasse entre os meses de abril e julho, com o cessar das chuvas. O feijão era plantado entre as linhas dos canteiros de milho, para que se houvesse o consórcio entre as duas espécies, e sua colheita fosse realizada em seguida das espigas de milho.

E com o fim do cultivo de feijão, se roçava a palhada do milho, feijão e do mato que acabava crescendo também, e se ateava fogo, para que se iniciasse mais um cultivo de milho. Em seguida, ao final de desse ciclo do milho, a terra era deixada e um pousio de cerca de três anos, onde se aproveitava para se fazer uso da fertilidade que ainda restasse naquele solo, para se cultivar espécies mais rústicas e menos exigentes, como o caso do nabo e abóbora.

Um aspecto importante dos estudos sobre as práticas agrícolas na região, era a atenção dada ao solo. Sempre se procurava incorporar os resíduos que se acumulavam nos cordões de produção à terra, renovando a fertilidade por meio dos resíduos deixados de um cultivo para o outro, principalmente após sua queima, além do pousio de três anos. Nessa época, não se aplicava esterco animal nas roças, muito menos adubos químicos, resultando em uma produtividade geralmente não muito alta.

Outro sistema de cultivo praticado, consistia em plantações próximas às residências dos agricultores. As roças geralmente eram localizadas em áreas da propriedade onde se encontravam encostas coluviais suaves, que proporcionavam uma melhor drenagem do solo,

ou nas baixadas. Isso ocorria porque a principal espécie cultivada nesse sistema era a batata-inglesa, que requer um solo mais argiloso.

A duração desse ciclo era de cerca de três anos, com um pousio de dois anos. Era iniciada com a roçada e a queima, que em seguida recebia as mudas de repolho, que eram semeadas em “berçários” de muda próximos a residência do produtor. Para o cultivo de repolho, não era necessário que se lavrasse a terra, pois as covas para o recebimento das mudas eram feitas com enxadas em meio a roça queimada.

Os produtores, passaram a notar, que a produção vinha sendo afetada pela redução da fertilidade dos solos, e que o pousio já não era mais o suficiente para sua recomposição. Alguns adotaram o uso de farinha de osso e esterco bovino como adubo, enquanto a partir dos anos de 1970 surgiu o esterco de galinha na região vindos de granjas de outros municípios.

O terceiro e último sistema de cultivo é onde se faziam pomares de árvores frutíferas, que eram alocadas nas beiradas de estrada ou próximos as casas dos agricultores. As espécies preferidas eram a pera d’água e limas, e os pomares eram compostos por em torno de 30 a 300 árvores em cada propriedade. Sua produção era direcionada quase que em sua totalidade para vendas, e apesar de não terem uma grande produtividade, até pelo fato de não receberem um manejo mais minucioso, a venda dos frutos serviam como um complemento a renda dos produtores, pois não recebiam muitos cuidados nem aporte de adubos. Porém, as pragas e doenças fizeram com que as árvores e com elas esse sistema de produção, praticamente deixasse de existir nos anos de 1970.

Os sistemas de criação de animais também eram de significativa importância na região, com destaque para a criação de porcos. Esses suínos eram engordados principalmente com o milho, que era fornecido pelos meeiros, que engordavam seus porcos e davam em média $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{3}$ dos animais criados aos proprietários da terra.

Além disso, havia a produção de bovinos, embora limitada a algumas poucas cabeças de gado. Esses animais eram criados nas baixadas úmidas dos vales da região, onde os pastos persistiam mesmo durante os invernos secos, sendo que quando lhes faltava alimento, se fazia necessário trazer capim que crescia nas margens de rios. O leite era utilizado para consumo próprio e também para comercialização, principalmente na forma de queijos. Alguns proprietários ainda mantinham criações de burros, para compor as tropas que transportavam as mercadorias antes que a região pudesse ser acessada por caminhões.

2.2.2 O sistema agrícola vigente

Nos anos 1970, as mudanças implementadas na região resultaram na exclusão dos sistemas de produção existentes. Com o desenvolvimento da infraestrutura logística e tecnológica, os produtores abandonaram a produção de suínos, milho, cenoura e batata. Os pomares foram deixados de lado, e os cultivos de couve-flor, brócolis e tomate passaram a ser mais comuns nas rotações e na paisagem rural da região (Grisel e Assis, 2015). É o momento que marca a transição da economia camponesa presente na região, para uma economia mais ajustada com a economia capitalista nos sistemas produtivos, mesmo que não totalmente em muitos casos.

As intensas alterações da estrutura produtiva da região, estão estreitamente relacionadas com aumento da importância do capital comercial, industrial e financeiro à agricultura da localidade. A implementação de novos maquinários, a eletrificação rural e a dragagem do rio Grande principalmente, permitiu a maior exploração das várzeas que ficavam intocadas por conta das enchentes que tornava quase que impossível o cultivo das calhas fluviais no período das chuvas (Gregório Filho, 2006).

A chegada de maquinários como microtrator, conhecida popularmente como tobata, permitiu aos produtores, uma grande economia de tempo e mão de obra no preparo da terra, uma das etapas mais onerosas em um contexto em que o número de cultivos por ano estava aumentando. O avanço do microtrator, sem necessariamente se fazer preciso o uso de crédito para adquiri-los, fez com que os produtores também abandonassem o uso de animais.

Os implementos puxados pelos microtratores facilitavam o manejo do solo por permitir se trabalhar em terrenos mais pedregosos, através de outros tipos de arados além da grade, como os arados de disco. Em contrapartida, a vantagem do uso de animais em relação aos tratores, é que o arado puxado por bois respeita as curvas de nível, conservando mais o solo diante de um terreno com declive mais acentuado. Enquanto os tratores só funcionam perpendicularmente em relação ao terreno, dando mais velocidade ao escoamento da água nesses mesmos terrenos e conseqüentemente fazendo com que o transporte de sedimentos seja maior, problemas que seriam constatados mais adiante.

Nos anos de 1980, chegaram tratores maiores com as rotativas-encanteradeiras, ainda mais eficientes do que o microtrator no trabalho com o solo (de duas a três vezes mais produtiva). E por se tratar de um maquinário mais caro, os produtores que não tinham

condição de comprá-las, pagavam pelo serviço dos vizinhos mais capitalizados que a tinham. O que é um ganho de produtividade ainda maior, pois uma parte dispendiosa do trabalho que era o preparo do solo também passou a ser terceirizado muitas vezes.

As áreas de cultivo cada vez menores, vieram ser mais otimizadas, apesar disso, as parcelas do terreno que ficavam em pousio passaram a ser trabalhadas durante o ano todo. E esse processo, antes de grande importância para a manutenção da fertilidade, foi substituído pelo aporte inicialmente de esterco de aves, ou cama aviária, vindo de outras localidades.

Novas sementes chegaram à região também na década de 1980. Variedades híbridas, agora tornava possível ao cultivo de variedades como brócolis, alface e abobrinha o ano todo. Famílias mais capitalizadas na região foram além, desenvolvendo novos sistemas de produção, investindo em construção de estufas para ali produzirem mudas, uma espécie de viveiro para a fase inicial das plantas, antes de serem transplantadas para o solo em campo aberto. O que auxiliou para que os produtores tivessem um ganho de tempo novamente, já que nesse novo ciclo, os cultivos duravam entre três a quatro meses, dessa forma, era possível se ter até três ciclos de hortaliças na mesma área ao longo do ano.

Contudo, devido à instabilidade dos preços pagos as hortaliças, os agricultores investiram na diversificação para diminuir os riscos ao comercializarem seus produtos e conseguirem também um maior valor agregado. Nesse movimento, a agricultura praticada na região veio a ficar mais intensiva do que extensiva comparada com o que se dava no começo do século XX, com as lavouras ficando em unidades de produção cada vez menores em área, só que mais numerosas (com mais glebas subdivididas), e com mais espécies cultivadas em uma propriedade.

Os sistemas de produção vigentes de maior relevância, baseados nos estudos realizados na microbacia hidrográfica do Alto do Rio Grande, que contempla uma área representativa de onde se dá este projeto, realizada por Grisel e Assis (2015) de acordo com as suas classificações são as apresentadas no quadro a seguir (Tabela 2).

Quadro 2 - Síntese dos sistemas de Cultivo mais praticados na área de estudo atualmente

Tipo de sistema de cultivo	Duração do ciclo	Espécies cultivadas (de acordo com a sequência desses ciclos)	Localização no relevo	Meses que se realizam o sistema

Sistema de cultivo 1 (SC1): brássicas e hortaliças tutoradas em encostas de forte declividade	Dois anos	Couve-flor seguido de feijão- de-vagem; brócolis seguidos de tomate ou abobrinha	Nos vales mais altos; nos vales secundários ou nas encostas dos morros de declividade média	Couve-flor (agosto a novembro); feijão-de-vagem (novembro/dezembro a abril); pousio (abril a junho); brócolis (agosto a novembro); tomate ou abobrinha (novembro a março); pousio (abril a junho)
Sistema de cultivo 2 (SC2): brássicas/nabo em várzeas	Três anos	Brócolis ou couve- flor seguidos de nabo	Nas várzeas do Rio Grande ou dos seus afluentes maiores	Brócolis ou couve-flor (junho a setembro); nabo (outubro a dezembro); pousio (dezembro a junho); repetição do ciclo
Sistema de cultivo 3 (SC3): couve-flor/tomate	Quatro anos	Couve-flor seguido de tomate (nos primeiros dois anos do ciclo); tomate ou pimentão seguido de abobrinha seguido de brócolis ou couve- flor; couve-flor seguido de feijão-de-vagem seguido de ervilha	Áreas de planície ou encostas de pouca declividade, facilmente acessada pelos tratores	Nos dois primeiros anos: Couve-flor (agosto a novembro); tomate (novembro a fevereiro) Tomate ou pimentão (agosto a dezembro); abobrinha (dezembro a março); brócolis ou couve- flor (março a junho); couve-flor (julho a outubro); feijão-de-vagem (outubro a fevereiro); ervilha (março a junho)
Sistema de cultivo 4 (SC4): salsa/brássica/feijão-de-vagem	Três anos	Couve-flor seguida de salsa; brócolis seguidos de feijão-de- vagem seguido de couve-flor; salsa seguidos de couve-flor ou brócolis no inverno	Planícies ou encostas de pouca declividade	Couve-flor (julho a outubro); salsa (novembro a junho); brócolis (julho a outubro); feijão-de-vagem (outubro a fevereiro); couve-flor (fevereiro a junho); salsa (julho a fevereiro); couve-flor ou brócolis (março a junho)
Sistema de cultivo 5 (SC5): beterraba/cenoura/brássica	Um ano	Beterraba seguida de cenoura e seguida de couve- flor	Planícies	Beterraba (julho a novembro); cenoura (novembro a fevereiro); couve-flor (março a junho)

Fonte: Grisel e Assis (2015)

Organização: Ferreira (2023)

A preocupação com esses sistemas é maximizar a produção nas propriedades que hoje são compostas por pequenas glebas, com uma boa variedade de cultivares ao longo do ano, e buscando-se adequar ou mesmo se impor as limitações que eventualmente a declividade dos terrenos oferecem. E, que se baseiam na gestão e no trabalho de um núcleo familiar, normalmente com a participação parcial de todos os membros da família proprietária. Sendo

bem comum a participação dos meeiros e também a presença de funcionários contratados para auxiliarem nos serviços agrícolas.

Isso indica algo de suma importância quanto observação que se pretende fazer ao longo do trabalho, de que a sazonalidade é um fator inexistente quando se trata da pluriatividade por exemplo, no tocante a região estudada. A produção nessa área é contínua e intensiva, requerendo mão de obra com a mesma constância durante o ano todo, com cuidados que variam de acordo com as peculiaridades de cada cultivo. Por isso, a perda de trabalhadores, inclusive de familiares dentro de uma dada propriedade para outros setores econômicos é sentida nas pequenas produções, diante da demanda e da falta de mão de obra agrícola cada vez mais latente nas zonas rurais como na presente área.

3 TRAGÉDIA CLIMÁTICA DE 2011 E O CULTIVO DO MORANGO ENQUANTO ESTRATÉGIA PLURIATIVA NO DISTRITO DE CAMPO DO COELHO, NOVA FRIBURGO/RJ

As mudanças nos sistemas agrários e as transformações nas práticas agrícolas são recorrentes ao longo da história nas zonas rurais. Quando os próprios produtores assumem o protagonismo dessas mudanças, elas tendem a apresentar um viés salutar, visando melhorias para garantir uma maior segurança social e econômica. Essas iniciativas também têm como objetivo a permanência dos produtores no espaço rural onde se sentem pertencentes. Além disso, contribuem para a conservação da propriedade patrimonial, quando esta está sob sua posse formal ou legal, garantindo a viabilidade econômica do seu meio de produção e sua sobrevivência em um sistema regido pelo capital.

Os sistemas agrários são dinâmicos e sujeitos a transformações devido a diferentes fatores como: crises econômicas, revoluções agrícolas, ausência de mão de obra qualificada disponível, fatores ambientais, catástrofes naturais, que ajudam na compreensão de como esses sistemas operam. Entre esses fatores, a variação dos preços agrícolas é um dos elementos mais importantes que influenciam o desenvolvimento das regiões rurais (Mazoyert e Roudart, 2010).

Em 2011, Nova Friburgo enfrentou uma das maiores tragédias ambientais da história do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, com graves consequências para o distrito de Campo do Coelho.¹⁴ O impacto avassalador da tragédia na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro foi evidente, com chuvas intensas desencadeando inundações e deslizamentos de terra em uma escala sem precedentes. Esses eventos resultaram no soterramento e assoreamento das áreas agrícolas da região, causando danos significativos à agricultura local.

De acordo com a Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária, estima-se que 615 hectares de áreas de exploração agrícola foram afetados durante as chuvas de grande intensidade apenas em Nova Friburgo - em torno de 42% da área total da produção de olerícolas afetada dentre os sete municípios atingidos pela tragédia (Banco Mundial, 2012). Portanto, pode-se considerar que a reconversão da dinâmica agrária na região foi influenciada por esse fator, levando alguns produtores a adotarem a lógica da pluriatividade em suas propriedades. Todavia, é necessário considerar outros elementos para uma problematização mais aprofundada do cenário local.

É importante ponderar que a tragédia foi desencadeada por uma anomalia climática, mas que teve efeitos ainda mais destrutivos por décadas de usos inadequados do solo na

¹⁴ Pode ser considerada ainda como a pior tragédia ambiental do país, devido a intensidade em uma pequena área geográfica. Se for levado em conta o número de óbitos, enquanto na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro foi perto de 1000, por exemplo, na tragédia de maio de 2024 em Rio Grande do Sul houve aproximadamente 200 mortes em todo o estado gaúcho.

região. O desordenamento das construções nas encostas em áreas densamente povoadas, as dragagens e retificações dos rios e córregos, além da produção agrícola realizada perpendicularmente à curva de nível, são elementos que acabaram intensificando o impacto do advento climático sobre as paisagens humanas em Nova Friburgo. A imperícia do Estado na regulação de tais atividades, ou mesmo a prevenção e mitigação desses acontecimentos, também precisa ser registrado dentro desta arguição.

O aumento dos custos na agricultura também são fatores a serem considerados no aumento das atividades de caráter pluriativo em Campo do Coelho. Os fertilizantes, por exemplo, tem sido um dos principais empecilhos para os pequenos produtores locais. Vale destacar, que de acordo com o estudo a “Produção Nacional de Fertilizantes” feito pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos do governo federal, o Brasil hoje se coloca como o quarto maior importador de fertilizantes global (atrás apenas da China, Índia e EUA). Sendo assim, mais de 80% dos fertilizantes usados no país são de origem estrangeira (Brasil, 2020).

O estudo realizado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos revela que o crescimento acelerado da demanda nacional, impulsionado maiormente pelo apetite do agronegócio, superou o aumento da oferta brasileira de fertilizantes. Como resultado, a procura vem sendo atendida por meio do aumento das importações, o que transformou o Brasil, entre 1992 e 2020, de exportador em um dos maiores importadores de fertilizantes do mundo (Brasil, 2020).

Portanto, as perspectivas para os setores dependentes do mercado de fertilizantes têm sido bastante pessimistas. Um fator crucial é a constante valorização do dólar frente ao real, que não apenas eleva o preço dos fertilizantes, mas também aumenta outros custos associados, como o frete marítimo e terrestre, ambos impactados pela alta da moeda estadunidense. Em 2022, essa influência foi evidente, com o preço dos fertilizantes registrando uma alta acumulada superior a 108% em apenas 12 meses (Agroanalysis, 2021).

É necessário acrescentar a essa discussão, que quando os pequenos produtores estão subordinados diretamente ao trabalho dentro das suas propriedades, eles estão de maneira indireta, subordinados ao capital. Para Moreira (1999), um nível significativo da subsistência desses agricultores é definido pelo que o autor se refere como mercado de produtos e financeiro. Pois os produtores, responsáveis por boa parte dos riscos nas produções agrícolas, detêm uma parcela dessas mercadorias geradas durante o processo produtivo. Mas como também são os responsáveis pela comercialização de suas produções, sujeitas as oscilações do mercado, acabam que se colocam em uma posição de demandantes de financiamentos.

Por consequência, defrontam as condições para que possam obter o crédito necessário junto ao sistema bancário oficial, ao capital comercial e ao capital de crédito, bem como as condições mercadológica para venda dos seus produtos, seja comercial ou de subsistência. Logo, a exploração dos trabalhadores agrícolas, será determinada pelo mercado financeiro e pelo mercado dos artigos que produzem. A taxa de retenção de valor efetivamente mantida por esses pequenos agricultores também dependerá das condições estabelecidas nesses dois mercados, nos dois momentos decisivos do processo de produção agrícola: antes do início do plantio e no momento da venda do que plantaram (Moreira, 1999).

Moreira (1999) argumenta que os trabalhadores agrícolas familiares, mesmo sendo proprietários do meio onde produzem, têm sua margem de lucro diretamente submetida ao mercado de insumos agrícolas, extremamente dolarizado e sujeito as oscilações do mercado internacional, bem como do mercado financeiro e do mercado dos produtos que comercializam. Esses mercados tendem a suprimir, ou até mesmo eliminar, eventualmente a renda da terra e o lucro nas atividades exercidas nas suas plantações.

Por tudo isso, este capítulo será estruturado em torno da organização de um grupo de agricultores, que buscou explorar o potencial pluriativo do distrito de Campo do Coelho. O morango desempenhará um papel central nesta discussão, representando um signo desse movimento voltado principalmente para o aumento do turismo na região. Vale destacar que no início da década passada, o cultivo do morango tinha pouca relevância na agricultura local, mas na atualidade, é o único produto do distrito com uma associação de produtores dedicada exclusivamente a ele.

Com essa finalidade, o presente capítulo irá inicialmente abordar sobre o histórico do setor turístico e hoteleiro no município de Nova Friburgo. Buscando ilustrar como começou esse setor na cidade, para qual público que foi direcionado tais serviços, e como seus empresários utilizaram o apelo climático aliado ao “mito” da Suíça fluminense até os dias atuais.

Em seguida, se abordará sobre o turismo no distrito de Campo do Coelho, que anteriormente estava limitado a algumas atividades e estabelecimentos isolados em uma área de predomínio agrícola. Onde, contudo, vem passado por mudanças representativas da sua histórica função econômica, devido ao crescente interesse por um turismo mais integrado ao meio rural.

Isso se orientará no objeto central do terceiro capítulo, que é o crescimento do cultivo de morango em Campo do Coelho. Destacando o papel desse fruto no aumento dos produtores pluriativos no terceiro distrito de Nova Friburgo, conforme o quadro apresentando

nesta dissertação. Com informações adquiridas por meio de conversas informais com alguns associados da Amorango, em uma reunião ordinária do grupo, e em outro momento com o produtor Marciano de Oliveira, atual presidente dessa associação. Para que assim, a noção obtida dessas falas, se integrassem às questões levantadas sobre a pluriatividade, como estratégia que alguns pequenos produtores encontraram para enfrentarem as adversidades após a tragédia climática de 2011. Além disso, como essa iniciativa está sendo apropriada por atores hegemônicos urbanos para fins econômicos e até ideológicos.

3.1 O turismo em Nova Friburgo, e a promoção de um passado mítico

Historicamente, Nova Friburgo tem buscado se adaptar a diversas demandas turísticas para atrair visitantes de outros municípios, especialmente do Rio de Janeiro. Essa iniciativa remonta ao século XIX, quando nas primeiras décadas após a formação da Vila, o clima "saudável" era destacado em relatos de viajantes à região. A temperatura amena tornou-se um atrativo valioso para aqueles que buscavam em Nova Friburgo um refúgio das epidemias que assolavam a antiga capital imperial. Esse cenário levou alguns moradores do povoado a perceberem o potencial desse nicho comercial, resultando na criação de hospedarias para os que buscavam tratamento das suas doenças.

Além das estações de cura, Nova Friburgo, posteriormente, ganhou notoriedade como um centro educacional de destaque regional. O primeiro educandário, Instituto Nova Friburgo, também conhecido como Colégio Freese, começou suas atividades em 1841 e foi fundado pelo inglês John Henry Freese, que teve como alguns dos critérios pela escolha de Nova Friburgo o "seu clima salubre e sua proximidade com a capital" (Melnixenco, 2018, p. 79). O negócio de escolas para elite prosperou na cidade após a segunda metade do século XIX, e nutriu de grande prestígio ao longo do século seguinte, tendo recebido inclusive alguns alunos ilustre durante esse período, como Casimiro de Abreu e Carlos Drummond de Andrade.

No início do século XX, observou-se o surgimento de um discurso burguês, em parte devido ao influxo de capital germânico em Nova Friburgo para impulsionar seu

desenvolvimento industrial. Assim, efetivamente, testemunhou-se um certo pioneirismo advindo desse investimento alemão para que o município se destacasse dos demais do interior do estado em termos de instalação de indústrias. Assim, na segunda década daquele século, consolidou-se o modelo econômico friburguense baseado no binômio indústria e serviços, se destacando no setor terciário, o turismo e a hospedaria (Araújo, 2003).

Para Araújo (2003), é nesse período que concomitantemente ao fortalecimento do papel de Nova Friburgo como fornecedor de serviços e a implantação de indústrias no seu território, que o mito da Suíça brasileira se fortalece entre a elite dirigente e alguns intelectuais friburguenses. Procurava-se propagandar a cidade como ideal para turismo, se vangloriando as acomodações confortáveis dos seus hotéis, da qualidade do clima (novamente), da beleza da sua natureza verdejante, mas a imprensa local também destacava coisas como a tranquilidade da vida no interior e a “educação e ordem de seu povo”, devido as suas supostas raízes europeias (Araújo, 2003, p. 99).

A construção da ideologia de Nova Friburgo como a Suíça dos trópicos, visava evidentemente apontar para a origem europeia da cidade. A criação desse mito fundacional entrelaçado com a presença de suíços e alemães na origem da cidade, foi muito importante para a construção do tipo de turismo que veio a se estruturar até os dias atuais. Tal passado nebuloso, foi apropriado e reinterpretado pelos grupos dirigentes locais, como modo de se diferenciar da maioria das cidades brasileiras, apagando outros corpos que poderiam manchar a branquitude desejada por essa elite política e econômica (Hall, 2006).

A contradição desse passado idealizado pode ser exposta de diferentes maneiras. Como discutido no capítulo anterior, do ponto de vista demográfico, mesmo entre os imigrantes europeus, os de origem suíça eram minoritários naquela época. Além disso, foi por meio de investimento alemão que as indústrias foram estabelecidas, assim como a implementação dos traçados urbanos mais modernos da cidade. Os suíços, em sua maioria, já estavam afastados do centro urbano há muitos anos, trabalhando nas áreas rurais de Nova Friburgo ou em outras cidades, como Cantagalo e Teresópolis.

A alcunha "Suíça brasileira", surgiu provavelmente ainda no século XIX, na sua segunda metade, quando o município passou a se notabilizar como estação de cura para as constantes epidemias de doenças respiratórias presentes na então capital do Brasil. Apesar disso, o termo passou a ser apropriado décadas mais tarde, devido ao contexto internacional da época e ao fato de o Brasil estar alinhado contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Assim, considerou-se conveniente adotar essa designação como um centro de cultura suíça, já que a Suíça era uma nação neutra no conflito. Além do mais, essa denominação correspondia

ao ideal de uma cultura tida como superior e diferenciada, em contraste de maneira pejorativa com os portugueses-mestiços, os povos africanos escravizados e os povos indígenas originários, e, portanto, corroborava com o projeto ideológico de uma cidade de raízes europeias a poucos quilômetros do Rio de Janeiro.

Para Stuart Hall (2003), existem elementos que nos ajudam a compreender como se promove a construção de narrativas culturais. Apesar do Hall no seu trabalho “Estudos Culturais: dois paradigmas”, tratar de discursos nacionais, o mesmo recorre a Raymond Williams, para dizer que a análise cultural é “a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos”. Essa descoberta não se dá através de estudos sobre temas específicos como arte, comércio ou política, ela começa pelo “estudo da organização geral em um caso particular” (Hall, 2003, p. 128).

Entre esses elementos, há como essa narrativa é contada e recontada em diferentes meios, na história, mídia e mesmo na cultura popular. Isso fornece materialidade ao imaginário por criar cenários, panoramas, eventos históricos e rituais que auxiliam na representação dessa experiência partilhada. O que dá significado para a existência de um grupo associando a sua vida cotidiana com um destino comum que se encontra posto, que continua existindo mesmo seguido da morte de um indivíduo pertencente a esse grupo.

Há também a ênfase nas origens, na sua continuidade e intemporalidade, e por isso, realça a importância dessa tradição. Essa essência é fundamentalmente considerada uma presença constante que pode estar adormecida, mas é recorrida quando necessária, permanecendo imutável quando ativada, unificada e contínua desde o seu surgimento. De modo, por exemplo, que se recorreu à empreitada suíça no longo começo do século XIX, como um elemento aglutinador viável para o projeto ideológico fundamentado pela elite dirigente de Nova Friburgo.

Outra estratégia trazida por Hall (2006), que pode ser visualizada na questão friburguense, é o que o Hobsbawm e Ranger dão nome de invenção da tradição. Quando tradições que aparentam ser muito antigas e até seculares, na realidade são relativamente recentes, inclusive, por às vezes terem até sido inventadas. O uso dessas tradições pela prática de rituais com certos simbolismos, procura imprimir valores e padrões comportamentais em um determinado grupo, com a qual através da repetição busca-se incutir continuidade, criando-se assim um passado histórico conveniente (Hobsbawm e Ranger, citado por Hall, 2006).

Tais elementos, aliados ao mito fundacional anteriormente mencionado, convergem para a construção da identidade de Nova Friburgo no início do século passado, que se

fortaleceu ao longo dos anos seguintes. A associação desse mito com as belezas naturais locais, registradas desde os primórdios da colonização, levou à consolidação da ideologia da "Suíça brasileira". Segundo Araújo (2003), essa ideologia se materializou na valorização das montanhas em dois aspectos: sua semelhança com os Alpes suíços e o clima ameno, que junto às paisagens naturais, alegadamente tornaria a região propícia para a saúde. Além disso, o progresso da cidade, atribuído ao seu desenvolvimento industrial precoce em comparação com outras cidades do interior na época, era vinculada ao trabalho árduo e cuidadoso dos primeiros colonos de origem suíça que se estabeleceram na serra.

O discurso criado buscava conferir a Nova Friburgo uma origem distinta do padrão comum no país, mesmo que, causticamente, o município tenha sido fundado em um sistema intrinsecamente escravocrata. Sobretudo, esses elementos foram destacados para contrastar com a realidade da cidade do Rio de Janeiro, de modo que determinados moradores cariocas tivessem em Nova Friburgo um refúgio, uma fuga do calor, da criminalidade e da falta de ordem com a qual conviviam na metrópole carioca. Se instalou com esses valores, uma Nova Friburgo representando um pedaço da Europa que poderia ser facilmente acessada da capital fluminense.

Durante a formulação desse modelo turístico, os grandes hotéis de Nova Friburgo tiveram um papel crucial, conforme aponta Araújo (2003), ao proporcionarem um atendimento de qualidade aos visitantes, garantindo-lhes o conforto e a tranquilidade desejados. No entanto, é válido observar que, nas campanhas publicitárias destinadas a promover as opções de hospedagem na cidade, havia uma clara tentativa de contrastar os serviços e atrações disponíveis com os problemas enfrentados no Rio de Janeiro. Além de enaltecer sua gastronomia e a alta qualidade de seus serviços, os hotéis destacavam também a disponibilidade de água corrente em todos os quartos, e alguns até afirmavam possuir uma nascente exclusiva para seu uso, em contraste com os frequentes problemas de abastecimento de água enfrentados na capital.

O alvo dos empresários friburguenses, portanto, não eram os setores populares da sociedade. Visavam os hóspedes de setores médios, que conseguiriam procurar serviços hoteleiros quando quisessem uma opção de lazer. É possível crer que Petrópolis era a principal alternativa nesse sentido, dos mais abastados e poderosos do Rio de Janeiro, e Nova Friburgo surgia como a opção aos de menor poder aquisitivo, só que com condições o suficiente para viajarem recreativamente (Araújo, 2003).

O modelo de turismo em Nova Friburgo, se pautou subsequentemente ao mito gerado, com um público alvo bem delineado. Ao longo do século XX e até os dias atuais, o esforço

para manter essa imagem é evidente, com a celebração de datas, a promoção de festas e eventos, todos envolvidos e vestidos a caráter de um simulacro europeu em terras brasileiras. No entanto, as ofertas turísticas se diversificaram para atrair novos grupos de interesse para visitar o município, embora ainda direcionadas a uma camada social específica.

3.1.2 A relação do distrito de Campo do Coelho com o turismo friburguense, e o surgimento de novas funções desse meio rural

Considerando os meios de divulgação, como o projeto “Cidades Maravilhosas” da Secretaria de Estado do Turismo, consta-se que o município de Nova Friburgo possui um setor turístico consolidado, atraindo turistas por uma variedade de motivos. Entre as principais atrações destacadas estão os comércios de moda íntima, a gastronomia refinada e as belezas naturais da região, sendo mais uma vez reconhecida “pelo clima ameno e agradável”, elemento esse que vem sendo explorado há séculos no município (CEPERJ, 2021).

Pode-se considerar que Nova Friburgo já capitaliza suas características físicas em favor do setor turístico, notando-se, contudo, o aumento da exploração das suas “ruralidades” por esse setor também. Isso é observado em trabalhos anteriores que discutem sobre o crescimento de iniciativas relacionadas com o turismo em outras áreas rurais no município. Um exemplo é a consolidação do turismo advindo da produção de flores no bairro de Vargem Alta, pertencente ao distrito de São Pedro da Serra (Lopes, Freitas e Abranches Júnior, 2015). Além da presença do distrito de Amparo, no “Guia de Turismo Rural no Rio de Janeiro”, apresentando-se como um lugar a ser procurado caso se queira achar um local com “ar puro, produtos orgânicos e oportunidade para relaxar” (Rio de Janeiro, 2021).

Ambos os casos evidenciam a exploração das vocações produtivas dessas áreas, enquadrando-se na pluriatividade dentro das propriedades como uma alternativa para a complementação da renda. O turismo rural, nesse sentido, atua como um incremento acessório para as atividades agropecuárias desempenhadas nessas localidades (Marafon, 2006). Porém, esses elementos anteriores sugerem que pode estar ocorrendo um recrudescimento dos

incentivos à capacitação de indivíduos antes dedicados exclusivamente à agricultura, agora envolvidos em atividades de cunho turístico-empresarial. Isso é feito através de símbolos que os consumidores urbanos relacionam com o “ser rural”, ainda presentes no terceiro distrito de Nova Friburgo.

Também é possível considerar que o turismo rural surge como uma opção para os agricultores familiares, com a venda da sua força de trabalho, para assim complementarem os seus ganhos. O que reforça o caráter pluriativo das pequenas propriedades familiares, que se inserem assim, no processo de produção espacial. Visto que essas unidades familiares estariam sendo influenciadas sob o signo de uma sociedade urbana, na qual tal urbanização estruturaria o território (Lefebvre, 1999).

De acordo com Marafon (2006), compreende-se que a pluriatividade nas zonas rurais, também impulsionada pela queda da renda agrícola, tornou-se uma alternativa para os membros das unidades familiares de produção. Paralelamente ao crescimento do interesse dos turistas urbanos sobre o espaço rural, em virtude da revalorização do espaço rural e da natureza.

Como mencionado nos capítulos anteriores, o distrito de Campo do Coelho emerge como um importante centro produtor de hortaliças, setor esse que possui um bom grau de integração econômica com outras partes do município e também do estado do Rio de Janeiro.¹⁵ Especialmente, por ser cortado pela rodovia RJ-130, conhecida popularmente como circuito “Tere-Fri” (Figura 12), a partir de uma iniciativa anterior que buscava impulsionar o turismo na região.

¹⁵ Antes da construção da RJ-130, grande parte do terceiro distrito de Nova Friburgo mantinha pouca ligação com a sede do município. O trajeto entre Nova Friburgo e Teresópolis exigia descer a serra e, em seguida, subir novamente em outro trecho, o que tornava o fluxo entre os dois municípios bem restrito.

Figura 12 - Mapa temático do circuito Tere-Fri



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (2020)

A revalorização do espaço rural em Campo do Coelho pode ser vista como um processo de reestruturação ou ressignificação territorial, transformando uma área antes caracterizada por atividades ligadas ao turismo limitada a enclaves econômicos¹⁶. Nessa perspectiva, Saquet (2011, p.9) ressalta que o espaço é uma construção contínua, dinâmica e sujeita a transformações por meio das intervenções dos ditos “órgãos de poder”. O autor susodito ainda observa que o espaço é heterogêneo, em decorrência das ações do Estado e dos agentes do capital que buscam moldar o território conforme os seus interesses.

Para Rua (2006), o rural está sendo redefinido como um local com novas atrações, consideradas mercadorias valiosas. Essas mercadorias não são diretamente advindas da terra, como a capacidade de produção agropecuária ou através da geração renda pela especulação desses imóveis. Em vez disso, trata-se da mercantilização dos símbolos e atributos imateriais do ambiente rural. Isso ocorre devido a um resgate, por uma parcela da população urbana, dos valores e características associados ao ambiente rural, seus produtos e paisagens.

¹⁶ Como por exemplo: FRIALP - Queijaria Suíça de Nova Friburgo, Apiário Amigos da Terra e o Parque Estadual dos Três Picos.

Assim, o capital está recriando parte do ambiente rural para se adaptar mais facilmente às novas lógicas de organização do espaço. Isso está diretamente ligado ao crescimento da pluriatividade, do qual agricultores tem buscado vender novos produtos diretamente aos consumidores urbanos. Ou com membros das famílias desses produtores rurais que escolhem empregos formais em atividades turísticas dentro de suas próprias regiões, sem a necessidade de se deslocarem para os centros urbanos.

Com isso, é possível inferir que o distrito de Campo do Coelho está se adaptando a uma mudança parcial em sua atividade econômica, historicamente associada à região, devido ao aumento da demanda por um modelo de turismo relativamente novo no Brasil. Isso representa uma alternativa para a população, principalmente da Região Metropolitana Fluminense, em comparação com os roteiros tradicionais, apesar das diversas ofertas turísticas dentro do município de Nova Friburgo. Nesse contexto, observa-se a adoção de novas práticas econômicas pelos produtores locais, com o objetivo de melhorar seus ganhos nas propriedades, impulsionados por um discurso empreendedor cada vez mais presente.

Casos de sucesso nesse sentido, como o da Amorange, exemplificam um esforço de alguns produtores que saíram na frente buscando atender a essa demanda urbana por produtos e experiências associados ao rural. Mas também reflete a intenção do poder público municipal em estimular iniciativas que se diferenciam do que é habitualmente exigido do ponto de vista agrícola no distrito de Campo do Coelho. Essa intencionalidade pode ser notada pelo trecho de uma matéria do tradicional jornal local *A Voz da Serra*, em que o então secretário de agricultura diz “enaltecer a importância de promover uma integração maior da área rural com o meio urbano, além de traçar uma parceria entre a agricultura e o turismo” (Andrade, 2021).

3.2 O advento do morango no cenário pós-tragédia de 2011

Diante desse cenário, agricultores e associações de produtores têm investido na elaboração de produtos artesanais e na melhoria da infraestrutura para receber visitantes interessados em conhecer as atividades agrícolas da região (turismo rural propriamente dito),

ou simplesmente para adquirir os artigos que ali são feitos. Esse movimento visa agregar valor aos produtos e ao trabalho empenhado pelos agricultores.

Se for considerado o aumento das iniciativas relacionadas ao turismo de lazer e de conhecimento nas zonas rurais do 3º distrito do município de Nova Friburgo, é possível perceber que isso pode estar ocorrendo na região para atender à crescente demanda turística na área.

Os empreendimentos que mais se destacam são aqueles voltados para o cultivo, beneficiamento e venda de morangos *in natura*. Até o ano de 2009, Nova Friburgo tinha uma produção reduzida de morangos. No entanto, a partir da união de um grupo de agricultores, que deu início à Amorango - Associação dos Produtores de Morango de Nova Friburgo, o setor desse fruto na região foi fortalecido. Isso fez com que o município passasse a ter uma produção que se destacava dentro do estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, foi no período posterior à tragédia de 2011 que houve um grande crescimento do cultivo e da comercialização da fruta em Nova Friburgo, principalmente no distrito de Campo do Coelho. De acordo com a EMATER-RIO (2013), o então Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca, Christino Áureo, autorizou a inclusão do morango no programa “Frutificar”¹⁷. Essa medida visava integrar as ações de reconstrução e restabelecimento dos cultivos nas áreas rurais da Região Serrana, que foram afetadas pela catástrofe climática

O programa foi de grande importância na recuperação e na ampliação da cultura do morango, pois ajudou na compra de novas mudas, que viabilizou a continuidade da produção. Além disso, permitiu que os agricultores investissem em novas tecnologias, como o cultivo suspenso em estufas, junto a novas variedades importadas de morango mais produtivas.

Atualmente, de acordo com a própria associação, Nova Friburgo registra uma safra anual de cerca de 700 toneladas, contando com aproximadamente 25 agricultores associados à Amorango, sendo a maioria deles concentrada no distrito de Campo do Coelho (Amorango, 2023). Esse quadro tem contribuído para a consolidação do município como o maior produtor comercial de morangos no estado, fortalecendo ainda mais a relação entre o nome do município e o do fruto (EMATER-RIO, 2013).

Dentro desse contexto, o cultivo do morango e o surgimento de uma associação de produtores desse fruto se organizaram de modo a possibilitar a criação de um evento dedicado

¹⁷ O Programa Frutificar, foi criado em 2000 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, e se tratava de um programa setorial de fomento a fruticultura irrigada em território fluminense. Com o intuito de retomar a agricultura por meio da fruticultura e reduzir desigualdades regionais (Bahense, 2014).

especialmente a ele: a Festa do Morango com Chocolate (Figura 13). Essa festa, se inseriu no circuito de outros eventos e festivais promovidos por associações de produtores ou comerciantes em Nova Friburgo, que contam com o aval da Secretaria de Turismo do município além dos setores comercial e hoteleiro.

Figura 13 - Cartaz de divulgação da Festa do Morango com Chocolate de 2022



Fonte: Festa do Morango com Chocolate (2023)

No entanto, essa festa chama a atenção por se tratar de um evento recente, surgido após a tragédia climática de 2011¹⁸. Isso pode representar um marco no que parece ser um aumento dos empreendimentos de caráter pluriativo por parte dos agricultores que foram afetados pelas fortes chuvas do início da década passada. E, portanto, “forçados” a explorarem outras potencialidades dentro das possibilidades existentes no município friburguense como uma alternativa de incrementar sua renda, em vista que a margem de ganhos está sendo cada vez mais pressionada e dificultando sua reprodução social.

¹⁸ O evento que iria para a sua 7ª edição em 2020, foi adiado por conta da pandemia da COVID-19, e restabelecido em 2022.

3.2.1 O morango e a Festa: um marco da pluriatividade em Campo do Coelho, e da desterritorialização do seu novo produto

A Amorango se destaca por ser a única associação do município voltada exclusivamente para o plantio de uma cultura específica, o morango. Embora a região venha sendo reconhecida nas últimas décadas pelas olerícolas, especialmente pelo plantio de couve-flor. Sua produção em Nova Friburgo chegou a ter destaque nacional e foi motivo de orgulho na região, apesar disso, seus produtores não chegaram ao patamar de organização que se observa na Amorango (Figura 14).

Figura 14 - Logotipo da marca coletiva "Amorango"



Fonte: Amorango (2024)

A história do morango em Nova Friburgo começou há mais de 50 anos atrás, estima-se que seu cultivo tenha começado em Campo do Coelho na década de 1960. No entanto, o clima ameno nesse caso não foi o bastante para que o seu plantio prosperasse no município. O morango é uma cultura muito delicada, que requer um manejo específico e extremamente intensivo. Ademais, por ser extremamente perecível, as perdas durante a colheita e pós-colheita ocasionalmente são bastante impactantes no seu processo produtivo.

Até a década de 2010, o cultivo de morango na região era predominantemente realizado diretamente no solo, seguindo o padrão das produções convencionais do distrito. Isso dificultou a ampliação da área de cultivo do fruto, e fez com o seu plantio fosse considerado trabalhoso demais entre os agricultores locais.

O morango possui requisitos específicos de cultivo que destoam das olerícolas, principalmente quando produzido no solo, que precisa ser bem drenado, ventilado e com boa exposição solar que nem sempre eram facilmente controlados em campo aberto. Além disso, o contato direto com o solo aumentava a incidência de pragas, o que contribuiu para a

percepção de que o morango era altamente contaminado por agrotóxicos, uma reputação que persiste até hoje.

Um grupo de produtores da região, reconhecendo o potencial do morango, decidiu se unir para buscar soluções para as limitações técnicas que enfrentavam em seu cultivo. Durante uma reunião ordinária da Amorange em abril de 2024, os produtores relataram que, entre 2007 e 2008, ao visitarem áreas de produção de morango no Sul do país, identificaram uma solução promissora: o cultivo suspenso. Esta prática, embora simples, exigia investimentos consideráveis, mas oferecia a vantagem de cultivar o morango em substrato controlado, afastado do solo e, conseqüentemente, menos sujeito a problemas como excesso de umidade e pragas.

O plantio do morango no sistema hidropônico era presente naquele momento, mas não chegou a se popularizar entre esse grupo de produtores de morango. Dentre os sistemas de cultivo suspenso, o que mais agradou ao grupo foi em plantio em *slabs*, que nada mais são que sacos de plásticos cilíndricos preenchidos com substrato onde as plantas podem ser cultivadas, como pode ser observado na Figura 15. Esse sistema oferece vantagens como maior controle e ajuste da fertilização, a capacidade de programar a produção ao longo do ano (com os picos de produção variando conforme a estação do ano), e uma melhor qualidade na cor e uniformidade dos frutos.

Figura 15 - Sistema de cultivo de morango em *slabs*



Fonte: O autor (2024)

A união desse grupo resultou logo em seguida na criação da Amorango. De acordo com o *website* da associação, sua criação se deu em 2009, contudo, de acordo com os próprios integrantes, a iniciativa para oficializar um associativismo em prol da produção de morango começou ainda em 2008.

Os produtores fundadores do grupo foram fortemente atingidos pela tragédia de janeiro de 2011, como foi com grande parte da agricultura do distrito de Campo do Coelho. Apesar disso, sua inclusão no programa “Frutificar”, do governo do estado, foi de grande ajuda para que o grupo progredisse em meio ao cenário pós-tragédia.

O morango não precisava do solo, duramente afetado pelo soterramento ou pelo assoreamento, para ser produzido. E os seus produtores optaram em muitas das vezes comercializarem suas produções de modo direto, ou seja, venderem eles próprios de diferentes modos. Beneficiado ou *in natura*, os morangos eram ofertados para serem vendidos em pequenas bancas ou traseiras de veículos ao longo da rodovia RJ-130 para os motoristas que por lá passavam, uma estratégia que foi de certa maneira bem sucedida para os pioneiros dessa prática. O que pode ser enquadrado como a primeira iniciativa pluriativa dos produtores de morango no período abordado nesta dissertação.

Em uma conversa informal com o atual presidente da Amorango, o agricultor Marciano de Oliveira revelou que foi incentivado pelo então presidente da associação em 2012 a aderir à produção de morango. O ex-presidente o convenceu dizendo que a produção de morango na região era insuficiente para atender à demanda do mercado na época. Motivado por essa perspectiva de mercado, Marciano, que era um produtor de hortaliças como muitos outros em Campo do Coelho, decidiu se associar a Amorango, acreditando que poderia melhorar seus rendimentos cultivando morangos.

Outros produtores como Marciano enfrentaram situações semelhantes. Muitos agricultores convencionais não abandonaram completamente o modelo agrícola com o qual estavam familiarizados e continuaram a produzir os cultivos tradicionais da área. No entanto, eles viram na produção de morango, seguindo o método praticado pela Amorango, uma oportunidade para inicialmente complementar e posteriormente aumentar a lucratividade de suas terras. A exemplo disso, boa parte dos associados ainda cultiva as culturas tradicionais da região, como alface, brócolis e couve-flor.

A iniciativa da Festa do Morango com Chocolate surgiu dos membros mais antigos da Amorango, que já reconheciam na venda direta uma alternativa mais lucrativa em comparação à venda por intermediários, conhecidos como atravessadores. A primeira edição da festa foi realizada na Queijaria Escola de Nova Friburgo, no bairro de Conquista, no distrito de Campo do Coelho, e foi considerada um sucesso pelos associados. A conexão entre o morango e seus produtos derivados, como doces e geleias, com o chocolate, um dos principais focos da Queijaria Escola, revelou-se uma escolha acertada para atrair o público que usualmente visita aquele estabelecimento.

Isso acabou por chamar a atenção do diretor e um dos proprietários da Teia de Eventos, uma empresa dedicada à organização de eventos em Nova Friburgo e região. Essa empresa passou gerir a realização da Festa do Morango com Chocolate, e desde então, tanto a associação quanto a Teia de Eventos concordaram que seria mais interessante deslocar o evento para o distrito sede do município. Durante uma conversa com um dos associados mais antigos da Amorango ao final da reunião ordinária do grupo realizada durante o mês de abril de 2024, foi dito que a festa inicialmente não era alvo de interesse e nem contou com a cooperação da Secretaria de Turismo de Nova Friburgo, o que foi repetido em uma outra conversa com o atual presidente da Amorango.

A mudança para área central do município, era vista como um modo de aumentar a exposição da marca do evento e da própria associação. De acordo com relatos de alguns membros da Amorango que estiveram presentes durante esse processo, o diretor da Teia de

Eventos sempre deixou claro que a festa precisava ficar exposta a um contingente maior de pessoas, especialmente ao público-alvo de um evento como esse: os turistas intermunicipais. Grupo que se concentra principalmente na rede hoteleira estabelecida no primeiro distrito.

As atividades pluriativas que permeiam as produções da Amorange, foi inevitavelmente desterritorializada de onde o fruto é produzido, durante o período da festa. Com grande influência de um dos setores econômicos mais ativos do município friburguense, que é o hoteleiro. Nas últimas duas edições do evento após a hiato ocasionado pela pandemia de COVID-19, a Festa do Morango com Chocolate vem sendo organizada no Nova Friburgo Country Club, um resort urbano localizado no distrito central do município em meio aos bairros mais populosos de Nova Friburgo.

No presente, através dos relatos de diferentes associados da Amorange, a Festa do Morango com Chocolate é considerada como a maior do calendário municipal de eventos em Nova Friburgo. Na conversa tida com o presidente da Amorange, foi dito que a festa ultrapassou em público e notabilidade eventos mais antigos como o Festival da Truta e a Feira de Promoções de Nova Friburgo. E acabou por ser incluída no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro através da Lei nº 10.105 de 18 de setembro de 2023, com autoria da deputada estadual Tia Ju¹⁹. Marciano de Oliveira, atual presidente da Amorange, disse que ele particularmente não soube ao certo o motivo e também não esteve envolvido na redação do Projeto de Lei, mas se diz contente com o apoio.

A percepção diante da fala de membros da Amorange que foram contatados, é de que o evento cresceu demais para o distrito de Campo do Coelho. O evento, em sua essência, visa atender à demanda de um público interessado em consumir uma fruta que representa a Nova Friburgo idealizada, durante o século passado e o atual. E pouco importa a origem do fruto, pois nesse caso os produtores associados são uma força de trabalho que viabiliza a realização do evento ao invés de serem os reais protagonistas da festa.

A Festa do Morango com Chocolate tem outubro como mês oficial para a realização do evento (estabelecido inclusive pela Lei nº 10.105/23). O morango embora produza durante o ano todo, passa por uma diminuição da sua safra nos meses mais quentes, e a festa coincide com os primeiros meses da primavera. De acordo com técnicos e produtores durante reunião registrada por esta dissertação, o morango necessita do que chamam de “reserva de frio” para que a planta consiga frutificar, que seria uma condição fisiológica do pé de morango à

¹⁹ Na sua biografia disponibilizada pela ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, é possível perceber que a deputada não tem nem um vínculo evidente com o município de Nova Friburgo e muito menos com o setor agrícola do estado ou do município friburguense e carioca, onde ela reside há mais de 20 anos.

temperatura e ao fotoperíodo para sua reprodução. Isso quer dizer que outubro não costuma ser o período de pico de produção de frutos, e como fruto *in natura* não pode ser estocado por mais de 3 dias, para atender a demanda da festa, é preciso contingentemente se buscar morango de outros lugares, como dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

O déficit de frutos no período de maior consumo, faz com que parte significativa do morango usado para a realização da Festa do Morango com Chocolate venha de fontes externas. Segundo o então presidente da Amorango, a associação procura suprir a eventual falta de frutos entre os próprios produtores associados. Os produtores que têm uma safra mais consistente, “ajudam” os que carecem de uma produção satisfatória nos dias que antecedem a festa. Apesar disso, na conversa com o Marciano, o agricultor estimou que aproximadamente até 30% dos frutos frescos usados na última edição do evento anual vieram de fora do município. Contudo, quando possível, os associados procuram maximizar o armazenamento dos frutos, processando-os previamente através do seu congelamento ou produzindo geleia.

Não são todos os produtores que durante o ano inteiro se dedicam à manufatura de produtos à base de morango em agroindústrias. Mas todos são chamados a participarem da festa, diretamente, com estandes, ou indiretamente, fornecendo morango aos que demandam de uma maior quantidade para processamento e comercialização.

Segundo o presidente da associação, Marciano, o contato com agentes políticos ligados ao setor turístico com a Amorango é menos frequente do que se imagina. Ele afirma que essas questões são mais fortemente tratadas pela empresa responsável pela organização da festa, a Teia de Eventos, que já possui uma boa relação com os órgãos responsáveis pelo turismo, tanto no município quanto fora dele. Tendo em consideração que a empresa organiza outros eventos do calendário friburguense, como o Festival da Truta.

A Amorango mantém uma proximidade maior com a política local através da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nova Friburgo. De acordo com Marciano, essa secretaria costuma enviar um ou mais representantes para as reuniões da associação quando são convidados. Na reunião documentada por esta dissertação, também estavam presentes representantes do Sindicato dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo, uma representante do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), um técnico de uma empresa privada que fornece serviços e insumos necessários à produção de morango para a Amorango, e um funcionário de uma cooperativa de crédito, que oferecia serviços financeiros relacionados a crédito para custeio e financiamento de plantios.

Nota-se que a atuação política dos membros da Amorango, se dá através de meios e atores que estão mais estreitados com suas realidades agrícolas. Onde esses pequenos

produtores conseguem visualizar com mais clareza os impactos do poder público nas suas atividades, e, portanto, os consideram potenciais aliados para suas atividades de um modo geral.

No entanto, durante o registro da reunião, observou-se a apresentação de demandas políticas pelos representantes da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nova Friburgo e do SENAR. Em ambos os casos, os pedidos tinham como foco principal os produtos dos associados. A prefeitura, solicitou a doação de uma pequena quantidade morango de cada produtor para ser exposto no desfile anual em comemoração ao aniversário da fundação da cidade. E o pedido do SENAR, incluía a participação de alguns membros da Amorango na Feira dos Produtores Artesanais e Tradicionais, com a marcante fala da sua representante “quem não gosta de morango?”.

Dessa forma, o morango é colocado como um produto de qualidade diferenciada no contexto local, em contraste com outras culturas estabelecidas há mais tempo no distrito de Campo do Coelho. Diferentes atores ligados à política e economia da região, estão se esforçando para promover e destacar o fruto sempre que possível. Solicitações sutis, como uma quantidade mesmo que pequena de morangos para serem exibidos em destaque na alegoria que representa os agricultores de Nova Friburgo, constituem poderosos símbolos na construção de uma nova tradição no município associada desta vez a sua zona rural.

A proeminência da Amorango como associação de produtores se deve principalmente ao prestígio do morango como produto, gerando grande interesse em seu potencial para atrair público de outros municípios para Nova Friburgo. Além de ser uma associação, a Amorango é uma marca coletiva. Portanto, os agricultores associados têm seus produtos sujeitos a um padrão de qualidade estabelecido pela própria associação, especialmente em relação à contaminação e ao controle do uso de agrotóxicos na produção, atribuindo um renome ao morango com o selo do grupo.

Com exceção da Festa do Morango com Chocolate, cada produtor é responsável por vender sua colheita pelo canal que considerar mais conveniente. Alguns associados relatam que essa abordagem permite que cada um busque o método que julgar mais interessante para si. Seja vendendo à beira das estradas, construindo estruturas mais robustas para receber turistas, a exemplo de "colha e pague" de morango (Figura 16). Essa última atividade visa proporcionar uma experiência interativa para o consumidor, permitindo que colham seus próprios frutos em um ambiente confortável e controlado, com foco em um público urbano.

Figura 16 - Estabelecimento que oferece a opção do “colha e pague” aos turistas, no distrito de Campo de Coelho/NF



Fonte: O autor (2023)

A venda para pequenos ou grandes varejistas, também é um meio de comercialização praticado pelos produtores. Mas diante das falas ouvidas dos associados, muitos atribuem a principal vantagem do cultivo do morango por sua facilidade de ser adequada à lógica pluriativa. Alguns associados mais antigos possuem inclusive estabelecimentos e marcas próprias conhecidas dentro de Nova Friburgo, empregando moradores em suas pequenas agroindústrias ou lojas. Já os produtores menores se organizam em torno da divisão de tarefas no núcleo familiar, com os homens geralmente responsável pela produção agrícola e as mulheres pela fabricação de produtos feitos com o morango, vendidos em feiras ou próximo de rodovias com a ajuda dos filhos.

Ainda assim, a Amorange enfrenta desafios comuns ao associativismo rural. A falta de participação coletiva homogênea e algumas relações conflituosas entre as atividades comerciais dos integrantes são questões relatadas por associados. Segundo Marciano de

Oliveira, o grupo não cresce tanto em número de membros devido à cobrança de uma taxa de admissão, cujo valor não foi revelado. De acordo com o atual presidente da associação, essa taxa é necessária para manter a estrutura construída ao longo dos 15 anos de existência da Amorango, que inclui a marca coletiva e um caminhão baú frigorífico para o transporte de morango, por exemplo.

Marciano apontou algumas objeções, incluindo a falta de coletivismo no grupo, evidenciada pela baixa participação nas reuniões. Ele observou que as reuniões com maior comparecimento são aquelas onde estão presentes representantes que oferecem produtos financeiros, como o funcionário da cooperativa de crédito mencionado anteriormente, devido ao interesse dos membros nesse tipo de suporte. Ou com apresentações relacionadas a possibilidades comerciais, que envolvam a marca do grupo.

Desta maneira, acredita-se que a pluriatividade entremeada na produção de morango em Campo do Coelho, especialmente entre os associados da Amorango, reproduza algumas vantagens defendidas por estudiosos desse fenômeno nas áreas rurais do Brasil e do exterior. Entre as vantagens estão a manutenção da unidade familiar rural, diminuição da dependência exclusiva da produção no campo para a geração de renda e a diversificação das atividades econômicas nessas áreas.

No caso do terceiro distrito de Nova Friburgo, pode-se destacar como as atividades pluriativas ajudaram alguns agricultores a se reerguerem economicamente após a tragédia. Particularmente aqueles que passaram a produzir morango, encontraram uma alternativa que não dependia diretamente do solo, que em grande parte foi afetado pela catástrofe climática. Além disso, o morango é uma cultura de alto valor agregado, adequado aos ambientes de montanha como os de Nova Friburgo, que apresenta restrições de áreas adequadas à produção em larga escala; e possibilita a venda direta ao consumidor final, sem intermediários, facilitando inclusive a pluriatividade associada a esse cultivo.

Não obstante, se desconsidera que a pluriatividade de viés empreendedor, possa vir a agravar a individualidade ao invés do coletivismo entre agricultores. A única associação em Campo do Coelho dedicada a uma cultura, não possui uma organização mútua para a comercialização desse produto, exceto no período que antecede a Festa do Morango com Chocolate. Na festa, da qual cada produtor caso participe com um estande, também tem ali sua comercialização individualizada.

A principal preocupação da associação está em torno da manutenção da reputação da marca, e do grande destaque que a mesma acaba trazendo ao morango produzido pelos seus membros. O interesse de alguns atores políticos do município sobre os rumos da associação,

revela como o fruto tem se tornando um dos símbolos de excelência da região. O que evidentemente, também atraem interesses econômicos consigo.

Esses interesses não estão ligados apenas ao potencial turístico associado à produção do morango. O cultivo em *slabs*, amplamente difundido entre os membros da Amorango e outros produtores de morango estabelecidos em Campo do Coelho, já não é considerado o que há de mais avançado no Brasil (Figura 17).

Figura 17 - Sistema de cultivo em “calhas”, considerado uma das novas tendências para a produção de morango que começa a surgir em Nova Friburgo



Fonte: O autor (2024)

A adaptação a novos métodos exigiria grandes investimentos, o que pode ser desafiador para muitos associados. E o estímulo ao espírito empreendedor entre os agricultores que integram a Amorango, aliado ao cultivo de morango, faria com que os produtores permanecessem submetidos aos sistemas macroeconômicos. Nesse caso, tanto do mercado de insumos agrícolas, necessários para as inovações nos métodos de produção, quanto do mercado financeiro, para obtenção de financiamentos necessários para a produção e o empreendedorismo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A zona rural do distrito de Campo do Coelho, embora espacialmente limitada, apresenta uma notável complexidade. Práticas de produção tradicionais de décadas passadas, coexistem com modelos produtivos modernos que utilizam tecnologias avançadas, comparáveis às mais desenvolvidas na agricultura nacional. Do mesmo modo, tal complexidade se reflete nas diversas relações econômicas e nas estratégias distintas adotadas por cada pequeno produtor para atender as suas demandas de reprodução social.

O terceiro distrito de Nova Friburgo, se viu duramente impactado pela tragédia climática de janeiro de 2011. O que desencadeou um cenário de crise para a agricultura local, que também foi impactado posteriormente por outros fatores macroeconômicos, como o aumento do custo dos insumos utilizados na produção e a carência de mão de obra. Em situações como essas, práticas econômicas divergentes dos padrões pré-estabelecidos tendem a se destacar ou ter sua adoção acelerada por alguns pequenos produtores.

Em Campo do Coelho, a pluriatividade é uma dessas práticas mais perceptíveis na paisagem agrícola da região. Especialmente, quando associada ao plantio de morango, tanto para a venda *in natura* quanto para o beneficiamento do fruto. Concomitantemente as questões pertinentes à crise, observou-se o aumento do turismo em busca de valores simbólicos associados ao rural. A atração que o campo exerce sobre o público urbano facilitou o desenvolvimento de atividades pluriativas, voltadas para atender essa demanda emergente, em áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar intensiva.

Marsden aponta que o crescimento da pluriatividade em determinadas áreas, decorre da ascensão do pós-produtivismo na agricultura. O rural deixara de se limitar as atividades econômicas que lhes são atribuídas historicamente pela dicotomia urbano-rural, como produtor de alimentos, matérias-primas ou uma reserva imobiliária. Novas funções para o espaço rural, particularmente o periurbano, ganham relevância, incluindo o aumento do consumo de bens materiais e simbólicos, como as propriedades, festas e gastronomia. Além da prestação de serviços relacionados ao ecoturismo e a outras atividades voltadas à preservação ambiental. Revitalizando os modos de produção no campo e criando novas maneiras para essa população empregar sua força de trabalho (Marsden, 1995).

Para Rua (2006), há uma movimentação de ressignificação do rural, antes visto como antagonico ao urbano. O campo agora apresenta atrativos valiosos ao urbano através de seus

símbolos e outros atributos imateriais. Elementos como a proximidade com a natureza e sua paisagem bucólica passam a ser procurados por uma população de fora dessas zonas rurais. Neste trabalho, destaca-se a demanda urbana, principalmente da classe média metropolitana da capital fluminense, que busca se aproximar ou interagir mais com o ambiente rural por eles imaginado.

De modo abrangente, a pluriatividade pode ser vista como uma reconfiguração socioeconômica do espaço rural, integrando-se a processos sociais e políticos onde valores mercantis são construídos sobre os objetos do campo, suas pessoas e artefatos. Os pequenos agricultores familiares tendem a adotar critérios salutíferos em termos produtivos, portanto, em contextos de crise na agricultura, as oportunidades de incremento da renda doméstica serão capitalizadas para que consigam uma maior durabilidade dos seus recursos e manutenção da qualidade de vida dentro daquela conjuntura.

A ampliação do turismo em Campo do Coelho, possibilitou que muitos membros de famílias agrícolas passassem a ocupar empregos formais em postos abertos por empreendimentos voltados para o atendimento desse público crescente à região. Além disso, viabilizou o estabelecimento de cultivos como o do morango, que era pouco significativo na área até o início da década de 2010, e que se tornou um dos produtos agrícolas mais conhecidos do município de Nova Friburgo na atualidade.

A produção de morango se adequa ao objetivo desta dissertação de abordar o crescimento da pluriatividade no terceiro distrito friburguense. Essa cultura agrícola não apenas cresceu durante o período estudado, como demonstrou um grande potencial para se adaptar ao aumento do turismo na região. Tendo em consideração o fortalecimento da associação de produtores de morango, a Amorango, e ao apelo que o fruto, especialmente após seu beneficiamento, tem nas vendas para o público forasteiro.

O turismo é um ramo econômico presente desde os primórdios do município de Nova Friburgo. Sendo possível verificar casos de hospedarias voltadas para o recebimento de viajantes, a procura do clima tido como mais salubre, poucas décadas após a fundação oficial da Vila de Nova Friburgo. No início do século XX, com a instauração do mito da "Suíça Brasileira", o turismo junto ao setor hoteleiro friburguense se orientou para um modelo de negócio que se mantém ativo desde então.

Em Nova Friburgo, o turismo sempre esteve associado ao seu clima ameno e, posteriormente, ao simulacro de uma pequena Europa, a uma distância acessível da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Embora a promoção desse mito tenha se estabelecido no início do século XX, ações que reforçassem esse discurso ideológico continuaram a ocorrer ao

longo do século, após a criação do mito da "Suíça dos Trópicos". O uso dessas tradições inventadas exige práticas comportamentais repetitivas que buscam estabelecer um sentimento de continuidade, atribuindo valores a um passado funcional para um determinado grupo hegemônico (Hobsbawm e Ranger, citado por Hall, 2006).

Desse modo, ações voltadas para a preservação da memória dos colonos europeus em Nova Friburgo são comuns, especialmente para promover o turismo local ao superestimar a atuação, sobretudo dos suíços, no processo colonial do município. Assim, o crescimento do cultivo de morango no distrito de Campo do Coelho soma-se a outras atividades que foram absorvidas pelos agentes do poder friburguense. Como meio de reafirmar a ligação de Nova Friburgo, com um ideário eurocêntrico que pudesse fazer com se se destacasse da maioria dos municípios do estado do Rio de Janeiro.

A consagração da Festa do Morango com Chocolate no calendário municipal de eventos ressalta a valorização deste produto no contexto apresentado na dissertação. O evento, iniciado no bairro de Conquista, no distrito de Campo do Coelho, pelos agricultores associados à Amorango, foi posteriormente deslocado para o distrito-sede de Nova Friburgo após a primeira edição. Essa mudança beneficiou os setores hoteleiro e comercial do centro do município, que são segmentos econômicos representativos na política e economia da cidade e interessados em atender a demanda de um público que busca uma representação idealizada do passado friburguense.

Algumas questões ainda precisam ser aprofundadas para compreender como esse quadro pode impactar não apenas a paisagem agrícola de Campo do Coelho. Mas também, a manutenção da identidade social dos agricultores locais e as mudanças territoriais envolvidas nesse processo de reconstrução do espaço rural. Logo, o que pode estar por trás desse movimento é o impulso velado ao empreendedorismo no campo, podendo afetar significativamente esses aspectos.

A produção de morangos é altamente dependente do clima para o desenvolvimento dos frutos. Questionamentos sobre a baixa produção dos pés nos últimos dois verões têm preocupado os produtores da Amorango, especialmente em um futuro que tende a ter estações mais quentes em relação às médias históricas.

Ademais, é necessário compreender melhor como a produção de morangos e a pluriatividade relacionada foram afetadas no contexto da pandemia. As atividades turísticas, impactadas nesse período, levantam questionamentos sobre o risco de uma nova crise para os produtores de morango em situações semelhantes às enfrentadas a partir de 2020. Além disso, é preciso considerar se o rápido restabelecimento do turismo relacionado ao fruto, no período

pós-pandêmico, está vinculado ao atendimento de uma demanda reprimida devido às restrições de circulação de pessoas durante a pandemia.

A observação futura desses elementos, precisam ser levados em conta, caso esses processos, venham a se tornar um novo gargalo econômico dos sujeitos mais fragilizados no começo da década passada. No entanto, é notável a capacidade desses pequenos agricultores conseguirem desenvolver estratégias em contextos de adversidade. Que buscaram se adaptar a novas demandas de velhos consumidores, em situações de extrema dificuldade para o sistema agrícola regional.

Dado isso, o plantio do morango serve de modelo para região de um modo viável que a agricultura de Campo do Coelho pôde buscar por intermédio da pluriatividade, desenvolver a econômica local. Auxiliando no crescimento da circulação de divisas no distrito, aumentando a margem de lucro sobre os produtos e serviços desempenhados pela população agrícola. Pois os pequenos produtores, com frequência detentores da posse do meio em que cultivam, ainda se veem explorados indiretamente pelo capital, o que certamente, comprometeu uma maior retenção de capital desses atores campesinos.

Todavia, a apropriação do morango por grupos ligados a atividades estabelecidas no centro urbano é notável neste caso. O segmento hoteleiro e comercial concentrado no distrito sede do município, é que acabou sem se empenhar diretamente, se beneficiando com o surgimento de uma nova atração para o município. A caracterização do morango como um produto de clima temperado, assim como a truta, que também possui um evento próprio, perpetua o modelo de turismo mais prestigioso que se delineou em Nova Friburgo desde o início do século XX.

São caracterizações que se adequam à busca de emular uma aparência europeia, no caso de Nova Friburgo, teuto-suíça, como tem sido feito no último século e que ainda conserva grande vigor no ideário urbano do município. A falta de um maior diálogo entre a Secretaria de Turismo local com a Amorango, é um indicador que sob o ponto de vista institucional, são segmentos que possuem focos de atuação antagônicos - rural e urbano, a despeito de certos interesses em comum. Por outro lado, há grande interesse e até certo fascínio de uma parcela da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dos atrativos presentes em Nova Friburgo, também com o aumento da procura pelo morango.

Pode-se considerar que o crescimento de agricultores pluriativos em Campo do Coelho segue uma tendência natural nas regiões com essas características. Especialmente, pela periurbanidade de parte do distrito, e a proximidade com a capital do estado do Rio de Janeiro. O exemplo de sucesso do morango junto ao público que vem visitar o município de

Nova Friburgo, funciona de maneira que alguns pequenos produtores tenham nesse fruto, ideias de como podem traçar paralelos com outras frutas e seus derivados, modelos de empreendimentos parecidos com a dos associados da Amorange.

Além do mais, a Festa do Morango com Chocolate reforça o quanto setores ligados ao poder municipal em Nova Friburgo, endossam tal tipo de projeto ao integrá-lo ao calendário de eventos da cidade. Iniciativas como essas, são promovidas sob o argumento de enriquecer a gastronomia local, fomentar o desenvolvimento endógeno e incentivar o fortalecimento do espírito empreendedor dos que participam dessas festas.

Contudo, esse movimento serve na realidade para que recorra mais uma vez, o apagamento de quem nesse exemplo, persistiu no cultivo do morango. Um olhar mais atento à história friburguense, revela que a cidade costuma cultuar o produto ao invés do produtor. Facilitando seu apoderamento para uso econômico e simbólico, invisibilizando os sujeitos que não convenham para a perpetuação de um passado eurocêntrico a favor de um sistema urbanocentrado.

Deste modo, o que foi perpetrado contra os povos indígenas da Serra fluminense e a numerosa população de origem africana, pode acabar sendo realizado com os agricultores friburguenses envolvidos neste estudo. Pois o resultado das suas atuações em termos imateriais e espaciais ao longo da história municipal, são subjugados no discurso hegemônico, a partir do momento que seus corpos não são do interesse dentro do padrão simbólico almejado pela elite local. Conservam-se apenas os elementos que reforçam as alegorias e sustentam a mitologia helvética associada à origem de Nova Friburgo. Independente da cidade ser conhecida como a "Suíça brasileira" enraizada no meio da Serra do Mar, seu território tem uma origem tipicamente brasileira, marcada pelo preconceito, pela desigualdade e pelo apagamento da participação dos povos subalternizados em sua história e no presente.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Sistema de informações hidrológicas**. n. 224, 2009.
- AMORANGO, **Associação dos Produtores de Morango de Nova Friburgo**. Conheça a Amorango. Disponível em: <<https://www.festadomorangocomchocolate.com.br/m/conheca-a-amorango/>>. Acesso em: 25 janeiro de 2023.
- ANDRADE, Alan. **Os caminhos da agricultura em Nova Friburgo**. A Voz da Serra, 23/04/2021. Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/os-caminhos-da-agricultura-em-nova-friburgo>>. Acesso em: 07 agosto de 2021.
- ARAÚJO, João Raimundo de. **NOVA FRIBURGO: A CONSTRUÇÃO DO MITO DA SUÍÇA BRASILEIRA (1910-1960)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003.
- ARAÚJO, João Raimundo de.; MAYER, Jorge Miguel. **Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- AVELAR, André de Souza *et al.* **Mechanisms of the Recent Catastrophic Landslides in the Mountainous Range of Rio de Janeiro, Brazil**. In: The Second World Landslide Forum, 2011, Roma. Landslide Science and Practice. Berlin: Springer-Verlag, 2011. v. 4. p. 265-270
- BAGLI, Priscila. **Novas territorializações e territorialidades: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2004. Relatório de pesquisa (FAPESP).
- BACIENSE, Douglas Vianna. **Análise de Desenvolvimento da Fruticultura e seus Efeitos sobre a Produção Agrícola no Estado do Rio de Janeiro**. Abril de 2014. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) – Centro de Ciências e tecnologias Agropecuárias, UENF, Campos dos Goytacazes, 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Avaliações de Perdas e Danos: Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro – janeiro de 2011**. Brasília: Relatório elaborado pelo Banco Mundial com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012. 63p.
- BIANCHINI, Valter. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. In: Flávio Borges Botelho Filho (Org.). Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. ISSN 0103.510X 1. Pluriatividade. 2. Multifuncionalidade. 3. Agricultura Familiar. 4. Desenvolvimento Territorial. 5. Agroecologia. I. Botelho Filho, Flávio Borges. 168 p: il. 5. n. 17, 2005.
- BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>> Acesso em: 26 novembro de 2022.

BORGES, Dain. **“Puffy, Ugly, Slothful and Inert”**: degeneration in Brazilian social thought, 1880–1940. *J. Latin Am. Stud.* 25, 1993.

BRASIL. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Estudo Estratégico. **PRODUÇÃO NACIONAL DE FERTILIZANTES**. 1. Ed. Brasília, DF: SAE, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/assuntos-estrategicos/documentos/estudos-estrategicos/sae_publicacao_fertilizantes_v10.pdf>. Acesso em: 13 outubro de 2024.

BRASILIANA ICONOGRAFIA. **Novo Friburgo (Colônia Suíça, ao Morro Queimado)**. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19425/novo-friburgo-colonia-suissa-ao-morro-queimado>> Acesso em: 21 janeiro de 2022.

BRASILIANA ICONOGRAFIA. **Novo Friburgo (Colônia Suíça, ao Morro Queimado)**. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19425/novo-friburgo-colonia-suissa-ao-morro-queimado>> Acesso em: 21 janeiro de 2022.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, v. 1. 228p.

CEPERJ. **Estado do Rio de Janeiro – Regiões de Governo**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html> Acesso em: 08 setembro de 2022.

COATES, Robert. **Citizenship-in-nature? Exploring hazardous urbanization in Nova Friburgo, Brazil**. *Geoforum* 99, p. 63-73, 2019.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim Hortigranjeiro**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, jan. 2022.

CORREA FILHO, Virgílio. **Cidades Serranas: Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis**. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 9, n. 1, 1947.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Interações espaciais**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p 279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Posição geográfica das cidades**. *Cidades*, v. 1, nº 2, p. 317-323, 2004.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte. Cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DA REDAÇÃO-AGROANALYSIS, Equipe. **O pós-cop-26 será de muito trabalho**. *AgroANALYSIS*, São Paulo, v. 41, n. 12, p. 4-5, dez. 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/87926/82698>>. Acesso em: 14 outubro de 2024.

DEAN, Warren. **A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EMATER-RIO. **Agricultura promove festival do morango em Nova Friburgo**. EMATER-RIO, 02/10/2013. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=704>. Acesso em: 23 jan de 2023.

EMBRAPA. **Módulos fiscais no Brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: 15 abril de 2023.

FONTES, Francisco; PALMER, Charles. **'Land sparing' in a von Thünen framework: theory and evidence from Brazil**, (February 2018). Land Economics, 2018.

FULLER, Anthony M. **“From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe”**. Journal of Rural Studies, 6 (4): p. 361-373, Londres, 1990.

FUNDAÇÃO D. JOÃO VI. **Lotes Coloniais Nova Friburgo**. Disponível em: <<https://www.djoaovi.com/arquivo/promemoriadigital/mapoteca>> Acesso em: 06 dezembro de 2023.

FUNDAÇÃO D. JOÃO VI. **Planta-1820**. Disponível em: <<https://www.djoaovi.com/arquivo/promemoriadigital/mapoteca>> Acesso em: 11 março de 2024.

GOMES, Paulo César da Costa. **Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário**. In: MENDONÇA, Francisco Assis Mendonça, LOWER-SAHR, Cícilian Luiza, SILVA, Márcia (Org.). Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009, p. 13-30.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982, v. 1. 192p.

GREGÓRIO FILHO, Genésio. **TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA PRODUTIVA: A Questão Ambiental na Horticultura de Campo do Coelho – Nova Friburgo-RJ**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - UFF. Niterói. 2006.

GRISEL, Pierre-Nicolas; ASSIS, Renato Linhares de. **Dinâmica agrária da Região Sudoeste do município de Nova Friburgo e os atuais desafios de sua produção hortícola familiar**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural cultural na pós-modernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006. 102 p.

HALL, Stuart. Estudos Culturais: dois paradigmas. In: Da identidade Identidades e culturais. Liv Sovik (org.) Belo Horizonte: da UNESCO no Brasil, 2003.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo**. Mercator (Fortaleza. Online), v. 12, p. 103-112-112, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. V.7. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. Sidra: **Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6956>>. Acesso em: 04 junho de 2023.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo fiscal**. Disponível em: <<https://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>>. Acesso em: 29 abril de 2020.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Parque Estadual dos Três Picos: plano de manejo /resumo executivo. / Instituto Estadual do Ambiente.---- Rio de Janeiro: INEA, 2013.

LAMARCHE, Hugues. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999. 212p.

LISBOA, Edson de Castro; MAYER, Jorge Miguel. **Os crimes da Fazenda Ponte de Tábuas: Um Estudo**

Sobre a Escravidão em Nova Friburgo no século XIX. Nova Friburgo: Marca, 2008.

LOPES, Victoria Vicente; FREITAS, Laleska Costa; ABRANCHES Jr, Nilton. **A Multifuncionalidade Rural em Nova Friburgo - RJ: Flores e Turismo em São Pedro da Serra**. In: VII Simpósio Internacional e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária – SINGA 2015 ‘A Questão Agrária na Contemporaneidade: dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e do subsolo’, 2015, Goiânia, p. 6403-6415.

MARAFON, Glaucio José. **Quais mudanças em curso no campo fluminense? / What is changing in Rio de Janeiro countryside?** Geo UERJ (2007), v. 1, p. 356-370, 2017.

MARAFON, Glaucio José; SEABRA, Rogério dos Santos. **Contrastes na Agricultura Fluminense: o tradicional e o moderno no processo de comercialização agrícola**. Geo UERJ (2007), v. 1, p. 242-268, 2016.

MARAFON, Gláucio. José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006.

MARRETTO, Rodrigo M. **A escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2014.

MARSDEN, Terry. **Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces**. Journal of Rural Studies, London, v.11, n.3, p.285-296, 1995.

MARSDEN, Terry. *et al.* **Constructing the Countryside**. Oxford: Westview Press, 1993b.

MAZOYER, Marcel; ROUDART Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico a crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MOREIRA, Erika Vanessa. **As múltiplas fontes de renda e pluriatividade nos Bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no Município de Presidente Prudente/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT/UNESP. Pres. Prudente. 2007.

MOREIRA, Erika Vanessa. **Ruralidade e multifuncionalidade no espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul – SP**. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP. Pres. Prudente. 2012.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. 1.Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. V. 1. 200p.

MOREIRA, Roberto José. **Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade**. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil. A gestão do conflito. 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009.

NEVES, Leonardo Azevedo. **Nova Friburgo: Um Perfil Histórico-Geográfico Acerca do Quadro Sócio-Espacial da Região.** Geo UERJ, v. 7, p. 77-88, 2000.

OLIVEIRA, Samira França; PRADO, Rachel Bardy; MONTEIRO, Joyce Maria Guimarães. **Impactos das mudanças climáticas na produção agrícola e medidas de adaptação sob a percepção de atores e produtores rurais de Nova Friburgo, RJ.** Interações (Campo Grande), [S. l.], v. 23, n. 4, p. 1179–1201, 2022. DOI: 10.20435/inter.v23i4.3548. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3548>. Acesso em: 10 março de 2024.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 19-20, p. 05-27, 1997.

PAULO, Filipe Gomes. **A cidade do Rio de Janeiro como estímulo à produção e comercialização de flores em Nova Friburgo – RJ – um exemplo sobre a interação Campo-Cidade.** Dissertação em Geografia) - PPGG/UFRJ. Rio de Janeiro. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **A cidade – Histórico.** Disponível em: <https://novafriburgo.rj.gov.br/pagina/1_A-Cidade.html> Acesso em: 31 janeiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **Mapa do Tere-Fri.** Disponível em: <<http://novafriburgo.rj.gov.br/uploads/wysiwyg//372457a2.jpg>> Acesso em: 11 novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Secretaria de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável de Nova Friburgo. **Mapa dos distritos de Nova Friburgo.** Disponível em: < <https://novafriburgo.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/Nova-Friburgo-Distritos.pdf>> Acesso em: 14 de setembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Secretaria de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável de Nova Friburgo. **População por distritos de Nova Friburgo.** Disponível em: <<https://novafriburgo.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/Populacao-Bairros-Censo-IBGE-2022SEMMADUS.pdf>> Acesso em: 13 de agosto de 2024.

RUA, João. **Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades.** Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, 2006.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.** Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, DF, v. 20, n.1 p. 11-44, 2003b.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento Rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003a.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47, p. 1-16, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Campo-território: considerações teóricas-metodológicas.** Campo-Território, UFU, v. 1, p. 60-81, 2006.

SCHEIN, Richard. H. **Chapter: 14 Cultural Landscape.** In: *Research Methods in Geography: a Critical Introduction.* Chichester, West Sussex, U.K.: Wiley-Blackwell, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 1ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. v. 1. 256P.

SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil**. In: Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, VII, 2006. Anais. Quito: ALASRU, 2006, p. 01-19, 2006.

SEABRA, Rogério dos Santos. **A rede de comercialização agrícola no Estado do Rio de Janeiro: articulações, processos e fluxos nas novas formas de abastecimento alimentar**. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGEO/UERJ. Rio de Janeiro. 2015.

SEABRA, Rogério dos Santos. **Considerações sobre a comercialização agrícola no Estado do Rio de Janeiro a partir do CEASA-RJ**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 13, 2003.

VEIGA, José Eli da *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Série textos para discussão n° 1. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/ CNDRS/ Nead), 2001. 108P.

WAIBEL, Leo. **A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente a utilização da terra**. Revista Brasileira de Geografia, v.10, n.1, 1948, p.3-40.

ANEXO - LEI Nº 10.105/23

LEI Nº 10.105 DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

ALTERA A LEI Nº 5.645, DE 6 DE JANEIRO DE 2010, PARA INCLUIR, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O “DIA ESTADUAL DA FESTA DO MORANGO COM CHOCOLATE DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO”.

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído, no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Dia da Festa do Morango com Chocolate do município de Nova Friburgo, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 do mês de outubro.

Art. 2º No mês em que se comemora a Festa do Morango com Chocolate do município de Nova Friburgo, a Secretaria Estadual de Agricultura fica autorizada a promover ações de divulgação desse evento regional, que passou a atrair turistas de todo o Estado.

Art. 3º O Anexo da [Lei nº 5.645, de 6 de janeiro de 2010](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“CALENDÁRIO DE DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(...)

OUTUBRO

(...)

10 – DIA DA FESTA DO MORANGO COM CHOCOLATE DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

(NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2023.

CLAUDIO CASTRO
Governador